



Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal

VOLUME I – RELATÓRIO AMBIENTAL - ANEXOS

Abril 2013

ANEXO I

Síntese dos pareceres relativos à consulta sobre o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (Definição do Âmbito da AAE da Proposta de Revisão do PDMS)

Em outubro de 2008, o RFCD foi sujeito a consulta junto das seguintes entidades: a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB), Instituto da Água, I.P. (INAG), a Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), e ainda de todas as outras entidades que integravam a então Comissão Mista de Coordenação para o acompanhamento da revisão do PDMS. Foram recebidos pareceres das seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT),
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT),
- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT),
- Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo) e
- Administração do Porto de Lisboa (APL),

cujo conteúdo se encontra vertido para o quadro seguinte.

| Entidade | Data | Principais aspetos focados no Parecer | Comentários da Equipa AAE |
|----------|------------|--|---|
| DRAP LVT | 25-02-2009 | <ul style="list-style-type: none"> Chamada de atenção para a falta de alguns Planos e Programas no QRE para a proposta de Revisão do PDMS, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013; - Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PRODER); - Estratégia para a Região de Lisboa e Vale do Tejo (no âmbito do PDR 2007-2013); - Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENAPAI); - Programa Nacional para o Uso Eficiente de Água (PNUEA); - Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas (PERAGRI) (em preparação). | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas no Capítulo 4 do RA e no Anexo II. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Sugestão de introdução de novos indicadores (variação de área de solo rural, por reclassificação para solo urbano e variação da área afeta à RAN) no objetivo "Gestão sustentável dos recursos naturais" do FCD 2 – Equilíbrio Ecológico. | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas nos Capítulos 4 e 6 do RA. |
| CCDR LVT | 12-02-2009 | <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de justificar o facto de não se ter considerado os fatores climáticos no quadro de convergência entre os FCD e as QA, face às questões relativas à mobilidade e ao desenvolvimento sócio-económico se assumirem como FCD; | <ul style="list-style-type: none"> Foram considerados os fatores climáticos no quadro de convergência entre os FCD e as QA, para os FCD Coesão Territorial e Mobilidade, Equilíbrio Ecológico e Desenvolvimento Socioeconómico, sendo apresentado no Capítulo 4 do RA. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Na metodologia proposta para a caracterização das principais QA sugere-se uma análise mais estratégica, em termos de Ordenamento do Território (Anexo IV), não se cingindo apenas às condicionantes ambientais e em alguns IGT; | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas no Capítulo 5 do RA e no Anexo III. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de incluir no QRE da proposta de Revisão do PDMS o PRN2000; | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas no Capítulo 4 do RA e no Anexo II. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Sugestões a ponderar na elaboração do RA, relativamente aos critérios e indicadores propostos no âmbito dos Fatores Críticos definidos: FDC 1: <ul style="list-style-type: none"> - o reequilíbrio da rede urbana deve integrar igualmente a requalificação das áreas urbanas degradadas, nomeadamente AUGI, e não somente as históricas; - a questão dos transportes carece de uma abordagem em termos de qualidade/frequência/diversidade de serviço; | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas no Capítulo 4 do RA. |

| Entidade | Data | Principais aspetos focados no Parecer | Comentários da Equipa AAE |
|----------|------|---|---|
| | | <p>FCD 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a estrutura ecológica deve integrar as áreas de sobre; – verificar a adequabilidade do indicador permeabilidade de pavimentos, ou de tal se restringir às áreas consolidadas ou então deverá atentar-se na área impermeável face à área total; – o cumprimento dos níveis de ruído deve estar relacionado com medições e não reclamações; – verifica-se uma forte lacuna em termos de recursos hídricos, incluindo zonas ameaçadas por cheias e das questões associadas aos riscos; – este fator deve ter presente uma análise evolutiva; – deverão ser abordadas as áreas degradadas. <p>FCD 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> – deverá atentar-se na existência de unidades de atividades económicas obsoletas/degradadas e daquelas com localização desadequada e sua análise evolutiva, nomeadamente em termos espaciais; – para além dos empreendimentos turísticos a abordagem deve alargar-se a outras atividades turísticas e de lazer; – importaria também perceber a dinâmica recente do tecido empresarial, em termos de criação/encerramento de empresas e setores económicos mais afetados positiva e negativamente. <p>Em matéria de Ruído, será necessário ponderar os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> – percentagem de área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores-limite; – percentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros; – percentagem de área classificada como área sensível em solo urbano poderá também ter interesse. <p>O RA deverá dar conta do estado de desenvolvimento do Plano Municipal de Redução de Ruído e avaliar a oportunidade da sua concretização em articulação com as opções estratégicas de desenvolvimento do PDM, bem como os riscos resultantes das estratégias de desenvolvimento para o concelho que comprometam a sustentabilidade de um plano de redução de ruído.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Foram revistos os indicadores de acordo com as orientações provenientes da CCDR-LVT, no Capítulo 6 (monitorização) do RA. |

| Entidade | Data | Principais aspetos focados no Parecer | Comentários da Equipa AAE |
|----------|------------|---|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> Nas entidades a consultar sugere-se a consulta à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); | <ul style="list-style-type: none"> A ANPC integra a CA, pelo que foi consultada ao longo de todo o processo. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Quanto ao conteúdo proposto para o RA salienta-se a necessidade de integração de uma caracterização sumária da área, nas suas múltiplas componentes; | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas no Capítulo 3 do RA. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Deverá ser avaliado no RA os efeitos da estratégia e das propostas do plano em termos ambientais, ponderando todos os descritores ambientais relevantes e aprofundando em particular as situações que se encontram atualmente próximas da rutura do ponto de vista ambiental bem como as propostas para as áreas ambientalmente mais sensíveis, revestindo-se esta análise de uma vertente mais territorial; | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas no Capítulo 5 do RA. |
| ARH Tejo | 05-12-2008 | <ul style="list-style-type: none"> Tendo por base os objetivos de proteção ambiental relevantes no âmbito da gestão dos recursos hídricos, considera-se que deverão também ser definidos indicadores para os objetivos FCD 2, no que se refere a: <ul style="list-style-type: none"> Nível de atendimento dos sistemas de abastecimento e de tratamento (população e atividades económicas), nomeadamente no sentido de avaliar a melhoria do nível de tratamento (conforme parecer DSGA-000294-CSI2007 de 10-05-2007 anteriormente enviado à DSOT/CCDR-LVT); Áreas do concelho associadas às origens de águas superficiais e subterrâneas; Zonas de risco, nomeadamente risco de inundações (conforme CSI e IT oportunamente enviadas DSOT/CCDR-LVT), de acordo como o tipo de ocupação do solo. Esta análise deverá ter em conta a capacidade de escoamento de secções de vazão consideradas críticas, considerando o processo de revisão da REN em curso; Risco de acidentes de poluição no Domínio Hídrico com particular relevância no estuário; Riscos ambientais associados à exploração e reserva de massas minerais, em massas de águas superficiais e subterrâneas, incluindo zonas inativas; Estado das margens e galerias ribeirinhas, incluindo valores ambientais a preservar e valorizar. | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas nos Capítulos 4 e 6, do RA. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Relativamente ao FCD 4, deverá ser avaliada a relação de alguns fatores ambientais, através da definição de indicadores como o nível de atendimento dos sistemas de abastecimento e de tratamento, qualidade da água do estuário, zonas de risco de inundações e valores ambientais enquanto indicadores relevantes para o desenvolvimento sócio-económico; | <ul style="list-style-type: none"> As sugestões referidas são consideradas nos Capítulos 4 e 6, do RA. |

| Entidade | Data | Principais aspetos focados no Parecer | Comentários da Equipa AAE |
|----------|------------|---|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ No que se refere à metodologia apresentada para a componente Água (Anexo IV), considera-se que os aspetos referidos anteriormente para o FCD 2 deverão ser considerados, de forma a permitirem dar resposta aos indicadores estabelecidos para os objetivos dos FCD e avaliar a eficácia das medidas propostas no PDM; ▪ Os indicadores devem ser suportados com informação atualizada nos estudos de caracterização deste processo de revisão do PDM, citando-se a título de exemplo, a caracterização do grau de cobertura com sistemas de abastecimento e tratamento ou o estado de leitos e margens. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ As sugestões referidas são consideradas nos Capítulos 4 e 6, do RA. |
| ARS LVT | 16-01-2009 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não foram sugeridas/recomendadas alterações à Proposta de Revisão do PDM do Seixal. | – |
| APL | 12-12-2008 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não foram sugeridas/recomendadas alterações à Proposta de Revisão do PDM do Seixal. | – |

ANEXO II

**Relação entre a Proposta de Revisão do PDMS e outras políticas,
planos e programas relevantes, por FCD e respetivo atendimento
no Plano**

FCD1 – COESÃO TERRITORIAL E ACESSIBILIDADES

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013 (QREN 2007-2013):

| Prioridade Estratégica | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território , estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano , tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento . | Atende |

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015 (ENDS 2015):

| Objetivo Estratégico | Prioridades Estratégicas | Consideração no Plano |
|---|---|-----------------------|
| ✓ Melhor conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território | - <u>Acessibilidade</u> que contribuam para a <u>coesão territorial</u> e para um <u>modelo territorial mais policêntrico</u> . | Atende |
| | - <u>Cidades atrativas, acessíveis e sustentáveis</u> . | Atende |

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT):

| Objetivos Estratégicos | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|--|--|-----------------------|
| ✓ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte e à coesão territorial | - Reforçar os <u>centros urbanos estruturantes</u> , em especial em regiões menos desenvolvidas. | Atende |
| | - Estruturar e desenvolver as redes de <u>infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade</u> , favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos; | Atende |
| | - Promover um <u>desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico</u> , contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas; | Atende |
| | - Promover um <u>desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios</u> , considerando em espacial, as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas. | Atende |
| ✓ Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral , promovendo a coesão social | - Desenvolver programas incentivar ações que melhorem as <u>condições de habitação</u> nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis. | Atende |
| | - Dinamizar <u>redes de equipamentos coletivos</u> e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a <u>integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e exclusão social</u> . | Atende |
| | - Desenvolver as <u>redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade</u> , reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social. | Atende |

| Opções para o Desenvolvimento do Território para a Área Metropolitana | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Ordenar o território em articulação estreita com um plano de mobilidades e transporte à escala AML. | Atende |
| ✓ Promover o desenvolvimento urbano mais compacto , contrariar a fragmentação da forma urbana e estruturar e qualificar os eixos de expansão (Arco Ribeirinho). | Atende |
| ✓ Qualificar os subúrbios , contrariar a segregação espacial urbana e promover a inserção urbana das áreas críticas . | Atende |

PLANO DE AÇÃO AMBIENTE E SAÚDE 2008-2013 (PNAAS 2008-2013):

| Vetor | Domínio Prioritário | Ações | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|--|------------------------|
| Vetor Integração de Informação e Investigação Aplicada | ✓ Espaços Construídos | - Sistematização dos <u>efeitos na saúde humana</u> associados a parâmetros de conforto e bem-estar dos espaços construídos e a técnicas e materiais de construção. | Atende (Indiretamente) |
| | | - Estudo da influência de <u>espaços verdes urbanos e equipamentos de desporto/lazer na adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis.</u> | Atende |
| | | - <u>Matriz de Planos Locais de Ação em Habitação e Saúde.</u> | Atende |
| | ✓ Ruído | - Compreender melhor as <u>relações entre a exposição a ruído ambiente (exterior e interior) e efeitos na saúde</u> , dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da população. | Atende |
| | | - <u>Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído ambiente.</u> | Atende |

PLANO ESTRATEGICO DOS TRANSPORTES (PET 2011-2015):

| Vetores de Atuação Prioritária | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| - "Tomar o setor dos transportes financeiramente equilibrado (...) ", " assegurar a mobilidade e a acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social " e " alavancar a competitividade e o desenvolvimento económico e social ". | Atende |

PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO (PBHT):

| Objetivo | Objetivos Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|---|-----------------------|
| ✓ Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico | - <u>Definir condições de ocupação e utilização do domínio hídrico</u> e elaborar recomendações a serem integradas nos planos municipais e especiais de ordenamento do território e nos planos sectoriais com incidência nos recursos hídricos. | Atende |

PLANO DE ORDENAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO (POE Tejo) (Em elaboração):

| Vetores Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| <p>✓ Espaço da intermodalidade do transporte de passageiros e mercadorias, constituindo o Porto de Lisboa um porto atrativo, que contribui para a competitividade do Sistema Portuário Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir as acessibilidades fluvio-marítimas e terrestres aos espaços de exploração portuária do Porto de Lisboa e às áreas logísticas e industriais que lhe estão associadas. - Identificar áreas de reserva estratégica com apetência para o desenvolvimento da atividade portuária. - Garantir a estruturação funcional do porto nas suas várias valências. - Proporcionar condições de acessibilidade fluvial entre as duas margens para o transporte público de passageiros quando se verificarem condições de viabilidade económica e de sustentabilidade ambiental, ou quando o serviço for considerado de interesse público, oferecendo alternativas ao transporte rodoviário. - Proporcionar condições para o transporte de mercadorias em barcaças entre áreas do Porto de Lisboa e entre estas e as áreas logísticas e industriais com acesso fluvial, como alternativa ao transporte rodoviário e complementar do transporte ferroviário. - Promover a intermodalidade do sistema de transportes metropolitano através da valorização das interfaces com os modos de transporte terrestres. | Atende |
| <p>✓ Espaço diferenciador do território e dos modos de vida da AML:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a qualificação e valorização da Orla e em particular das frentes urbanas ribeirinhas como espaços de socialização vocacionados para o recreio e lazer e atividades de ar livre, contribuindo para o desenvolvimento de novos modos de vida e para melhor qualidade de vida da população metropolitana. - Promover a RNET como um recurso singular e de excelência para a diferenciação e qualificação da AML em relação às principais metrópoles ibéricas e europeias. - Promover o Estuário do Tejo, no seu conjunto, como um espaço diferenciador do território e dos padrões de vida metropolitanos, constituindo um fator determinante de atratividade e competitividade regional no contexto ibérico e europeu. | Atende |

| Vetores Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| - Promover a adequada articulação entre entidades que regulam os usos/utilizações no estuário. | |

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT AML):

| Prioridades Essenciais | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Qualificação metropolitana , através da contenção da expansão urbana e de um modelo/estrutura territorial. | Atende |
| ✓ Coesão sócio-territorial , através de uma melhoria sustentada das condições de vida e da qualidade urbana para a população residente na AML. | Atende |
| ✓ Organização do sistema metropolitano de transportes . | Atende |

| Orientações Territoriais para a Unidade Territorial: UT5 - Arco Ribeirinho Sul | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Os polos de Almada, Seixal e Barreiro devem constituir centralidades supramunicipais afirmando-se como conjunto funcional, complementar a Lisboa no âmbito da península de Setúbal, suportado em fortes acessibilidades internas e externas; | Atende |
| ✓ Promover a estruturação polinucleada e as ligações funcionais internas; | Atende |
| ✓ Preservar e recuperar as frentes ribeirinhas em articulação com a utilização do estuário para atividades de recreio e lazer; | Atende |
| ✓ Reconverter as áreas industriais em declínio ou abandonadas, privilegiando a sua utilização para serviços de apoio às atividades económicas e para a criação de espaço público; | Atende |
| ✓ Estruturar, ordenar e requalificar urbanisticamente o sistema urbano Almada/Montijo e o interior dos concelhos de Almada e Seixal; | Atende |
| ✓ Promover a frente atlântica como espaço de recreio e lazer da AML, preservando os valores naturais e salvaguardando as vertentes viradas ao Tejo enquanto património paisagístico de enquadramento do estuário; | Atende |
| ✓ Proteger as áreas com recursos geológicos cartografados na Carta de Recursos Geológicos, impedindo a sua afetação a outros usos que inviabilizem a sua exploração futura, promovendo, ainda, estudos que ordenem adequadamente estas áreas e as já esgotadas; | Atende |
| ✓ Qualificar o eixo Almada-Corroios-Fogueteiro , incluindo a extensão a poente da autoestrada, contendo a densificação e requalificando as áreas urbanas mais degradadas. | Atende |

| Orientações Territoriais para a Unidade Territorial: UT7 - Península Interior Sul | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Promover Coina como uma área centralizadora de atividades económicas ligadas à indústria, armazenagem e logística em articulação com Pinhal Novo e apoiada no arco ribeirinho e no polo Setúbal Palmela; | Atende |
| ✓ Ordenar e estruturar o território reconfigurando a ocupação urbana, de forma a permitir a recuperação de áreas com ecossistemas mais sensíveis , deixando livres de ocupação edificada áreas significativas importantes para a preservação do aquífero da península de Setúbal; | Atende |
| ✓ Implementar um plano intermunicipal de ordenamento do território que permita articular as diversas políticas e estratégias municipais. | Atende |

| Orientações Territoriais para a Unidade Territorial: UT10 – Arrábida/espichel/matas de Sesimbra | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Manter a Arrábida/Espichel como paisagens e zonas únicas fora das pressões urbanas; | Atende |
| ✓ Estruturar e consolidar o sistema Sesimbra/Santana/lagoa de Albufeira como área urbana ligada ao turismo, recreio e lazer, garantindo que a ocupação turística seja consentânea com o interesse paisagístico, ecológico e patrimonial; | Atende |
| ✓ Apoiar o desenvolvimento da atividade agrícola na área de Azeitão com base nas suas especificidades produtivas, garantindo a manutenção dos padrões paisagísticos existentes; | Atende |
| ✓ Controlar as pressões urbanas nas matas de Sesimbra , tendo em conta o seu elevado interesse patrimonial; | Atende |
| ✓ Proteger as áreas com recursos geológicos cartografados na Carta de Recursos Geológicos, impedindo a sua afetação a outros usos que inviabilizem a sua exploração futura, promovendo ainda estudos que ordenem adequadamente estas áreas e as já esgotadas. | Atende |

| Ações Urbanísticas: o Seixal insere-se na área urbana a articular e/ou qualificar. Os instrumentos de Planeamento Territorial devem: | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística , destes territórios, assim como as relações com os territórios envolventes, através do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas, da qualificação dos núcleos degradados e da criação e valorização de espaço público associado à implementação da Rede Ecológica Metropolitana. | Atende |

| | |
|---|--------|
| ✓ Rever os índices urbanísticos que permitam o aumento das áreas afetadas ao espaço público, espaços verdes, espaços para equipamentos coletivos, rede viária estruturante e áreas de circulação de peões e de estacionamento, nas áreas urbanas existentes e nas novas áreas a urbanizar. | Atende |
| ✓ Promover a realocação, reconversão ou modernização das áreas industriais em situação de declínio, abandono ou que causem problemas graves ao sistema urbano vizinho (nomeadamente poluição hídrica, atmosférica ou de outro tipo), privilegiando novos usos compatíveis com a proximidade habitacional, em particular os serviços de apoio às atividades económicas e a criação de espaço público. | Atende |

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (PROT AML):

| Orientações Territoriais para a Unidade Territorial: UT5 - Arco Ribeirinho Sul | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Promover esta unidade territorial como a área privilegiada para a regeneração urbana da AML-Sul , direcionando as dinâmicas económicas e urbanas resultantes do NAL para a revitalização e regeneração das áreas industriais obsoletas; | Atende |
| ✓ Promover a qualificação do território, contendo a densificação e requalificando as áreas urbanas degradadas; | Atende |
| ✓ Reconverter as áreas industriais obsoletas ou abandonadas , integrando-as em projetos de requalificação global das áreas ribeirinhas, assegurando a descontaminação de solos e privilegiando a sua utilização para a instalação de novas atividades económicas, em setores inovadores e com uma posição de relevo no contexto internacional; | Atende |
| ✓ Reforçar a centralidade do Turismo Cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico "Sol e Mar"; | Atende |
| ✓ Salvaguardar as vertentes viradas ao Tejo enquanto património paisagístico de enquadramento do Estuário; | Atende |
| ✓ Promover a concretização do Parque Metropolitano Coina/Vala Real; | Atende |
| ✓ Promover o ordenamento integrado no extremo oriental da Unidade, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial produtivo; | Atende |
| ✓ Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor. | Atende |

| Orientações Territoriais para a Unidade Territorial: UT7 - Península Interior Sul | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nas Aglomerações Urbanas Estruturadoras, nomeadamente Pinhal Novo – Quinta do Conde; | Atende |
| ✓ Assegurar um eficaz ordenamento do corredor Pinhal Novo – Palmela, incluindo os espaços consignados à indústria e à armazenagem, reforçando a dinâmica das atividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam forte componente exportadora; | Atende |
| ✓ Promover a estruturação da ocupação fragmentada e dispersa através de projetos de grande impacto na qualificação do território; | Atende |
| ✓ Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e outros ecossistemas mais sensíveis, de grande valor ambiental e produtivo; | Atende |
| ✓ Assegurar a valorização, a promoção e a proteção do relevante património natural e histórico-cultural existente; | Atende |
| ✓ Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e ciclo da água. | Atende |

| Orientações Territoriais para a Unidade Territorial: UT10 – Arrábida/espichel/matias de Sesimbra | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Concentrar as dinâmicas de crescimento urbanístico na aglomeração Sesimbra/Santana e núcleos urbanos adjacentes; | Atende |
| ✓ Acautelar potenciais estrangulamentos e pressões urbanísticas sobre os espaços envolventes/próximos das novas rodovias; | Atende |
| ✓ Promover a estruturação dos perímetros turísticos , respeitando a preservação dos valores ecológicos e paisagísticos em presença; | Atende |
| ✓ Promover a qualificação e estruturação do setor sudoeste do concelho de Sesimbra; | Atende |
| ✓ Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística da Arrábida/Espichel e assegurar a manutenção das ligações dos sistemas ecológicos entre as Matias de Sesimbra e o Parque Natural da Arrábida; | Atende |
| ✓ Acautelar os recursos hídricos subterrâneos à vulnerabilidade, à poluição e à sobre-exploração; | Atende |
| ✓ Promover a concretização do Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras. | Atende |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO DE LISBOA (PEDPL):

| Visão | Consideração no Plano |
|---|--|
| ✓ Com respeito pela sua diversidade e multifuncionalidade, o Porto de Lisboa quer ser um porto moderno e eficiente , sobretudo nos segmentos de carga contentorizada, de granéis agroalimentares e de lazer e turismo, e constituir-se como fator estruturante da Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo para a construção de uma identidade ribeirinha nesta área, para a sua afirmação como uma metrópole europeia e atlântica e para o reforço da competitividade da economia nacional. | O plano foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| Missão | Consideração no Plano |
| ✓ Assegurar a criação das condições para responder aos desafios do mercado , através da promoção da inovação e do desenvolvimento de soluções tecnológicas e operacionais que suportem a melhoria funcional das atividades portuárias, visando o reforço das vantagens competitivas do porto e tendo por base a competência dos seus colaboradores. | O plano foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Garantir as condições da prestação do serviço público e da persecução do interesse social. | O plano foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Ser um fator da dinamização da cooperação entre os parceiros operacionais com o objetivo de se prestarem serviços de excelência nas áreas portuária e logística , orientados para o cliente e segundo princípios de racionalidade económica e de eficácia social e com respeito pelas melhores práticas ambientais e de segurança. | O plano foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA 2007-2013 (PORL 2007-2013):

| Eixo Prioritário | Objetivo Específico | Consideração no Plano |
|---------------------------------------|--|-----------------------|
| ✓ Sustentabilidade Territorial | - <u>Soluções inovadoras para problemas urbanos</u> - Ações demonstrativas no âmbito de: Sistemas Inteligentes de Transportes; Apoio a ações de micro-logística local; Apoio a ações locais na ótica da eficiência da mobilidade da população; Incentivos ao reforço dos projetos de transporte ecológicos; Reforço da capacidade de planeamento; Apoio à criação de Ecobairros. | Atende |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (PEDEPES):

| Eixo Estratégico | Domínios | Consideração no Plano |
|---|--|-----------------------|
| ✓ Promoção da qualidade do território regional | - Promoção da <u>coesão territorial interna</u> – ordenamento do território funcionalidade e identidade territorial, <u>relações de vizinhança e segurança dos espaços públicos</u> . | Atende |
| | - Promoção da <u>qualidade urbanística</u> dos centros urbanos – reabilitação de património construído, <u>requalificação de espaços públicos, programação e gestão urbanística</u> . | Atende |
| | - <u>Requalificação, preservação e valorização do ambiente urbano, rural e natural</u> . | Atende |
| | - Valorização da <u>ruralidade</u> em contexto metropolitano – uso do solo, articulação funcional com aglomerados urbanos, <u>requalificação urbanística/paisagística das “aldeias”, valorização das relações de vizinhança, promoção de novas funções económicas, marketing territorial</u> . | Atende |
| | - Promoção da <u>acessibilidade inter-regional e internacional</u> da Península de Setúbal (infraestruturas de mobilidade supra regional). | Atende |
| | - Melhorar a <u>qualidade do ambiente urbano e das suas partes integrantes</u> , tais como estradas, ruas, praças e outras espaços urbanos e edifícios. | Atende |

PLANO INTEGRADO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À NAÚTICA DE RECREIO NO ESTUÁRIO DO TEJO (PIRANET):

| Objetivo Geral | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Reforçar e densificar uma rede diversificada de infraestruturas e equipamentos de apoio à náutica de recreio no Estuário do Tejo que, sem prejuízo de outras atividades no Tejo, potencie a fruição do plano de água estuarino e a revitalização das suas margens, respeitando e valorizando os valores naturais em presença, e que contribua para o incremento da cadeia de valor da fileira da náutica, beneficiando económica e socialmente a Região. | Atende |

FCD2 – EQUILÍBRIO ECOLÓGICO

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013 (QREN 2007-2013):

| Prioridade Estratégica | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida , nos objetivos de assegurar ganhos ambientais , promover um melhor ordenamento do território, estimular a <u>descentralização</u> regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento. | Atende |

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015 (ENDS 2015):

| Objetivo Estratégico | Prioridades Estratégicas | Consideração no Plano |
|--|--|------------------------|
| ✓ Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética | - <u>Crescimento Económico</u> mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas. | Atende Parcialmente |
| ✓ Melhor Ambiente e Valorização do Património | - Combate às <u>alterações climáticas</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - Gestão integrada da <u>água</u> e seu aproveitamento eficiente; | Atende |
| | - <u>Atividades agrícolas e florestais</u> desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e valorização da paisagem. | Atende |
| | - Conservação da <u>natureza</u> e da <u>biodiversidade</u> articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação. | Atende |
| | - Gestão integrada do <u>ar</u> . | Atende (Indiretamente) |
| | - Gestão integrada de <u>resíduos</u> . | Atende |
| | - Gestão dos <u>riscos naturais e tecnológicos</u> mobilizando a participação da população interessada. | Atende (Indiretamente) |

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE (ENCNB):

| Objetivos Gerais | Consideração no Plano |
|--|------------------------|
| ✓ Conservar a Natureza e a diversidade biológica , incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia. | Atende |
| ✓ Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. | Atende Parcialmente |

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA OS EFLUENTES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS 2007-2013 (ENEPAI 2007-2013):

| Orientações | Consideração no Plano |
|---|--|
| ✓ Adotar soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada. | O plano foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT):

| Objetivo Estratégico | Objetivo Específico | Consideração no Plano |
|---|---|--|
| ✓ Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos | - Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais; | Atende |
| | - Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais. | Atende |
| | - Executar uma política de gestão integrada da água. | Atende |
| | - Executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima. | Atende |
| | - Executar um Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas. | Atende |
| | - Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural. | Atende |
| - Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos. | Atende | |

| Opções para o Desenvolvimento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Proteger as frentes ribeirinhas e a zona costeira e desenvolver um programa coerente de qualificação que valorize o seu potencial como espaços de recreio e lazer e de suporte a atividades do cluster turismo; | Atende |
| ✓ Valorizar os recursos paisagísticos e ambientais, com relevo para os estuários e os Parques Naturais, e estruturar os espaços de maior aptidão para o desenvolvimento das indústrias de ócio e lazer; | Atende |
| ✓ Implementar a Rede Ecológica Metropolitana e garantir uma gestão integrada dos corredores ecológicos. | Atende |

PLANO NACIONAL DO USO EFICIENTE DA ÁGUA 2012-2020 (PNUEA 2012-2020) (Em Discussão Pública):

| Setor Urbano | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| Objetivo Estratégico | |
| ✓ Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento. | Atende |

| Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Promover a sensibilização, informação e formação dos principais intervenientes no uso na água, bem como na introdução nos programas e livros escolares de matéria específica; | Atende Parcialmente |
| ✓ Garantir uma dinâmica de sucesso na implementação do uso eficiente da água, dirigindo os maiores esforços para os sistemas públicos (não domésticos), e para as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água (ex.: escolas; centros comerciais; estações de serviço; hospitais; repartições e serviços de administração pública; hotéis; instalações desportivas – ginásios, piscinas, estádios, etc. -, aeroportos, terminais rodó e ferroviários; escritórios; restaurantes; lavandarias; etc.); | Atende Parcialmente |
| ✓ Reduzir ao mínimo o uso da água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas- | Atende Parcialmente |

| Setor Industrial | Consideração no Plano |
|--|------------------------------|
| Objetivo Estratégico | |
| ✓ Otimização do uso da água na unidade industrial , sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre esta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP); | Atende Parcialmente |
| ✓ Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais , conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP. | Atende Parcialmente |
| Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
| ✓ Redução dos consumos de água e dos volumes de águas residuais geradas através da adequação de procedimentos , utilização mais eficiente de equipamentos e dispositivos e a adoção de sistemas de reutilização/recirculação da água; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial através da diminuição das perdas reais nos sistemas de distribuição; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial racionalizando a água através de alterações efetuadas ao nível dos processos de fabrico industrial; | Atende Parcialmente |
| ✓ Utilização na unidade industrial de águas residuais ou remanescentes, provenientes de outros processos nos sistemas de arrefecimento e na lavagem de equipamentos; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial através da alteração de hábitos dos utilizadores; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial recuperando o vapor de água gerado nos sistemas de aquecimento da unidade industrial. | Atende Parcialmente |

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 2007-2013 (PEAASAR 2007-2013):

| Objetivo Estratégico | Objetivos Operacionais | Consideração no Plano |
|--|--|--|
| ✓ A proteção dos valores ambientais | - Cumprir os objetivos decorrentes do <u>normativo nacional e comunitário</u> ; | Atende |
| | - Garantir uma abordagem integrada na <u>prevenção e no controlo da poluição</u> provocada pela atividade humana e pelos setores produtivos; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Aumentar a produtividade e a competitividade do setor</u> através de soluções que promovam a ecoeficiência; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE 2007-2013 (PRODER 2007-2013):

| Subprogramas | Medidas | Ação | Consideração no Plano |
|---|---|--|--|
| ✓ Gestão Sustentável do Espaço Rural | - <u>Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas</u> | - Manutenção da Atividade Agrícola fora da Rede Natura | Atende |
| | | - Manutenção da Atividade Agrícola em Rede Natura | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Valorização de Modos de Produção</u> | - Alteração de Modos de Produção Agrícola | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Proteção da Biodiversidade Doméstica | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Conservação do Solo | Atende |

| | | | |
|---------------------------------------|---|--|---------------------------|
| | | | (Indiretamente) |
| | - <u>Gestão do Espaço Florestal e Agroflorestal</u> | - Minimização dos Riscos | Atende |
| | | - Ordenamento e Recuperação de Povoamentos | Atende (Indiretamente) |
| | | - Valorização Ambiental dos Espaços Florestais | Atende |
| ✓ Dinamização das Zonas Rurais | - <u>Melhoria da Qualidade de Vida</u> | - Conservação e Valorização do Património Rural. | Atende (Indiretamente) |

PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 2016 (PNAEE 2016):

| Área | Programas | Medidas | Consideração no Plano |
|---|---|---|--|
| Transportes | ✓ Eco Carro | - Tributação Verde – Revisão do regime de tributação de veículos particulares. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Pneu Verde. | |
| | | - Promoção da aquisição de Veículos Elétricos (VE). | |
| | ✓ Mobilidade Urbana | - Promoção da Mobilidade sustentável e da adoção de boas práticas. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Utilização de transportes e soluções de mobilidade energeticamente mais eficientes. | |
| | ✓ Sistema de Eficiência Energética nos Transportes | - Oferta de Transporte Ferroviário de Passageiros. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| - Regulamento de Gestão dos Consumos de Energia nos Transportes. | | | |
| - Apoio à instalação de equipamentos de enchimento de pneus a nitrogénio. | | | |
| - Sistema de Gestão de Frotas e promoção da eco – condução. | | | |
| Residencial e Serviços | ✓ Renove Casa & Escritório | - Promoção de equipamentos mais eficientes. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Iluminação eficiente. | |
| | | - Janela Eficiente. | |
| | | - Isolamento Eficiente. | |
| | | - Calor Verde. | |
| | ✓ Sistema de Eficiência Energética nos Edifícios | - SCE Edifícios Residenciais. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - SCE Edifícios de Serviços. | |
| ✓ Solar Térmico | - Solar Térmico Residencial. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) | |
| | - Solar Térmico Serviços. | | |
| Indústria | ✓ Sistema de Eficiência Energética na Indústria e outros setores | - Medidas transversais: a) Setor Motores Elétricos: Otimização de motores; Sistemas de bombagem; Sistemas de ventilação; Sistemas de compressão; b) Setor Produção de Calor e Frio: Cogeração; Sistemas de combustão; Recuperação de calor e Frio Industrial; c) Iluminação: Iluminação eficiente; d) Eficiência do Processo Industrial/Outros: Monitorização e controlo; Tratamento de efluentes; Integração de processos; Manutenção de equipamentos consumidores de energia; Isolamentos térmicos; Transportes; Formação e sensibilização de recursos humanos; Redução da energia reativa. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

| Área | Programas | Medidas | Consideração no Plano |
|------|-----------|---|--|
| | | <p>- Medidas Específicas:</p> <p>a) Alimentação e Bebidas: Otimização da esterilização, Processos de separação com membranas, Mudança de moinhos horizontais para verticais, Destilação a vácuo;</p> <p>b) Cerâmica: Otimização de fornos; Melhoria de secadores; Extrusão com vapor; Extrusão dura; Otimização de produção de pó; Utilização de combustíveis alternativos;</p> <p>c) Cimento: Otimização de moagens; Utilização de combustíveis alternativos (e.g. biomassa); Redução da utilização de clínquer no cimento; Utilização de gás natural (em substituição do coque de petróleo).</p> <p>d) Madeira e Artigos de Madeira: Transportadores mecânicos em vez de pneumáticos, Aproveitamento de biomassa, Otimização de estufas e fornos de secagem.</p> <p>e) Metal-electro-mecânica; Combustão submersa para aquecimento de banhos; Reutilização de desperdícios e Otimização de fornos.</p> <p>f) Metalurgia e Fundição: Melhoria na qualidade dos ânodos e cátodos; Setor da fusão; Número de fundidos por cavidade; Rendimento do metal vazado; Diminuição da taxa de refugo, Despoeiramento; Aumento da cadência do ciclo; Redução de sobre espessuras</p> <p>h) Pasta e Papel: Gaseificação / Queima de licor negro e outros resíduos; Otimização de secagens.</p> <p>i) Químicos, Plásticos e Borracha: Novas operações de separação (e.g. membranas); Utilização de novos catalisadores; Otimização das destilações.</p> <p>j) Siderurgia: Melhoria dos fornos elétricos; Processos de "smelting reduction"; Moldagem e formação simultâneas.</p> <p>k) Têxtil: Otimização do funcionamento dos banhos; Pré-secagem mecânica / IV; Aquecimento de águas por painéis solares; Otimização dos processos de produção têxtil.</p> <p>l) Vestuário, Calçado e Curtumes: Melhorias em limpeza / banhos; Tecnologias de corte e de união de peças; Aquecimento de águas por painéis solares.</p> <p>m) Vidro: Otimização de fornos, Utilização de vidro usado (reciclagem).</p> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | <p>- Outros setores</p> <p>Nesta medida é identificado o potencial de economia existente no SGCIE para outros setores de atividade, bem como o potencial resultante de novos projetos de cogeração ou de outras ações não diretamente ligadas à implementação do SGCIE, mas que conduzem ao aumento da eficiência energética da indústria.</p> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO DE AÇÃO AMBIENTE E SAÚDE 2008-2013 (PNAAS 2008-2013):

| Vetor | Domínio Prioritário | Ações | Consideração no Plano |
|--|---------------------|--|------------------------|
| Vetor Integração de Informação e Investigação Aplicada | ✓ Água | - Proceder ao levantamento das necessidades de monitorização de poluentes, identificar indicadores de contaminação, em massas de água usadas para captação de água para consumo humano, águas piscícolas e conquícolas e elaborar um Programa de Monitorização complementar. | Atende (Indiretamente) |
| | | - Proceder ao estudo dos fatores de risco para a saúde humana associados às águas costeiras e interiores, aquando da prática de desportos náuticos e delinear um quadro conceptual que viabilize futuras tomadas de decisão no âmbito da vigilância epidemiológica e/ou monitorização ambiental. | Atende (Indiretamente) |
| | ✓ Ruído | - Compreender melhor as relações entre a exposição a ruído ambiente (exterior e interior) e efeitos na saúde, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da população. | Atende (Indiretamente) |
| | | - Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído ambiente: Compreender melhor as relações entre a exposição a ruído ambiente (exterior e interior) e efeitos na saúde, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis | Atende (Indiretamente) |

| Vetor | Domínio Prioritário | Ações | Consideração no Plano |
|-------|---------------------|--|--|
| | | da população. | |
| | ✓ Ar | - Desenvolver um sistema de informação e avaliação integrado e geo-referenciado dos <u>efeitos na saúde humana</u> , a curto e longo prazo, associado à exposição aos poluentes atmosféricos no ar ambiente. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - <u>Espacialização de dados relativos a qualidade o ar:</u> Desenvolver um sistema nacional de informação geo-referenciada que identifique áreas de excedência e avalie a população exposta a níveis de poluentes atmosféricos acima dos regulamentados. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | ✓ Solo e sedimentos | - Sistematizar os <u>efeitos na saúde humana</u> associados a solos e materiais sedimentares contaminados, definindo e implementando uma estratégia de intervenção. | Atende (Indiretamente) |

PLANO ESTRATÉGICO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS 2007-2016 (PERSU II):

| Linhas Orientadoras Estratégicas | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Reduzir, reutilizar, reciclar | Atende |
| ✓ Separar na origem | Atende |
| ✓ Minimizar a deposição em aterro | Atende |
| ✓ "Waste to Energy" para a fração "resto" (não reciclável) | Atende |
| ✓ Protocolo de Quioto: compromisso determinante na política de resíduos | Atende |
| ✓ Informação válida a tempo de se tomarem decisões | Atende |
| ✓ Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão | Atende |

| Eixo | Medida | Consideração no Plano |
|---|--|--|
| ✓ Prevenção: Programa Nacional | - <u>Redução da Quantidade dos Resíduos Produzidos</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Redução da Perigosidade dos Resíduos</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Instrumentos e respetivas Ações e Medidas para a Prevenção</u> | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Sensibilização/Mobilização dos cidadãos | - | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Qualificação e otimização da gestão de resíduos | - <u>Otimização dos Sistemas de Gestão de RSU</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Envolvimento dos Sistemas na prossecução da estratégia</u> | Atende |
| | - <u>Reforço dos sistemas ao nível de infraestruturas e equipamentos</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Reforço da reciclagem</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Reforço da investigação e do marketing no domínio da reciclagem;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Estabelecimento de Critérios de Qualidade para os Materiais Reciclados, Composto e CDR/CSR.</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Abertura do Mercado de Gestão das Infraestruturas de Tratamento dos Resíduos;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO (PBHT):

| Linha Estratégica Fundamental | | Consideração no Plano |
|-------------------------------|---|---------------------------|
| ✓ | Preservação e valorização ambiental do meio hídrico e dos ecossistemas (e da paisagem associada), através de condicionamento da utilização de recursos ou de zonas a preservar e da definição de uma estratégia específica para a recuperação de ecossistemas. | Atende (Indiretamente) |

| Área Temática | Objetivos Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|--|--|
| ✓ Proteção das Águas e Controlo da Poluição | - Resolver as carências e atenuar as disfunções ambientais atuais associadas à <u>qualidade dos meios hídricos</u> , associados ao não cumprimento da legislação nacional e comunitária ou de compromissos internacionais aplicáveis na presente data. | Atende |
| | - Resolver outras carências e atenuar outras disfunções ambientais atuais associadas à <u>qualidade dos meios hídricos</u> . | Atende |
| | - Adaptar as infraestruturas associadas à despoluição dos <u>meios hídricos</u> e os respetivos meios de controlo à realidade resultante do desenvolvimento socioeconómico e à necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Proteger e valorizar <u>meios hídricos</u> de especial interesse, com destaque para as <u>origens destinadas ao consumo humano</u> . | Atende |
| | - Caracterizar, controlar e prevenir os <u>riscos de poluição dos meios hídricos</u> . | Atende |
| | - Aprofundar o conhecimento relativo a situações cuja especialidade as torna relevantes no âmbito da <u>qualidade da água</u> . | Atende |
| | - Desenvolver e ou aperfeiçoar sistemas de recolha, armazenamento e tratamento de dados sobre aspetos específicos relevantes em relação aos <u>meios hídricos</u> . | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Proteção da Natureza | - Manter ou melhorar o <u>estado ecológico dos ecossistemas dulçaquícolas</u> , bem como recuperar e reabilitar os ecossistemas dulçaquícolas cujo estado ecológico se encontre deteriorado, incluindo as massas de água fortemente modificadas. | Atende (Indiretamente) |
| | - Proteger os <u>meios aquáticos e ribeirinhos de especial interesse ecológico</u> por terem sido detetadas situações de valor conservacionista e elevada proximidade da situação pristina; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Garantir formas sustentáveis de <u>utilização das espécies, comunidades e ecossistemas</u> , bem como estabelecer regras de atuação ecologicamente adequadas nas ações de manutenção e reabilitação de sistemas hídricos. | Atende |
| | - Definir os <u>caudais ecológicos</u> nos diferentes cursos de água da bacia do Tejo com base em estudos aprofundados e monitorização adequada e promover a adequação das infraestruturas existentes às exigências da gestão dos caudais ambientais. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Elaborar um <u>plano de gestão ambiental</u> integrada do estuário do Tejo e recuperar e proteger as áreas do estuário não classificadas e que ainda apresentem interesse conservacionista. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Instalar um sistema de monitorização para avaliação do <u>estado ecológico das espécies, comunidades e ecossistemas dulçaquícolas</u> . | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO DE ORDENAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO (POE Tejo):

| Vetores Estratégicos | | Consideração no Plano |
|----------------------|---|------------------------|
| ✓ | Espaço seguro e sustentável para as comunidades que habitam e utilizam o Estuário: - Garantir a qualidade química e biológica da água adequada às vocações dos diversos setores estuarinos, no sentido do cumprimento da Diretiva Quadro da Água, assegurando o bom estado ecológico. - Avaliar o regime hidrodinâmico de forma a conhecer as implicações das diversas atividades no estuário e na sua | Atende Parcialmente |

| Vetores Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| <p>orla (sedimentos, zonas de risco de cheia, alterações das massas de água, etc.).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a boa qualidade ambiental dos ecossistemas estuarinos onde se incluem espécies e habitats protegidas e ameaçadas, tendo em vista a sua preservação e valorização ambiental, bem como a sua utilização económica e social. - Gerir de forma sustentável os espaços e as infraestruturas de interface terra – água através dos quais se proporcionam a utilização e fruição do estuário (espaços, equipamentos e infraestruturas portuárias e logísticas, de pesca, recreio náutico e marítimo-turísticas, de turismo, recreio, lazer e desporto, de apoio a atividades económicas, científicas, e culturais, etc.). - Regular as utilizações do estuário tendo em vista a sua adequação às sensibilidades, vocações e capacidades diferenciadas das diversas áreas, garantindo a compatibilidade entre as diversas atividades. | |
| <p>✓ Espaço natural e cultural de projeção internacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorizar as vertentes natural, cultural, científica e histórica do estuário; - Valorizar e enquadrar as atividades tradicionais que apresentem valor social, sócio-económico e sócio-cultural, significativo para as populações locais (pesca artesanal, apanha de marisco, reparação de embarcações, salicultura tradicional). - Valorizar o papel da Reserva Natural, da Rede Natura 2000 e de outras áreas de elevado valor para a conservação da natureza, do Estuário do Tejo, dos centros urbanos ribeirinhos, e do património edificado na estruturação de redes culturais, científicas, e de educação/pedagogia ligadas ao Estuário. | Atende |
| <p>✓ Espaço privilegiado para a valorização e sustentabilidade dos recursos haliéuticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Incentivar a conservação e o uso sustentável dos recursos haliéuticos nativos do estuário</u> e minimizar o impacto da sua exploração; - <u>Promover a exploração de espécies nativas</u> com potencial económico; - <u>Promover a introdução e exploração de espécies hoje com pouca expressão</u> mas com potencial económico em respeito pela capacidade de carga dos sistemas; ✓ - Regular e incentivar a oferta de condições necessárias ao desenvolvimento da fileira da <u>aquicultura</u> (produção, transporte, tratamento, transformação, conservação, comercialização, controlo, investigação e desenvolvimento, etc.). | Atende Parcialmente |

PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN 2000):

| De acordo, com o PSRN 2000, o município Seixal abrange o Sítio Férreo/Lagoa de Albufeira | Consideração no Plano |
|---|---|
| <p>Orientações de Gestão do Sítio Férreo/Lagoa de Albufeira (PTCON0054)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preservação das lagoas permanentes e sistemas de paleodunas paludificadas, da zona húmida Lagoa de Albufeira e dos habitats de dunas marítimas e interiores. Neste sentido deverão ser asseguradas a proteção da fauna e flora da zona húmida da Lagoa de Albufeira, e a proteção de habitats dunares e espécies classificadas pela Diretiva Habitats. ✓ Deverão ser acautelados os projetos urbanos, turísticos e rodoviários, que afetem de forma significativa os referidos habitats e espécies ou impliquem a alteração do uso atual do solo em grandes manchas. Deverão ser ponderados e avaliados os efeitos acumulativos e os impactos globais, resultantes das diferentes intervenções propostas para a zona, de forma a evitar o risco de rutura do equilíbrio ecológico. ✓ A manutenção dos valores naturais tem sido conseguida principalmente devido à inexistência de formas de exploração intensivas, agrícolas ou florestais, bem como à restrição de acesso, uma vez que as áreas de maior valor se encontram, pelo menos parcialmente. ✓ Nas práticas de gestão da vegetação espontânea deverá recorrer-se preferencialmente ao corte da parte da vegetação, sem destruição dos sistemas radiculares, executando o trabalho em faixas, com periodicidade que garanta um compromisso entre a redução do risco de incêndio e a conservação/recuperação de espécies da flora. | <p>Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo)</p> <p>Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo)</p> <p>Atende</p> <p>Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo)</p> |

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT AML):

| Prioridades Essenciais | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| <p>✓ Sustentabilidade ambiental, encarando a preservação e a valorização ambiental como premissas fundamentais de criação de oportunidade de desenvolvimento, adota-se uma visão sistémica das vertentes ambientais, propondo-se que "Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental" constitua a rede fundamental de áreas, corredores e ligações ecológicas, de valorização ambiental do sistema territorial. A (re)valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem, e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano são também objetivos fundamentais do PROT-AML.</p> | Atende |

| | |
|--|------------------------------|
| Normas Orientadoras para a Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental: o Seixal possui ligações/corredores secundários e áreas e corredores ou ligações vitais. | Consideração no Plano |
| Ligações/Corredores Estruturantes Secundários. Os Instrumentos de Planeamento Territorial devem manter estes territórios <i>livres de ocupação edificada</i> e garantir que a função ecológica é dominante, ligando e integrando áreas da Rede Ecológica Metropolitana, onde os usos não devem ser compatíveis com estas funções: | |
| ✓ Quando os corredores correspondam a linhas de água , especial atenção deve ser dada à ocupação marginal, garantindo áreas " <i>non aedificandi</i> " que permitam o funcionamento natural da rede de drenagem hídrica. | Atende |
| ✓ Os direitos legalmente constituídos dos proprietários, ainda não materializados – em especial os localizados em áreas de risco – relativos a construções, edificações ou obstruções de qualquer natureza ao normal escoamento das águas, devem ser transferidos para outros locais. | |

| | |
|--|------------------------------|
| Áreas e Corredores ou Ligações Vitais. Os Instrumentos de Planeamento Territorial devem: | Consideração no Plano |
| ✓ Afetar as áreas e corredores vitais , assinaladas na Carta da REM, preferencialmente a espaço público de recreio e lazer, em especial parques urbanos ou espaços verdes públicos e equipamentos de recreio e lazer com predomínio de áreas não edificadas. | Atende |
| ✓ Garantir a viabilidade de manutenção ou reposição da função ecológica dominante nos territórios considerados como vitais na Rede Ecológica Metropolitana e seus espaços envolventes. | |
| ✓ Afetar definitivamente os territórios considerados Áreas Vitais a usos dominantes não edificáveis ou consentâneos com a sua função estruturante da REM e integrá-los na EEM. | |
| ✓ Identificar e delimitar as áreas ameaçadas por cheias e as zonas adjacentes , considerando-as áreas <i>non aedificandi</i> e integrando-as na EEM. | |
| ✓ Sempre que as ligações correspondam a linhas de drenagem natural, importantes para o funcionamento do sistema hidrológico, estabelecer uma faixa não edificada, delimitada a partir da margem, com um mínimo de 20 metros para cada lado da linha de água (para além dos limites legais), onde podem ocorrer espaços verdes urbanos ou usos não edificados que garantam o funcionamento do sistema hidrológico com perfeitas condições naturais. Os Instrumentos de Planeamento Territoriais devem alargar os valores aqui indicados de acordo com as características específicas de cada corredor. | |
| ✓ Delimitar as Áreas e Corredores Vitais a integrar a Estrutura Ecológica Municipal por forma a: garantir a sua continuidade física e conectividade ecológica dominante, integrar as áreas com as características adequadas à função ecológica e paisagística, garantir o funcionamento das linhas de água, drenagem do ar e as ligações fundamentais dos espaços naturais, configurar remates urbanos coerentes nas áreas edificadas. | |
| ✓ Identificar os pontos de estrangulamento e as causas de degradação dos corredores , propor medidas para a eliminação, correção ou minimização dos seus efeitos negativos e regulamentar a sua gestão e os usos compatíveis com as Áreas e Corredores Vitais. | |

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROF-AML):

| Enquadramento/Orientações | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ O município do Seixal inclui parcialmente um corredor ecológico definido no PROF AML. Os corredores ecológicos contribuem para a formação de metapopulações de comunidades da fauna e da flora, tendo como objetivo conectar populações, núcleos ou elementos isolados, e integram os principais eixos de conexão, delimitados no mapa síntese com a largura máxima de 3 km. | Atende |
| ✓ As normas a aplicar no âmbito do planeamento florestal são as consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica, com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos, com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos. | Atende |
| ✓ Os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT. Estes corredores devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios, sendo estas de caráter prioritário. | Atende |

| | |
|---|------------------------------|
| A proposta de revisão do PDMS insere-se na Sub-região homogénea Península de Setúbal e na Sub-região homogénea Arribas-Arrábida . | Consideração no Plano |
| Objetivos específicos da sub-região homogénea da Península de Setúbal. Apresenta como primeira função recreio, enquadramento e estética da paisagem, como segunda função silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e como terceira função a produção. | |
| ✓ Melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e lazer . | Atende |
| ✓ Melhorar a estrutura produtiva dos espaços existentes . | Atende |
| ✓ Otimizar a gestão das áreas cinegéticas e silvopastoris . | Atende |

| | |
|---|------------------------------|
| ✓ Diminuição do número de incêndios e da área ardida. | Atende |
| ✓ Minimizar os efeitos de pragas e doenças. | Atende |
| Objetivos específicos da sub-homogénea da Arribas-Arrábida. Apresenta como primeira função a conservação de habitats, de espécies da fauna e flora, de geomonumentos, como segunda função a proteção e como terceira função o recreio, enquadramento e estética da paisagem. | Consideração no Plano |
| ✓ Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística. | Atende |
| ✓ Preservar os valores fundamentais do solo e da água. | Atende |
| ✓ Ordenamento dos espaços florestais de recreio. | Atende |
| ✓ Melhoria da qualidade das pastagens, desde que não colida com a conservação de habitats e de espécies classificadas. | Atende |

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA 2007-2013 (PORL 2007-2013):

| Eixo Prioritário | Objetivo Específico | Consideração no Plano |
|--------------------------------|--|------------------------|
| ✓ Sustentabilidade Territorial | - Estímulo à ecoeficiência; Estímulo à reciclagem e reutilização dos resíduos; Apoio à criação de Ecobairros; Estímulo ao aumento da eficiência ambiental nos serviços da Administração Pública. | Atende (Indiretamente) |
| | - Ordenamento e valorização da estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental. | Atende |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (PEDEPES):

| Eixo Estratégico | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|--|---|------------------------|
| ✓ Promoção da qualidade do território regional | - Requalificação, preservação e valorização do ambiente urbano, rural e natural. | Atende |
| | - Contribuir fortemente para a sustentabilidade do recurso água e do respetivo ambiente: as captações com origem no aquífero não devem ultrapassar um limite máximo diário compatível com a capacidade de sustentação deste recurso; a água das linhas superficiais deve atingir, no mínimo, um nível de qualidade compatível com o uso das águas para fins agrícolas; as águas marinhas devem manter o nível de qualidade compatível com a sustentabilidade dos espécimes selvagens que suportam e com as exigências da aquicultura; as águas dos estuários devem ter um nível de qualidade mínimo, compatível com a sustentabilidade da biodiversidade que contém; proteger os novos focos de crescimento dos riscos de cheias e/ou de desabamentos e proteger os focos já existentes dos efeitos que os novos focos têm sobre os regimes hidrológicos e a estabilidade do litoral. | Atende (Indiretamente) |
| | - Conservar, manter e melhorar as áreas naturais em geral, especialmente as são objeto de medidas de conservação, nacional e internacional; | Atende |
| | - Proteger e fomentar as paisagens, lugares e elementos sócio-culturais da região, que apresentem caráter único no país e no mundo e /ou sejam classificadas como Capital Natural Socialmente Crítico. | Atende |
| | - Proteger, manter e dinamizar a floresta, especialmente os montados da Península de Setúbal. Os montados devem ser classificadas como Capital Natural Estável. | Atende |
| | - Elevar os níveis de atendimento das populações, por sistemas de abastecimento de água, para valores próximos dos 95%, que deverá ser acompanhado pela sensibilização dos consumidores para o valor da água distribuída e para a necessidade da sua utilização racional. | Atende |
| | - Aumento dos níveis de atendimento, em sistemas de drenagem e tratamento, para valores próximos dos 90%. | Atende |
| | - Promoção dos níveis de atendimento dos sistemas de recolha e tratamento para valores da ordem dos 95%. | Atende |

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI):

| Eixos Estratégicos | Consideração no Plano |
|---|--|
| ✓ Promover a gestão ativa da floresta e a gestão dos combustíveis florestais; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Reforçar as estruturas de defesa da floresta contra incêndios e de combate; | Atende |
| ✓ Educar e sensibilizar para a defesa da floresta contra os incêndios e para o uso correto do fogo; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Adotar estratégias de recuperação de áreas ardidas; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Reforçar a vigilância e a fiscalização. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO ESTRATÉGICO DE AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REABILITAÇÃO DOS SOLOS DO MUNICÍPIO DO SEIXAL (PEACRS):

| Objetivos Genéricos Fundamentais | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Proteger a saúde pública; | Atende |
| ✓ Proteger o ambiente; | Atende |
| ✓ Reabilitar o sítio e possibilitar o uso futuro do solo em condições ambientalmente favoráveis. | Atende |

PLANO MUNICIPAL DE ENERGIA (PME):

| Linhas Estratégicas de Atuação | Consideração no Plano |
|---|--|
| ✓ Apoiar o Município do Seixal, Associados, Agentes económicos e Cidadãos na gestão dos recursos tendo em vista a promoção de um desenvolvimento local sustentável; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Caracterizar o desempenho energético do concelho do Seixal, avaliar a aptidão para o desenvolvimento dos recursos energéticos endógenos, de forma a apoiar a definição de medidas prioritárias para o desenvolvimento de uma política energética no concelho; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Promover a AMESEIXAL enquanto parceiro na promoção da eficiência energética e ambiental nos setores com maiores consumos de energia e mais poluentes: Indústria, Transportes e Edifícios; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Promover a introdução de tecnologias energéticas eficientes e energias renováveis no concelho do Seixal, para uma maior competitividade; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Fornecer informação e prestar apoio direto aos consumidores de energia no que se refere à escolha dos equipamentos energéticos e à redução dos consumos de energia; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Apoiar tecnicamente as escolas, dos diversos graus de ensino, no âmbito de programas de educação energética e ambiental. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Organizar e participar em ações de formação de técnicos em temas ligados à energia. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL (PMEPCS):

| Objetivos Gerais | Consideração no Plano |
|--|--|
| ✓ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer , o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Promover a informação das populações através ações de sensibilização , tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

FCD3 – EQUIDADE E COESÃO SOCIAL

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (QREN 2007-2013):

| Prioridade Estratégica | Consideração no Plano |
|--|---------------------------|
| <p>✓ Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o caráter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social.</p> | Atende (Indiretamente) |
| <p>✓ Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.</p> | Atende |

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015 (ENDS 2015):

| Objetivos Estratégicos | Prioridades Estratégicas | Consideração no Plano |
|---|---|--|
| <p>✓ Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social</p> | - <u>Equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de proteção social</u> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Reforço da prevenção e reabilitação orientadas para ganhos de saúde</u> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Dinâmica de emprego que promova a qualidade de vida no trabalho e a integração social</u> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas</u> . | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| <p>✓ Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento</p> | - Mobilização da sociedade para uma maior <u>criatividade artística e cultural</u> . | Atende |
| <p>✓ Melhor Ambiente e Valorização do Património</p> | - Combate às <u>alterações climáticas</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - Gestão integrada da <u>água</u> e seu aproveitamento eficiente; | Atende |
| | - Gestão integrada do <u>ar</u> . | Atende (Indiretamente) |
| | - Gestão integrada de <u>resíduos</u> . | Atende (Indiretamente) |
| | - Gestão dos <u>riscos naturais e tecnológicos</u> mobilizando a participação da população interessada. | Atende (Indiretamente) |

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA OS EFLUENTES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS 2007-2013 (ENEPAI 2007-2013):

| Orientações | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| <p>✓ Adotar soluções coletivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada.</p> | Atende |

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT):

| Objetivo Estratégico | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|---|--|------------------------|
| ✓ Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos | - Proteger e valorizar as paisagens e o <u>património cultural</u> . | Atende |
| ✓ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços Ibérico, europeu, atlântico e global. | - Promover <u>polos regionais de competitividade e qualificar o emprego</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social. | - Desenvolver programas incentivar ações que melhorem as <u>condições de habitação</u> nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis. | Atende |
| | - Dinamizar <u>redes de equipamentos coletivos</u> e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e exclusão social. | Atende |
| | - Desenvolver as <u>redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade</u> , reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social. | Atende |

| Opções para o Desenvolvimento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa | Consideração no Plano |
|---|------------------------|
| ✓ Qualificar os <u>subúrbios</u> , contrariar a <u>segregação espacial urbana</u> e promover a <u>inserção urbana das áreas críticas</u> . | Atende |
| ✓ Revitalizar os <u>centros históricos</u> , reabilitando o <u>património edificado</u> , recuperando as funções residenciais e revitalizando as funções urbanas. | Atende |
| ✓ Recuperar as <u>áreas de habitação degradada</u> , com intervenções qualificantes sobre os edifícios, o espaço público e os equipamentos. | Atende (Indiretamente) |

PLANO NACIONAL DO USO EFICIENTE DA ÁGUA 2012-2020 (PNUEA 2012-2020) (Em Discussão Pública):

| Setor Urbano | | Consideração no Plano |
|--|--|-----------------------|
| Objetivo Estratégico | | |
| ✓ Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento. | | Atende |
| Objetivos Específicos | | Consideração no Plano |
| ✓ Promover a sensibilização, informação e formação dos principais intervenientes no uso na água, bem como na introdução nos programas e livros escolares de matéria específica; | | Atende Parcialmente |
| ✓ Garantir uma dinâmica de sucesso na implementação do uso eficiente da água, dirigindo os maiores esforços para os sistemas públicos (não domésticos), e para as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água (ex.: escolas; centros comerciais; estações de serviço; hospitais; repartições e serviços de administração pública; hotéis; instalações desportivas – ginásios, piscinas, estádios, etc. -, aeroportos, terminais rodó e ferroviários; escritórios; restaurantes; lavandarias; etc.); | | Atende Parcialmente |
| ✓ Reduzir ao mínimo o uso da água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas- | | Atende Parcialmente |

| Setor Industrial | | Consideração no Plano |
|--|--|-----------------------|
| Objetivo Estratégico | | |
| ✓ Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre esta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP); | | Atende Parcialmente |

| | |
|--|---------------------|
| ✓ Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais , conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP. | Atende Parcialmente |
|--|---------------------|

| Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Redução dos consumos de água e dos volumes de águas residuais geradas através da adequação de procedimentos , utilização mais eficiente de equipamentos e dispositivos e a adoção de sistemas de reutilização/recirculação da água; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial através da diminuição das perdas reais nos sistemas de distribuição; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial racionalizando a água através de alterações efetuadas ao nível dos processos de fabrico industrial; | Atende Parcialmente |
| ✓ Utilização na unidade industrial de águas residuais ou remanescentes, provenientes de outros processos nos sistemas de arrefecimento e na lavagem de equipamentos; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial através da alteração de hábitos dos utilizadores; | Atende Parcialmente |
| ✓ Redução do consumo de água na unidade industrial recuperando o vapor de água gerado nos sistemas de aquecimento da unidade industrial. | Atende Parcialmente |

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS 2007-2013 (PEAASAR 2007-2013):

| Objetivo Estratégico | Objetivos Operacionais | Consideração no Plano |
|--|--|--|
| ✓ A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço | - <u>Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água e servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas</u> , sendo que em cada sistema integrado de saneamento o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida; | Atende |
| | - <u>Obter níveis adequados de qualidade do serviço</u> , mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ A proteção dos valores ambientais | - Cumprir os objetivos decorrentes do <u>normativo nacional e comunitário</u> ; | Atende |
| | - <u>Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição</u> provocada pela atividade humana e pelos setores produtivos; | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Aumentar a produtividade e a competitividade do setor</u> através de soluções que promovam a ecoeficiência; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PROGRAMA DE EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL (PEPS):

| Medidas Temporárias de Proteção Social | Consideração no Plano |
|---|------------------------|
| ✓ Redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego ; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Pagamento de subsídios provisórios de desemprego ; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Majoração do montante do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego ; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Melhoria do montante do subsídio de desemprego parcial ; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Acesso à pensão de velhice de desempregados com idade igual ou superior a 58 anos; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Apoio para a frequência de respostas sociais de amas, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres . | Atende (Indiretamente) |

PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 2016 (PNAEE 2016):

| Área | Programas | Medidas | Consideração no Plano |
|---|--|---|--|
| Transportes | ✓ Eco Carro | - Tributação Verde – Revisão do regime de tributação de veículos particulares. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Pneu Verde. | |
| | | - Promoção da aquisição de Veículos Elétricos (VE). | |
| | ✓ Mobilidade Urbana | - Promoção da Mobilidade sustentável e da adoção de boas práticas. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Utilização de transportes e soluções de mobilidade energeticamente mais eficientes. | |
| | ✓ Sistema de Eficiência Energética nos Transportes | - Oferta de Transporte Ferroviário de Passageiros. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| - Regulamento de Gestão dos Consumos de Energia nos Transportes. | | | |
| - Apoio à instalação de equipamentos de enchimento de pneus a nitrogénio. | | | |
| - Sistema de Gestão de Frotas e promoção da eco – condução. | | | |
| Residencial e Serviços | ✓ Renove Casa & Escritório | - Promoção de equipamentos mais eficientes. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Iluminação eficiente. | |
| | | - Janela Eficiente. | |
| | | - Isolamento Eficiente. | |
| | ✓ Sistema de Eficiência Energética nos Edifícios | - Calor Verde. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - SCE Edifícios Residenciais. | |
| ✓ Solar Térmico | - SCE Edifícios de Serviços. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) | |
| | - Solar Térmico Residencial. | | |
| | | - Solar Térmico Serviços. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | | |
| Indústria | ✓ Sistema de Eficiência Energética na Indústria e outros setores | - Medidas transversais: a) Setor Motores Elétricos: Otimização de motores; Sistemas de bombagem; Sistemas de ventilação; Sistemas de compressão; b) Setor Produção de Calor e Frio: Cogeração; Sistemas de combustão; Recuperação de calor e Frio Industrial; c) Iluminação: Iluminação eficiente; d) Eficiência do Processo Industrial/Outros: Monitorização e controlo; Tratamento de efluentes; Integração de processos; Manutenção de equipamentos consumidores de energia; Isolamentos térmicos; Transportes; Formação e sensibilização de recursos humanos; Redução da energia reativa. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

| Área | Programas | Medidas | Consideração no Plano |
|------|-----------|--|--|
| | | - Medidas Específicas: a) Alimentação e Bebidas: Otimização da esterilização, Processos de separação com membranas, Mudança de moinhos horizontais para verticais, Destilação a vácuo; b) Cerâmica: Otimização de fornos; Melhoria de secadores; Extrusão com vapor; Extrusão dura; Otimização de produção de pó; Utilização de combustíveis alternativos; c) Cimento: Otimização de moagens; Utilização de combustíveis alternativos (e.g. biomassa); Redução da utilização de clínquer no cimento; Utilização de gás natural (em substituição do coque de petróleo). d) Madeira e Artigos de Madeira: Transportadores mecânicos em vez de pneumáticos, Aproveitamento de biomassa, Otimização de estufas e fornos de secagem. e) Metal-electro-mecânica: Combustão submersa para aquecimento de banhos; Reutilização de desperdícios e Otimização de fornos. f) Metalurgia e Fundição: Melhoria na qualidade dos ânodos e cátodos; Setor da fusão; Número de fundidos por cavidade; Rendimento do metal vazado; Diminuição da taxa de refugo, Despoeiramento; Aumento da cadência do ciclo; Redução de sobre espessuras h) Pasta e Papel: Gaseificação / Queima de licor negro e outros resíduos; Otimização de secagens. i) Químicos, Plásticos e Borracha: Novas operações de separação (e.g. membranas); Utilização de novos catalisadores; Otimização das destilações. j) Siderurgia: Melhoria dos fornos elétricos; Processos de "smelting reduction"; Moldagem e formação simultâneas. k) Têxtil: Otimização do funcionamento dos banhos; Pré-secagem mecânica / IV; Aquecimento de águas por painéis solares; Otimização dos processos de produção têxtil. l) Vestuário, Calçado e Curtumes: Melhorias em limpeza / banhos; Tecnologias de corte e de união de peças; Aquecimento de águas por painéis solares. m) Vidro: Otimização de fornos, Utilização de vidro usado (reciclagem). | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Outros setores Nesta medida é identificado o potencial de economia existente no SGCIE para outros setores de atividade, bem como o potencial resultante de novos projetos de cogeração ou de outras ações não diretamente ligadas à implementação do SGCIE, mas que conduzem ao aumento da eficiência energética da indústria. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO DE AÇÃO AMBIENTE E SAÚDE 2008-2013 (PNAAS 2008-2013):

| Vetor | Domínio Prioritário | Ações | Consideração no Plano |
|--|---|---|--|
| Vetor Integração de Informação e Investigação Aplicada | ✓ Água | - Proceder ao levantamento das necessidades de monitorização de poluentes, identificar indicadores de contaminação, em massas de água usadas para captação de água para consumo humano, águas piscícolas e conquícolas e elaborar um Programa de Monitorização complementar. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Proceder ao estudo dos fatores de risco para a saúde humana associados às águas costeiras e interiores, aquando da prática de desportos náuticos e delinear um quadro conceptual que viabilize futuras tomadas de decisão no âmbito da vigilância epidemiológica e/ou monitorização ambiental. | Atende (Indiretamente) |
| | ✓ Ruído | - Compreender melhor as relações entre a exposição a ruído ambiente (exterior e interior) e efeitos na saúde, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da população. | Atende |
| | | - Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído ambiente: Compreender melhor as relações entre a exposição a ruído ambiente (exterior e interior) e efeitos na saúde, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da população. | Atende |
| | ✓ Transversal | - Inovação em Políticas de Ambiente e Saúde: Contribuir para o desenvolvimento de cenários inovadores para uma política de Ambiente e Saúde em Portugal. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Ar | - Desenvolver um sistema de informação e avaliação integrado e georreferenciado dos efeitos na saúde humana, a curto e longo prazo, associado à exposição aos | Foi considerado na elaboração | |

| | | | |
|--|---------------------|--|--|
| | | poluentes atmosféricos no ar ambiente. | do PDM (Informativo) |
| | | - <u>Espacialização de dados relativos a qualidade o ar:</u> Desenvolver um sistema nacional de informação georreferenciada que identifique áreas de excedência e avalie a população exposta a níveis de poluentes atmosféricos acima dos regulamentados. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | ✓ Solo e sedimentos | - Sistematizar os <u>efeitos na saúde humana</u> associados a solos e materiais sedimentares contaminados, definindo e implementando uma estratégia de intervenção. | Atende (Indiretamente) |

PLANO ESTRATÉGICO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS 2007-2016 (PERSU II):

| Linhas Orientadoras Estratégicas | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Reduzir, reutilizar, reciclar | Atende |
| ✓ Separar na origem | Atende |
| ✓ Minimizar a deposição em aterro | Atende |
| ✓ “Waste to Energy” para a fração “resto” (não reciclável) | Atende |
| ✓ Protocolo de Quioto: compromisso determinante na política de resíduos | Atende |
| ✓ Informação validada a tempo de se tomarem decisões | Atende |
| ✓ Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão | Atende |

| Eixo | Medida | Consideração no Plano |
|---|--|--|
| ✓ Prevenção: Programa Nacional | - <u>Redução da Quantidade dos Resíduos Produzidos</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Redução da Perigosidade dos Resíduos</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Instrumentos e respetivas Ações e Medidas para a Prevenção</u> | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Sensibilização/Mobilização dos cidadãos | - | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Qualificação e otimização da gestão de resíduos | - <u>Otimização dos Sistemas de Gestão de RSU</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Envolvimento dos Sistemas na prossecução da estratégia</u> | Atende |
| | - <u>Reforço dos sistemas ao nível de infraestruturas e equipamentos</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Reforço da reciclagem</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Reforço da investigação e do marketing no domínio da reciclagem;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Estabelecimento de Critérios de Qualidade para os Materiais Reciclados, Composto e CDR/CSR.</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Abertura do Mercado de Gestão das Infraestruturas de Tratamento dos Resíduos;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO ESTRATEGICO DOS TRANSPORTES (PET 2011-2015):

| Vetores de Atuação Prioritária | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| - "Tomar o setor dos transportes financeiramente equilibrado (...) ", " assegurar a mobilidade e a acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social " e " alavancar a competitividade e o desenvolvimento económico e social ". | Atende |

PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO (PBHT):

| Área Temática | Objetivos Estratégicos | Consideração no Plano |
|---|--|--|
| ✓ Gestão da procura. Abastecimento de água às populações e atividades económicas | - Resolver as carências associadas ao cumprimento das <u>legislações nacional e comunitária aplicáveis</u> . | Atende (Indiretamente) |
| | - Resolver outras carências atuais associadas ao <u>atendimento das populações</u> . | Atende (Indiretamente) |
| | - Adaptar as <u>infraestruturas</u> e os <u>respetivos meios de controlo</u> à realidade resultante do desenvolvimento socioeconómico e à necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água a fornecer. | Atende (Indiretamente) |
| | - Assegurar a <u>otimização da água como recurso</u> promovendo não só a poupança e o uso eficiente da água como também a garantia da quantidade a disponibilizar na origem. | Atende (Indiretamente) |
| | - Aprofundar o <u>conhecimento</u> e desenvolver e ou aperfeiçoar <u>sistemas de recolha, armazenamento e tratamento de dados pertinentes</u> . | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Proteção e minimização dos efeitos das cheias, secas e acidentes de poluição | - Elaborar e implementar um programa de <u>correção de estrangulamentos naturais e artificiais que condicionam de forma inaceitável as condições de escoamento em cheia</u> . | Atende |
| | - Estabelecer critérios a adotar em termos de regularização de cheias para criação de albufeiras em que uma das finalidades principais seja o <u>amortecimento de cheias</u> . | Atende |
| | - Otimizar o sistema de vigilância e alerta de cheias na bacia do Tejo e assegurar a gestão integrada das albufeiras do Tejo, de forma a minimizar os <u>efeitos das cheias</u> . | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Elaborar programas de atuação em <u>situação de seca</u> , nomeadamente através da definição dos limites admissíveis para sobre exploração e a deterioração temporária da qualidade dos recursos superficiais e subterrâneos e que compreenda a redução de fornecimento e a definição de prioridades na satisfação da procura. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Elaborar planos de emergência específicos para atuação em casos de <u>acidentes de poluição</u> . | Atende |
| ✓ Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico | - <u>Delimitar os perímetros de proteção de todas as captações de águas subterrâneas destinadas a abastecimento público</u> . | Atende |

PLANO DE ORDENAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO (POE Tejo) (Em elaboração):

| Vetores Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Espaço seguro e sustentável para as comunidades que habitam e utilizam o Estuário: - Garantir a qualidade química e biológica da água adequada às vocações dos diversos setores estuarinos, no sentido do cumprimento da Diretiva Quadro da Água, assegurando o bom estado ecológico. - Avaliar o regime hidrodinâmico de forma a conhecer as implicações das diversas atividades no estuário e na sua orla (sedimentos, zonas de risco de cheia, alterações das massas de água, etc.). - Garantir a boa qualidade ambiental dos ecossistemas estuarinos onde se incluem espécies e habitats protegidas e ameaçadas, tendo em vista a sua preservação e valorização ambiental, bem como a sua utilização económica e social. | Atende Parcialmente |
| ✓ Espaço diferenciador do território e dos modos de vida da AML: - Promover a qualificação e valorização da Orla e em particular das frentes urbanas ribeirinhas como espaços de socialização vocacionados para o recreio e lazer e atividades de ar livre, contribuindo para o desenvolvimento de novos modos de vida e para melhor qualidade de vida da população metropolitana. | Atende |

| Vetores Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> - Promover a RNET como um recurso singular e de excelência para a diferenciação e qualificação da AML em relação às principais metrópoles ibéricas e europeias. - Promover o Estuário do Tejo, no seu conjunto, como um espaço diferenciador do território e dos padrões de vida metropolitanos, constituindo um fator determinante de atratividade e competitividade regional no contexto ibérico e europeu. - Promover a adequada articulação entre entidades que regulam os usos/utilizações no estuário. | |

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT AML):

| Prioridades Essenciais | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Coesão sócio territorial, através de uma melhoria sustentada das condições de vida e da qualidade urbana para a população residente na AML. A erradicação dos bairros de barracas e de outras situações de precariedade residencial, melhorando, em simultâneo, as condições de alojamento e de equipamentos dos bairros sociais; a requalificação dos subúrbios é uma proposta inovadora e de óbvias consequências sociais e territoriais; a implementação de uma política urbana de equidade territorial, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, à habitação e aos serviços; e a valorização dos recursos humanos, da empregabilidade e do emprego, são condições que se preconizam para a garantia da coesão sócio territorial na AML. | Atende |

| Abastecimento de Água. A Administração Municipal deve: | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a proteção, recuperação e preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos que sejam utilizados para a produção de água para consumo humano. | Atende |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar os sistemas existentes de captação e tratamento de água para consumo, em termos de adequabilidade das linhas processuais de tratamento e das condições de exploração das instalações, por forma a garantir a produção de água de abastecimento humano satisfazendo o quadro normativo em vigor. | |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar os sistemas de adução, reserva e distribuição, deteção e reparação de fugas, de forma a reduzir a probabilidade de avarias e interrupções de funcionamento e prevenir a possibilidade de contaminação da água no percurso entre a estação de tratamento e o consumidor. | |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar os sistemas de monitorização e controlo das águas de abastecimento desde a origem até aos locais de distribuição e consumo. | |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a disponibilização de origens alternativas de águas de produção, por forma a reduzir a suscetibilidade dos sistemas de abastecimento de águas e avarias, ondas de poluição acidental e a catástrofes. | |

| Drenagem, Tratamento e Destino Final de Águas Residuais. A Administração Municipal deve: | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Construir Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), de características técnicas adequadas, para cumprimento da calendarização estabelecida no DL n.º 152/97, de 19 de junho, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas. | Atende |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Proceder à reabilitação dos sistemas existentes que funcionam deficientemente, incluindo a transformação das redes unitárias em separativas e a remodelação das estações de tratamento cujas características e capacidade não são compatíveis com a legislação em vigor e com a suscetibilidade dos meios recetores. | |

| Resíduos Sólidos. A Administração Municipal deve: | Consideração no Plano |
|---|------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir e implementar as soluções a adotar, as quais devem ser essencialmente direcionadas para a redução e valorização dos resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, a recuperação e reutilização dos diferentes materiais, valorização orgânica e/ou energética, eliminação dos resíduos e deposição em aterro, respeitando os requisitos da "Diretiva-Aterros". | Atende (Indiretamente) |
| <ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequar progressivamente os sistemas existentes a novas metas, o que passa por: <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar as necessidades futuras em infraestruturas de valorização, tratamento, eliminação e deposição final de resíduos; - Implementar recolhas seletivas na origem de diferentes frações de resíduos (nomeadamente, a recolha seletiva de resíduos orgânicos); - Ampliar e incrementar os sistemas de recolha seletiva multimaterial já existentes; - Incrementar a valorização orgânica e energética (através de instalações de compostagem, digestão anaeróbia, pirólise e termólise); - Valorizar outros tipos de resíduos (nomeadamente, monstros, resíduos de construção e demolição, através da criação de centros de triagem de inertes); - Recuperar e valorizar o biogás nos casos em que seja viável; - Incrementar a selagem de lixeira e aterros já desativados, implementando os correspondentes sistemas de monitorização. | |

| | |
|--|--|
| Recursos Hídricos e Poluição Hídrica. A Administração Municipal deve: | Consideração no Plano |
| ✓ A Administração Central e Municipal, e o Serviço Nacional de Proteção Civil, deve instalar sistemas de previsão e alerta das cheias, com o objetivo de reduzir os danos e prejuízos em geral. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ No âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial devem ser delimitadas as áreas inundáveis ou com risco de inundação, assim como identificadas as construções já existentes ou previstas suscetíveis de serem atingidas pelas águas, com vista à definição da estratégia de prevenção e controlo das cheias e de um regime de uso e ocupação, que será objeto de expressão gráfica e regulamentação específica. | |
| Ruído A Administração Municipal deve: | Consideração no Plano |
| ✓ Promover a definição de procedimentos de atuação integrada, impondo o cumprimento da legislação, no sentido de preservar as características da componente acústica do ambiente, em particular em relação a áreas e atividades de maior sensibilidade ao ruído e a setores que produzem maiores níveis de ruído, nomeadamente os transportes, indústria e construção civil. | Atende Parcialmente |
| ✓ Promover ações concertadas sobre os fatores de afetação da componente acústica do ambiente, em particular relativamente a sistemas de transporte e complexos industriais, nomeadamente instituindo ações de acompanhamento e intervenção em tempo real. | |
| ✓ Promover o conhecimento, qualitativo e quantitativo, das necessidades de proteção e correção das situações desfavoráveis, que deve traduzir-se sob a forma de cartografia, onde sejam assinaladas as áreas em relação às quais se entenda serem necessárias ações de preservação ou correção da qualidade acústica do ambiente (áreas de reserva, áreas tipicamente residenciais, áreas turísticas e instalações de saúde ou ensino). | |
| ✓ Condicionar a ocorrência de ocupações ruidosas nos espaços e equipamentos turísticos, bem como na sua proximidade. | |
| Os Instrumentos de Gestão Territorial: | |
| ✓ Incorporar medidas para a prevenção e minimização dos efeitos do ruído nos espaços exteriores. | Atende |
| Qualidade do Ar: Os serviços da Administração Municipal devem: | Consideração no Plano |
| ✓ Limitar ou condicionar, nomeadamente nos termos que decorram da respetiva avaliação de impacto ambiental, quando a ela houver lugar, a instalação de novas atividades geradoras de emissões atmosféricas significativas (quer pela quantidade de poluentes, quer pela composição dos gases e partículas emitidas) nas "zonas sensíveis", definidas de acordo com o DL n.º 276/99, de 23 de julho. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Promover, sempre que necessário, a redução das emissões das atividades poluentes localizadas em áreas sensíveis, de modo a diminuir o grau de afetação dessas áreas, ou promover a sua realocização. | |
| Os Instrumentos de Planeamento Territorial devem assegurar que: | |
| ✓ As unidades industriais são agrupadas em polos industriais estrategicamente localizados, de modo a não prejudicar os valores ambientais das "zonas sensíveis" – evitando a dispersão territorial desordenada das fontes emissoras. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Na envolvente das áreas industriais, referidas na alínea anterior, são estabelecidas zonas de proteção de acordo com os efeitos acumulados decorrentes das instalações existentes e previstas. Nestas zonas deve ser condicionada a instalação de atividades ou funções consideradas sensíveis à poluição atmosférica. | |
| ✓ É favorecida a utilização de transportes públicos, planeados de forma integrada, destacando-se as ligações intermodais dos vários modos de transporte, a instalação de parques de estacionamento na periferia dos centros urbanos facilmente acessíveis aos meios de transporte público, e a redução dos lugares de estacionamento nas zonas urbanas centrais já servidas por uma adequada rede de transportes públicos. | |
| ✓ As vias rodoviárias, existentes ou previstas, comportam os movimentos gerados, mantendo, nas próprias vias, bem como nos seus acessos, boas condições de circulação que promovam a redução das emissões em hora de ponta. | |
| ✓ O tráfego de longa distância é desviado para o exterior das áreas urbanas ou das "zonas sensíveis", de modo a reduzir o incómodo e as emissões aí verificadas. | |
| ✓ São delimitadas as faixas envolventes das vias de comunicação, incluindo as faixas envolventes dos nós, onde deve ser condicionada a instalação de atividades ou funções consideradas sensíveis à poluição atmosférica (habitação, equipamentos coletivos). | |
| Proteção Civil: O planeamento de novas áreas urbanas em zonas sísmicas deve ser desenvolvido de forma a reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face aos sismos e a facilitar a intervenção de socorro em situação de emergência: | Consideração no Plano |
| ✓ O desenho da malha urbana deve ser realizado de forma a garantir, em caso de sismo, distâncias de segurança adequadas entre edifícios. | Atende Parcialmente |
| ✓ Os arruamentos devem ser projetados de forma a proporcionar caminhos alternativos de circulação em caso de emergência e ter largura suficiente para permitir uma rápida circulação das viaturas de socorro. | |

| ✓ A distribuição da população e suas atividades (emprego, residência, etc.) deve ser planeada de forma a não proporcionar grandes desequilíbrios demográficos, nem locais de grande concentração de pessoas. | |
|---|------------------------|
| ✓ As infraestruturas devem ser projetadas de acordo com todas as normas de segurança, e de modo a evitar que o colapso de uma rede de infraestruturas comprometa outra, em caso de sismo. | |
| Normas Gerais para a Coesão Social | |
| ✓ Os projetos de revitalização, de requalificação e de reconversão devem constituir um instrumento fundamental para a resolução das debilidades e carências habitacionais, sociais e urbanísticas que afetam o território metropolitano, seja nas áreas suburbanas ou nas zonas históricas, seja nos bairros sociais ou de barracas, assegurando que as ações estabelecidas permitam um conhecimento aprofundado e circunstanciado das diversas realidades, bem como uma abordagem das necessidades, hábitos e expectativas legítimas das populações visadas, sempre numa perspetiva de integração social e espacial. | Atende |
| ✓ O envolvimento e a participação das populações devem ser assegurados na definição e decisão dos processos de requalificação e de realojamento em áreas social e urbanisticamente mais desqualificadas e de maior conflitualidade social, no sentido de se promover a efetiva integração social, económica e profissional das populações mais desfavorecidas — grupos de risco. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ A resolução dos processos de exclusão e fragmentação social e espacial, bem como o controlo dos fatores que lhes estão subjacentes, deve resultar do desenvolvimento de projetos integrados que atuem ao nível da quantidade e qualidade de espaços públicos, de infraestruturas e de equipamentos de apoio às populações locais, da melhoria das acessibilidades e das condições que servem para afirmar e diversificar a base económica local, em estreita articulação com o reforço do mercado de emprego. | Atende Parcialmente |
| ✓ A valorização dos recursos humanos e a promoção do emprego e da empregabilidade devem constituir vertentes centrais na prossecução de uma estratégia de coesão económica e social e de equidade territorial, implicando medidas ativas, que não se esgotam na reestruturação e modernização das atividades económicas e dos equipamentos de educação e formação, orientadas para o desenvolvimento do mercado social de emprego como solução que conjuga a realização de atividades para colmatar necessidades locais com a criação de emprego para as respetivas populações. | Atende (Indiretamente) |
| ✓ As administrações central e municipal, as instituições de solidariedade social e os agentes sociais e económicos em geral, devem articular políticas e ações nos domínios da educação, formação - inicial e contínua — e certificação profissional, como meio efetivo de antecipação das necessidades e adequação das competências ao mercado de emprego e de redução dos fenómenos de desemprego, emprego precário e desadaptação profissional. | Atende Parcialmente |
| ✓ As diversas instituições com responsabilidade na área social devem articular-se, apelando à participação dos indivíduos e dos movimentos cívicos, na dinamização de atividades culturais, lúdicas e desportivas, no sentido de promover o sentimento de territorialidade e de identidade local nas áreas social e urbanisticamente mais desqualificadas. | Atende (Indiretamente) |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO DE LISBOA (PEDPL)

| Eixos Estratégicos | Consideração no Plano |
|--|--|
| ✓ Rota da Arqueologia Industrial; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Rota da Ecologia e da Faina no Rio Tejo; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Motor de Animação: Seixal Cultural. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA 2007-2013 (PORL 2007-2013)

| Eixo Prioritário | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|------------------|--|------------------------|
| ✓ Coesão Social | - Parecerias para a Regeneração Urbana (foco na vertente inclusão social); | Atende (Indiretamente) |
| | - Plataformas de inclusão para a população imigrante; | Atende (Indiretamente) |

| Eixo Prioritário | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|---------------------------------------|--|------------------------|
| | - <u>Serviços a populações com dificuldades especiais.</u> | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Sustentabilidade Territorial | - <u>Estímulo à ecoeficiência; Estímulo à reciclagem e reutilização dos resíduos; Apoio à criação de Eco bairros; Estímulo ao aumento da eficiência ambiental nos serviços da Administração Pública.</u> | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Ordenamento e valorização da estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental.</u> | Atende |

PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE MELHORIA DA QUALIDADE DO AR NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PEPMQA-LVT):

| Políticas | Consideração no Plano |
|--|--|
| ✓ Promoção e sensibilização ambiental: Campanhas de sensibilização ambiental dedicadas à problemática da qualidade do ar; Campanhas e cursos de eco condução em frotas de transporte de passageiros e de mercadorias e para ligeiros de passageiros; Desenvolvimento de websites dedicados e ou contendo elementos sobre qualidade do ar e mobilidade sustentável. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Outros tipos de P&M: Alargamento da área dedicada a espaços verdes e ou planos de arborização; Desenvolvimento de projetos de partilha do veículo (<i>carpooling</i> ou <i>carsharing</i>); Aumento da frequência da lavagem de ruas; Aumento do esforço de fiscalização de processos de queima de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU); Planos de deslocações escolares e ou <i>pedi-bus</i> ; Outras P&M. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (PEDEPES):

| Eixo Estratégico | Domínios de Intervenção | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|--|--|--|--|
| ✓ Promoção da coesão do tecido social da Península de Setúbal | <p>- Promover a <u>coesão social</u>: combate à exclusão, multiculturalidade, apoio a grupos sociais vulneráveis;</p> <p>- <u>Assegurar boas condições materiais de vida</u>: habitação, equipamentos e serviços coletivos, acessibilidade/mobilidade interna ao centro urbano e à região;</p> <p>- Promover o <u>lazer e o usufruto cultural</u>: equipamentos, animação recreativo-cultural, cultura popular vs erudita;</p> <p>- Promoção da <u>cidadania</u> e da <u>participação</u>.</p> | - <u>Ação Social</u> : Estruturação de políticas integradas regionais de ação social através da criação de um Grupo de Intervenção Permanente de Ação Social; Alargamento dos equipamentos e serviços de apoio a idosos, pessoas dependentes e primeira infância; Dar prioridade na intervenção a zonas de forte marginalidade e exclusão social; Dar prioridade à infância e juventude e as políticas de apoio à inserção familiar dos grupos etários mais jovens; Diversificar e inovar o tipo de equipamentos adaptando-o às necessidades atuais. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - <u>Cultura</u> : Promover a imagem da Península de Setúbal como uma área culturalmente dinâmica e diversificada através da criação articulada de equipamentos regionais de ensino de artes e de lazer; Apoiar a criação de instâncias regionais de discussão e divulgação das atividades culturais locais, regionais e nacionais que, de forma organizada, promovam a imagem cultural da Península; Divulgar com visibilidade, organização lógica e científica as formas de expressão cultural e o património natural, arqueológico, arquitetónico e sociocultural local; Apoiar o movimento associativo, nomeadamente na oferta de novas formas de expressão e produção cultural. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - <u>Desporto</u> : Equilibrar as intervenções de curto prazo e de efeito imediato com intervenções de médio e longo alcance; Sempre que possível, articular as políticas de fomento do desporto com os equipamentos escolares; Fomentar a oferta de atividades físicas e desportivas de âmbito local a praticantes não federados, isto é, para a população em geral; Não privilegiar qualquer área ou forma de expressão desportiva | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

| Eixo Estratégico | Domínios de Intervenção | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|---|---|--|--|
| | | de modo a adequar a oferta à grande diversidade de gostos e manifestações desportivas; Fazer ofertas de qualidade que tenham funções pedagógicas e que gerem novas (outras) procuras; Privilegiar uma relação de parceria entre as iniciativas públicas e as do tecido associativo local. | |
| | | - <u>Área da Saúde</u> : Modernização das formas de gestão integrada nomeadamente através do apoio e gestão integrada das áreas de saúde de Almada, Barreiro e Setúbal integrando todas as valências; Apoio à instalação da escola de saúde e a um ensino qualificado acima da média; Reforço dos serviços de retaguarda para idosos e doentes terminais; Reforço das estruturas de tratamento das toxicodependências. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Promoção da qualidade do território regional | - <u>Promoção da coesão interna</u> – ordenamento do território, funcionalidade e identidade territorial, relações de vizinhança e segurança dos espaços públicos. - <u>Promoção da qualidade urbanística dos centros urbanos</u> – reabilitação de património construído, requalificação de espaços públicos, programação e gestão urbanística. - <u>Requalificação, preservação e valorização do ambiente urbano, rural e natural</u> . - <u>Valorização da ruralidade em contexto metropolitano</u> – uso do solo, articulação funcional com aglomerados urbanos, requalificação urbanística/paisagística das “aldeias”, valorização das relações de vizinhança, promoção de novas funções económicas, marketing territorial. | - Melhorara a <u>qualidade média do ar na Península de Setúbal</u> diminuindo os atuais focos concentrados de poluição e criar condições para que esta seja sustentável a prazo. | Atende (Indiretamente) |
| | | - Elevar os níveis de atendimento das populações, por <u>sistemas de abastecimento de água</u> , para valores próximos dos 95%, que deverá ser acompanhado pela sensibilização dos consumidores para o valor da água distribuída e para a necessidade da sua utilização racional. | Atende |
| | | - Aumento dos níveis de atendimento, em <u>sistemas de drenagem e tratamento</u> , para valores próximos dos 90%. | Atende |
| | | - Promoção dos níveis de atendimento dos <u>sistemas de recolha e tratamento</u> para valores da ordem dos 95%. | Atende |
| ✓ Reforço do sistema regional de conhecimento. | - | - Orientar a intervenção na <u>área da educação</u> com a preocupação de: _ Pensar integradamente os vários níveis de ensino (do pré-escolar ao ensino superior e incluindo a educação ao longo da vida); _ Articular, sempre que possível, o ensino, a formação qualificante e a integração profissional; - Manter atualizado o conhecimento da situação da educação na península de forma detetar as “áreas problema” e as zonas que necessitam de intervenção prioritária. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO DE INTERVENÇÃO PARA A PENÍNSULA DE SETÚBAL (PIPS):

| Adaptações de Medidas Gerais | Consideração no Plano |
|--|--|
| ✓ Alargamento dos destinatários do Programa Estágios Profissionais , instituído pela Portaria n.º 268/97, de 18 de abril, alterada pelas Portarias n.º 1271/97, de 26 de dezembro, 814/98, de 24 de setembro, e 286/2002, de 15 de março, de modo a abranger os desempregados à procura do primeiro emprego ou de novo emprego, com idade não superior a 40 anos de idade e qualificações de nível IV ou V, independentemente do momento em que estas tenham sido adquiridas; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

| Adaptações de Medidas Gerais | Consideração no Plano |
|---|--|
| ✓ Desenvolvimento do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE) , instituído pela Portaria n.º 196-A/2001, de 10 de março, alterada pela Portaria n.º 255/2002, de 12 de março, para alargar o seu âmbito e facilitar a sua aplicação, de modo a aumentar a criação de emprego na região; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Aplicação da medida «Emprego-família» , instituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2003, de 29 de julho. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO INTEGRADO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À NAÚTICA DE RECREIO NO ESTUÁRIO DO TEJO (PIRANET):

| Objetivo Geral | Consideração no Plano |
|--|-----------------------|
| ✓ Reforçar e densificar uma rede diversificada de infraestruturas e equipamentos de apoio à náutica de recreio no Estuário do Tejo que, sem prejuízo de outras atividades no Tejo, potencie a fruição do plano de água estuarino e a revitalização das suas margens, respeitando e valorizando os valores naturais em presença, e que contribua para o incremento da cadeia de valor da náutica, beneficiando económica e socialmente a Região. | Atende Parcialmente |

| Objetivo Específico | Objetivos Operacionais | Consideração no Plano |
|---|---|--|
| ✓ Dinamização das atividades de recreio, desporto e turismo náutico. | - <u>Apoio a Clubes e Associações Desportivas.</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Colaboração em programas com as escolas.</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Promoção de Acordos Institucionais e envolvimento de atores.</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - <u>Criação de condições para a diversificação e qualificação da oferta de serviços de apoio e complementares.</u> | Atende (Indiretamente) |

PLANO ESTRATÉGICO DE AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REABILITAÇÃO DOS SOLOS DO MUNICÍPIO DO SEIXAL (PEACRS):

| Objetivos Genéricos Fundamentais | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Proteger a saúde pública ; | Atende |
| ✓ Proteger o ambiente ; | Atende |
| ✓ Reabilitar o sítio e possibilitar o uso futuro do solo em condições ambientalmente favoráveis. | Atende |

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO SEIXAL (PDSS):

| Eixo | Objetivos Geral | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|---------------------|---|---|--|
| Planejamento urbano | ✓ Assegurar as acessibilidades nos espaços, edifícios, serviços e transportes de | - Criar condições para implementar a <u>acessibilidade nos espaços, serviços e transportes de utilização pública</u> e <u>iniciativas de participação da comunidade</u> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

| Eixo | Objetivos Geral | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|--|---|---|--|
| | <p>utilização pública e alojamentos de pessoas com mobilidade reduzida;</p> <p>✓ Desenvolver estratégias de planeamento e intervenção habitacional garantindo concertação e articulação entre agentes interventores;</p> <p>✓ Envolver os parceiros estratégicos e promover a participação da comunidade na área da saúde ambiental.</p> | - Reforçar a intervenção para <u>acessibilizar os alojamentos de pessoas com mobilidade reduzida;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Elaborar um <u>plano municipal de acessibilidades;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Definir e aplicar medidas nas <u>situações de carência habitacional</u> e de <u>precariedade comunitária com programas e instrumentos comuns;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Apoiar e estimular o <u>associativismo cívico de condomínio e proximidade;</u> | Atende (Indiretamente) |
| | | - Promover a <u>qualificação e a conservação do parque habitacional dos núcleos urbanos antigos;</u> | Atende |
| | | - Dinamizar <u>campanhas de informação e sensibilização ambiental</u> dirigidas à comunidade; | Atende (Indiretamente) |
| | | - Promover a melhoria das <u>condições ambientais de salubridade e segurança.</u> | Atende |
| Socialização e educação infanto-juvenil. | <p>✓ Promover e acompanhar o desenvolvimento de respostas socioeducativas nos territórios definidos pela carta educativa do Concelho;</p> <p>✓ Combater o insucesso, o absentismo e o abandono escolar promovendo a integração social e o desenvolvimento de condutas coeducativas e competências parentais;</p> <p>✓ Desenvolver e qualificar a política de juventude no Concelho</p> | - Alargar as respostas <u>típicas socioeducativas na primeira infância;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Incentivar soluções alternativas adequadas às <u>necessidades das famílias na rede pública e na rede de solidariedade;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Criar e ampliar <u>respostas e projetos dirigidas à ocupação de tempos não-letivos dos jovens a partir do 2.º ciclo até ao final da escolaridade obrigatória;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Reforçar o apoio às escolas no desenvolvimento da <u>língua portuguesa;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Implementar a <u>formação profissional a partir do 2.º ciclo;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Criar <u>programas e mecanismos de suporte às comunidades e ao desenvolvimento de condutas coeducativas e competências parentais;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Intensificar a <u>intervenção junto das crianças e jovens em risco.</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| Valorização e promoção das identidades. | <p>✓ Otimizar os recursos de apoio à integração de minorias e de promoção das identidades multiculturais;</p> <p>✓ Dinamizar respostas de qualidade de vida, universalizadas, especialmente dirigidas à população sénior.</p> | - Otimizar e aumentar a divulgação e a dinamização dos <u>espaços e serviços locais para apoio aos imigrantes;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Garantir a articulação e partilha de informação na <u>intervenção social desenvolvida no Concelho junto da população imigrante;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Promover e garantir apoio ao <u>associativismo imigrante</u> e de <u>identidades culturais.</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ão so | <p>✓ Promover, alargar e aprofundar os vários tipos de articulação entre as estruturas de saúde e</p> | - Criar mecanismos de coordenação para as <u>questões da saúde e da ação social;</u> | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

| Eixo | Objetivos Geral | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|--------------------------------|---|--|--|
| | <p>as de ação social;</p> <p>✓ Aumentar a cobertura e a qualificação de valências para municípios dependentes;</p> <p>✓ Alargar a intervenção nos níveis de prevenção e das respostas de tratamento e de reinserção.</p> | - Implementar estratégias de articulação entre a <u>ação social e a saúde</u> , adequadas aos recursos, necessidades e problemas aferidos; | Atende |
| | | - Prover o Concelho de 2 novos lares na <u>rede de solidariedade</u> com a capacidade máxima (1 idosos e 1 deficientes); | Atende |
| | | - Dotar o Concelho com respostas de <u>SAD</u> a funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Criar respostas a partir do <u>ensino pré-escolar</u> envolvendo a família; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Assegurar a intervenção de <u>agentes de prevenção em zonas críticas</u> e com <u>população de risco</u> ; | Atende |
| | | - Alargar territorialmente e diversificar os destinatários e a intervenção da <u>saúde</u> nos consumos tóxicos; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Criar equipamentos para apoio <u>sócio sanitário</u> . | Atende |
| Qualificação e empregabilidade | <p>✓ Desenvolver ações de informação e sensibilização para ajustar as escolhas dos candidatos às necessidades do mercado de trabalho e à oferta formativa;</p> <p>✓ Desenvolver uma rede de empregabilidade.</p> | - Promover a articulação e a partilha regular de informação entre os <u>diversos serviços</u> e as <u>entidades empregadoras</u> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Promover a <u>orientação profissional</u> e a <u>sensibilização</u> às mutações do mercado de trabalho junto dos jovens e dos adultos desempregados; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - Promover iniciativas de mobilização dos <u>diversos agentes económicos</u> para a criação de um grupo de empresas – âncora; | Atende (Indiretamente) |
| | | - Promover a <u>responsabilidade social</u> dos <u>diversos agentes económicos</u> . | Atende (Indiretamente) |

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL (PMEPCS):

| Objetivos Gerais | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe ; | Atende |
| ✓ Minimizar a perda de vidas e bens , atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; | Atende |
| ✓ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização , tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência. | Atende |

FCD4 – DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (QREN 2007-2013):

| Prioridades Estratégicas | Consideração no Plano |
|---|------------------------|
| ✓ Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante. | Atende (Indiretamente) |

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015 (ENDS 2015):

| Objetivo Estratégico | Prioridades Estratégicas | Consideração no Plano |
|--|--|------------------------|
| ✓ Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global | - Um novo impulso à <u>inovação empresarial</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - Uma <u>economia competitiva</u> à escala global, orientada para atividades de futuro e criadora de emprego; | Atende (Indiretamente) |
| | - Uma <u>sociedade</u> e uma <u>economia</u> preparadas para tirar partido das tecnologias de informação e comunicação; | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Crescimento económico</u> mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas. | Atende (Indiretamente) |

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT):

| Objetivo Estratégico | Objetivos Específicos | Consideração no Plano |
|---|---|--|
| ✓ Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos | - Aperfeiçoar e consolidar os <u>regimes</u> , os <u>sistemas</u> e as <u>áreas fundamentais</u> para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais; | Atende |
| | - Definir e executar uma <u>Estratégia Nacional de Proteção do Solo</u> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Promover o <u>ordenamento</u> e a <u>gestão sustentável</u> da silvicultura e dos <u>espaços florestais</u> . | Atende |
| | - Executar uma <u>política de gestão integrada da água</u> . | Atende |
| | - Executar uma <u>política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira</u> , nas suas componentes terrestre e marítima. | Atende |
| | - Executar um <u>Estratégia Nacional para a Energia</u> e prosseguir a <u>política sustentada para as alterações climáticas</u> . | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | - Proteger e valorizar as <u>paisagens</u> e o <u>património cultural</u> . | Atende |
| | - Avaliar e prevenir os fatores e as <u>situações de risco</u> , e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos. | Atende |
| ✓ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços Ibérico, europeu, atlântico e global. | - Reforçar a <u>capacidade de as cidades</u> se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento; | Atende (Indiretamente) |
| | - Promover <u>polos regionais de competitividade</u> e <u>qualificar o emprego</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - Implementar uma <u>estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal</u> às escalas nacional, regional e local. | Atende |

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE 2007-2013 (PRODER 2007-2013):

| Subprogramas | Medidas | Ação | Consideração no Plano |
|---------------------------------------|--|--|--|
| ✓ Dinamização das Zonas Rurais | - <u>Diversificação da Economia e Criação de Emprego</u> | - <u>Diversificação da Economia e Criação de Emprego</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | | - <u>Criação e Desenvolvimento de Microempresas</u> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| | | - <u>Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer</u> . | Atende (Indiretamente) |

PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO 2010-2013 (PEC 2010-2013):

| Estratégia | Consideração no Plano |
|---|--|
| ✓ Uma estratégia clara e séria de consolidação orçamental , que assume o objetivo de reduzir o défice público para 2,8% do PIB até 2013 e de controlar o crescimento da dívida pública , de modo a inverter a atual trajetória e a obter também a sua redução em 2013 . | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO 2013-2015 (PENT 2013-2015):

| Linhas de atuação para a Região de Lisboa ao nível do produto | Consideração no Plano |
|--|--|
| ✓ Nas estadias de curta duração em cidade , deve-se requalificar e valorizar o espaço público, colocar recursos georreferenciados em valor e desenvolver conteúdos de informação para o cliente, bem como colocar o produto no mercado e desenvolver ofertas que promovam o prolongamento da estadia; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Nos circuitos turísticos religiosos e culturais , verifica-se a necessidade de colocar os recursos georreferenciados em valor e desenvolver conteúdos e informação para o cliente, bem como incentivar e diversificar as experiências e colocar o produto no mercado; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ No turismo de natureza , na vertente passeios, verifica-se a necessidade de desenvolver conteúdos e a sua disponibilização em canais, criar diversidade de experiências de passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ No golfe , verifica-se a necessidade de desenvolver serviços orientados para o cliente, criar conteúdos e sua disponibilização em canais e colocar o produto no mercado; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ No âmbito do turismo náutico , verifica-se a necessidade de sensibilizar os serviços estrangeiros e fronteira e capitania para continuar e incrementar a aposta na normalização e agilização dos procedimentos, desenvolver sistemas de qualidade nas marinas e portos de recreio, promover a oferta das marinas e portos de recreio em função dos postos de amarração disponíveis, sensibilizar os municípios para a qualidade e boas condições de acesso às praias e condições mínimas para as instalações das escolas de <i>surfing</i> , e divulgar os eventos internacionais e promover a oferta de <i>surfing</i> ; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ No turismo residencial , verifica-se a necessidade de disponibilizar na Internet informação sistematizada e orientada para o cliente e colocar o produto no mercado; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ No âmbito do produto sol e mar verifica-se a necessidade de estruturar ofertas para complementar outras motivações de procura primária; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ No âmbito da gastronomia e vinhos , verifica-se a necessidade de densificar atividades, desenvolver conteúdos e experiências e integrar a oferta em plataformas de promoção e comercialização; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO ESTRATEGICO DOS TRANSPORTES (PET 2011-2015):

| Vetores de Atuação Prioritária | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| - "Tornar o setor dos transportes financeiramente equilibrado (...)", "assegurar a mobilidade e a acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social" e "alavancar a competitividade e o desenvolvimento económico e social". | Atende |

PLANO TECNOLÓGICO (PT):

| Eixos | Consideração no Plano |
|---|--|
| ✓ Conhecimento: Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento – fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os Portugueses para a sociedade de informação; | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Tecnologia: Vencer o atraso científico e tecnológico – apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, e reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas atividades de investigação e desenvolvimento (I&D); | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |
| ✓ Inovação: Imprimir um novo impulso à inovação – facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, da adaptação e do uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos. | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO PORTUGAL LOGÍSTICO (PPL):

| ✓ Vetores Fundamentais: | Consideração no Plano |
|---|------------------------|
| - <u>Contribuir para o desenvolvimento da economia nacional e de alguns espaços territoriais específicos</u> , gerando emprego e novas formas de geração de riqueza; | Atende (Indiretamente) |
| - <u>Aumentar a competitividade</u> , promovendo estruturas que potenciem o desenvolvimento da atividade de transportes, transformando em vantagem a nossa situação periférica, por uma aposta forte na frente portuária atlântica, com relevo, pelas suas capacidades, para os cinco grandes portos nacionais. | Atende (Indiretamente) |

PLANO DE ORDENAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO (POE Tejo) (Em elaboração):

| Vetores Estratégicos | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| ✓ Principal pólo de turismo, recreio e desportos náuticos do país: - <u>Potenciar o estuário para o recreio e desportos náuticos ligados ao estuário</u> através da adequação das infraestruturas portuárias às diversas práticas e às condições locais, e da sua gestão partilhada; - <u>Enquadrar e incentivar as atividades turísticas e de lazer relacionadas com o estuário</u> proporcionando condições de fruição das suas paisagens e ambientes e da valorização dos seus recursos e produtos (marítimo-turísticas, visitação, restauração, hotelaria, eventos); - <u>Apoiar o desenvolvimento do Porto de Lisboa como um dos principais portos de cruzeiros da costa atlântica da Europa</u> assim como porto atrativo para o iatismo das rotas do Atlântico; - <u>Reordenar e requalificar os estaleiros de construção e reparação de embarcações</u> minimizando os seus impactes ambientais e paisagísticos. | Atende |

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT AML):

| Estratégia Económica | Consideração no Plano |
|--|------------------------|
| Um núcleo de projetos estruturantes, suficientemente concentrado e mobilizador, será o principal instrumento do processo de concertação estratégica para o desenvolvimento económico da AML, projetos que devem servir os seguintes objetivos: | |
| ✓ Desenvolvimento de novos fatores de atracção e manutenção das atividades económicas estruturantes , nomeadamente no quadro diversificado das articulações da Europa com os outros blocos regionais; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Promoção de ações de desenvolvimento económico, social e ambiental , protagonizadas por agentes económicos e políticos com estratégias centradas nas potencialidades e limitações concretas da AML; | Atende (Indiretamente) |

| | |
|--|---------------------------|
| ✓ Melhoria organizacional do tecido empresarial através da implantação de formas de flexibilidade produtiva, valorizando a utilização generalizada de recursos humanos mais qualificados e induzindo ritmos e horários de trabalho mais adequados aos desafios da globalização; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Criação de condições favoráveis à afirmação de capacidade empreendedora, do risco e da capacidade de inovação na vida empresarial e na administração das agências públicas; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Melhoria do potencial de desenvolvimento tecnológico endógeno da atividade empresarial, das infraestruturas e dos serviços de suporte , nomeadamente nas atividades logísticas e de distribuição, visando um alargamento da cadeia de valor; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Promoção da coesão económica e social , encarada como objetivo regional, nacional e comunitário; | Atende |
| ✓ Enriquecimento e diversificação das funções desempenhadas pela AML no quadro mais geral da estruturação dos espaços onde se insere — o espaço nacional e o espaço europeu. | Atende |

| Normas Gerais para as Atividades Económicas | Consideração no Plano |
|---|---------------------------|
| ✓ O desenvolvimento e a consolidação das plataformas de internacionalização , bem como dos polos de indústria, logística e investigação&desenvolvimento , impõem-se como vertente estratégica e exigem uma forte concentração de investimentos públicos em infraestruturas e no apoio à instalação de atividades, bem como em ações de marketing para a sua promoção interna e externa; | Atende |
| ✓ As atividades agrícola e florestal devem assumir um papel nuclear na estrutura e organização do sistema urbano metropolitano, apostando-se no desenvolvimento integrado das vertentes produtiva, ecológica, cultural e educativa, assegurando a manutenção da agricultura como atividade económica importante e qualificadora da paisagem e do território; | Atende |
| ✓ A implantação das atividades industriais deve tender para a polarização em espaços próprios e adequados a esse uso, atendendo às necessidades de solo, aos riscos ambientais e tecnológicos, às condições de acessibilidade e logística e à articulação com o mercado de emprego, condicionando as novas localizações industriais fora daquelas áreas à garantia de infraestruturas de saneamento e sistemas de tratamento e controlo ambiental dos seus efluentes e produtos derivados; | Atende |
| ✓ O processo de desenvolvimento e implantação dos serviços de apoio às empresas deve ser estimulado e conduzido em estreita articulação com o setor produtivo, de forma a estabelecer uma cadeia coerente e consequente na investigação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ A estrutura e configuração da rede de atividades comerciais , deve obedecer a uma ordem que decorre da articulação entre a hierarquia associada às várias tipologias comerciais, ramos de negócio e grau de concentração espacial, e a estrutura e organização funcional dos espaços em que se insere e da sua envolvente; | Atende |
| ✓ A atividade turística , sendo um setor económico fundamental na AML, deve orientar as suas ações para a concretização de unidades turísticas integradas, onde predominem como atividades fundamentais as instalações e equipamentos hoteleiros, de lazer e de turismo (nomeadamente, campos de golfe e instalações associadas), em especial junto ao litoral e em zonas estratégicas desde que garantida a sua coerência com as disposições dos POOC e dos IPT e uma adequada integração paisagística e ambiental; | Atende |
| ✓ As atividades relacionadas com o agroturismo e o ecoturismo devem ser apoiadas e promovidas, especialmente nas áreas classificadas, potenciando sinergias de desenvolvimento favoráveis à viabilidade e competitividade económica e à proteção e valorização ambiental. De igual modo, devem ser promovidas outras modalidades de turismo em espaço rural e unidades hoteleiras, desde que a sua dimensão e características lhes assegurem adequada integração ambiental e paisagística. | Atende |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO DE LISBOA (PEDPL):

| Visão | Consideração no Plano |
|---|---------------------------|
| ✓ Com respeito pela sua diversidade e multifuncionalidade, o Porto de Lisboa quer ser um porto moderno e eficiente , sobretudo nos segmentos de carga contentorizada, de granéis agroalimentares e de lazer e turismo, e constituir-se como fator estruturante da Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo para a construção de uma identidade ribeirinha nesta área, para a sua afirmação como uma metrópole europeia e atlântica e para o reforço da competitividade da economia nacional. | Atende (Indiretamente) |

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA 2007-2013 (PORL 2007-2013):

| Eixo Prioritário | Tipologias de Intervenção | Consideração no Plano |
|---|---|------------------------|
| ✓ Competitividade, Inovação e Conhecimento | - Apoiar a <u>instalação da start-up de base tecnológica e indústrias criativas</u> e o desenvolvimento de <u>PME em setores estratégicos para a competitividade regional</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - Promover o processo de <u>projeção competitiva da Região à escala internacional</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - Promover a <u>atratividade turística da Região</u> . | Atende (Indiretamente) |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL (PEDEPES):

| Eixo Estratégico | Domínios de Intervenção | Consideração no Plano |
|---|--|--|
| ✓ Reforço da capacidade do tecido empresarial. | - Promover a <u>organização em cluster</u> dos segmentos de especialização regional (gestão de sistemas de incentivos, IDE negociado, dinamização de redes de cooperação empresarial); - Dinamizar a integração do tecido empresarial regional em <u>redes de cooperação</u> (logística, produção, comercialização, promoção comercial, internacionalização, inovação,...); - Aprofundar a <u>internacionalização</u> da economia regional (infraestruturas de internacionalização, logística, marketing territorial, cooperação institucional-empresarial); - Promover, apoiar e qualificar a <u>pequena iniciativa empresarial</u> (identificação de oportunidades de negócio, apoio financeiro ao investimento, estruturas organizacionais de acolhimento e apoio técnico ao empresário, difusão de informação estratégica,...). | Foi considerado na elaboração do PDM (Informativo) |

PLANO INTEGRADO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO À NAÚTICA DE RECREIO NO ESTUÁRIO DO TEJO (PIRANET):

| Objetivo Geral | Consideração no Plano |
|---|-----------------------|
| - Reforçar e densificar uma rede diversificada de infraestruturas e equipamentos de apoio à náutica de recreio no Estuário do Tejo que, sem prejuízo de outras atividades no Tejo, potencie a fruição do plano de água estuarino e a revitalização das suas margens, respeitando e valorizando os valores naturais em presença, e que contribua para o incremento da cadeia de valor da fileira da náutica, beneficiando económica e socialmente a Região . | Atende |

| Objetivo Específico | Objetivos Operacionais | Consideração no Plano |
|--|---|------------------------|
| ✓ Definição de uma política de promoção, informação e marketing | - Apoio à <u>promoção de eventos locais/regionais no âmbito da política de promoção da relação porto-cidade e de ligação à comunidade</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - <u>Programa de divulgação e promoção</u> ; | Atende (Indiretamente) |
| | - Apoio a eventos náuticos de projeção internacional; | Atende (Indiretamente) |
| | - Montagem de um sistema de informação de apoio ao lazer e ao turismo (online). | Atende (Indiretamente) |

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO SEIXAL (PEDTS):

| Eixo Prioritário | Consideração no Plano |
|--|------------------------|
| ✓ Rota da Arqueologia Industrial . | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Rota da Ecologia e da Faina no Rio Tejo ; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Motor de Animação: Seixal Cultural . | Atende (Indiretamente) |

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL (PMEPCS):

| Objetivos Gerais | Consideração no Plano |
|--|------------------------|
| ✓ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Minimizar a perda de vidas e bens , atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; | Atende (Indiretamente) |
| ✓ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização , tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência. | Atende (Indiretamente) |

ANEXO III

Caracterização da Situação Atual

ANEXO III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

ÍNDICE DE TEXTO

| | |
|--|-----|
| 1. ENQUADRAMENTO FÍSICO E DEMOGRÁFICO | 51 |
| 2. AMBIENTE E PAISAGEM | 57 |
| 3. INFRAESTRUTURAS URBANAS E SISTEMA DE MOBILIDADE E TRANSPORTES | 103 |
| 4. ATIVIDADES ECONÓMICAS | 119 |
| 5. EQUIPAMENTOS COLETIVOS, ATIVIDADES SOCIAIS, CULTURAIS E DESPORTIVAS | 123 |
| 6. DINÂMICA URBANA | 126 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1-1 – Localização Administrativa do município do Seixal. | 51 |
| Figura 1-2 – Equipamentos, Espaços Públicos, Rede Viária, Transportes e Recursos naturais no município do Seixal. | 52 |
| Figura 1-3 – Evolução da população residente no Município do Seixal (1960-2011). | 53 |
| Figura 1-4 – Evolução da população residente no Município do Seixal, por Freguesia (1991-2011). | 55 |
| Figura 2-1 – Rede Natura 2000 – Enquadramento. | 60 |
| Figura 2-2 – Rede Natura 2000 – Nível de Classificação de <i>Habitats</i> | 61 |
| Figura 2-3 – Rede Natura 2000 – Nível de Classificação de <i>Habitats</i> , por código. | 62 |
| Figura 2-4 – Cartografia de Suscetibilidade Sísmica. | 67 |
| Figura 2-5 – Cartografia de Suscetibilidade de Inundação por Tsunami. | 67 |
| Figura 2-6 – Cartografia de Suscetibilidade de Cheias e Inundações. | 68 |
| Figura 2-7 – Cartografia de Suscetibilidade de Movimentos de Massa em Vertentes. | 68 |
| Figura 2-8 – Risco de Incêndio Florestal. | 69 |
| Figura 2-9 - Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação do Aquífero. | 69 |
| Figura 2-10 - Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação de Águas Superficiais. | 70 |
| Figura 2-11 - Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação dos Solos. | 70 |
| Figura 2-12 - Cartografia de Suscetibilidade a Perigos Tecnológicos. | 71 |

| | |
|--|-----|
| Figura 2-13 - Cartografia de Elementos Expostos, Estratégicos, Vitais e/ou Sensíveis..... | 71 |
| Figura 2-14 - Cartografia de Proteção Civil..... | 72 |
| Figura 2-15 – Mapa de Ruído L_{den} do Município do Seixal..... | 76 |
| Figura 2-16 – Mapa de Ruído L_n – Município do Seixal..... | 76 |
| Figura 2-17 – Zonamento Acústico – Zonas Sensíveis e Mistas e Áreas de Conflito L_n | 77 |
| Figura 2-18 – Localização das estações de monitorização da qualidade da água superficial mais próximas da área de estudo (Rede do INAG)..... | 82 |
| Figura 2-19 – Localização dos pontos de monitorização efetuados pelo INAG para águas subterrâneas..... | 86 |
| Figura 2-20 - Carta de Solos do município do Seixal (solos dominantes)..... | 89 |
| Figura 2-21 - Carta de Capacidade de Uso do Solo do município do Seixal (Classes e Sub-classes dominantes)..... | 91 |
| Figura 2-22 – Situação existente..... | 94 |
| Figura 2-23 - Sistemas de Ocupação Florestal no município do Seixal..... | 95 |
| Figura 2-24 - Ocupação Florestal (ha) no município do Seixal..... | 95 |
| Figura 2-25 – Modelo Espacial..... | 96 |
| Figura 2-26 – Proposta de REN Final..... | 101 |
| Figura 2-27 – Proposta de RAN Final..... | 102 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 2-1 – Histórico Anual (2011) da Classificação do Índice de qualidade do ar, para a Área Metropolitana de Lisboa Sul..... | 75 |
| Gráfico 2-2 – Evolução do número de reclamações de ruído no Município do Seixal..... | 78 |
| Gráfico 2-3 - Representatividade das Classes de Capacidade de Uso do Solo no município do Seixal..... | 92 |
| Gráfico 2-4 - Representatividade das Classes e Sub-Classes de Capacidade de Uso do Solo no município do Seixal..... | 92 |

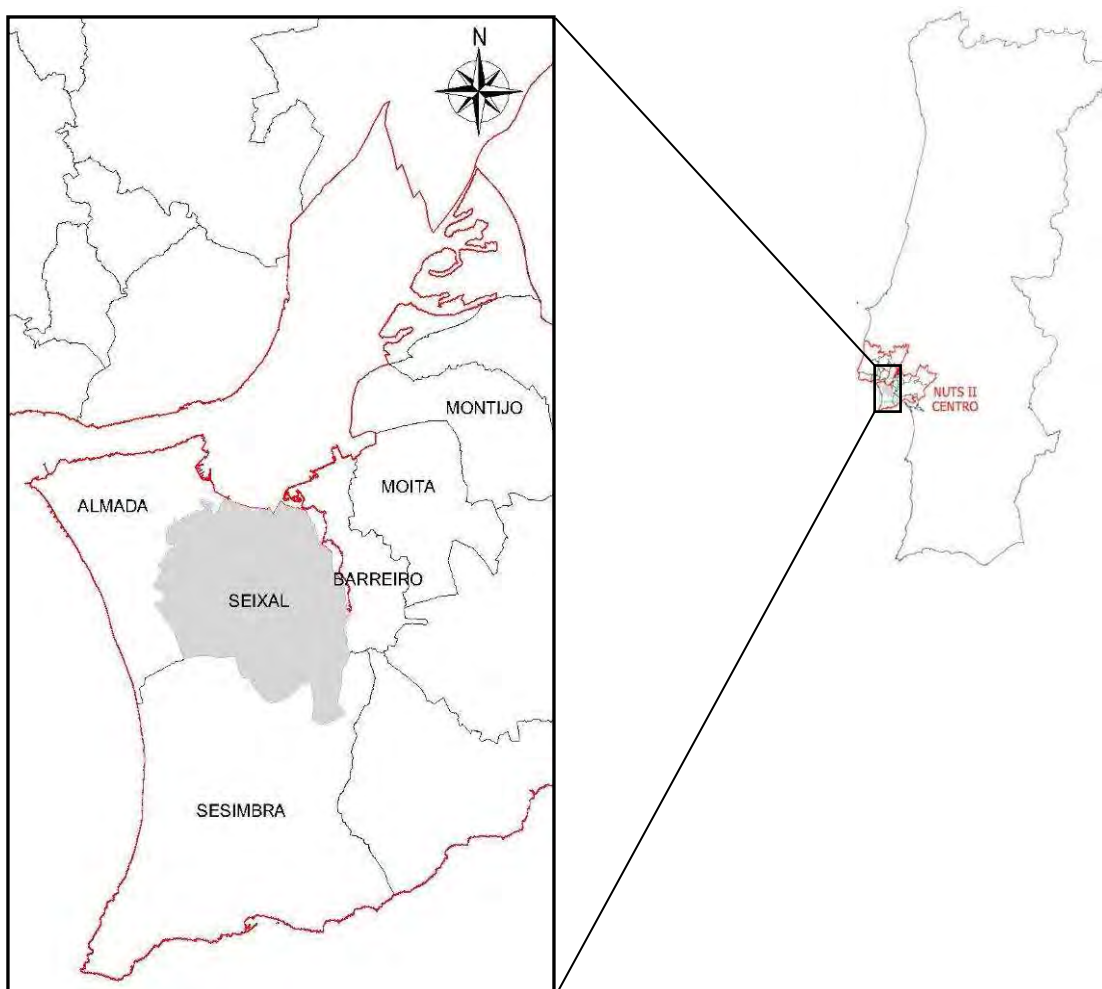
ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1-1 – População residente no Município do Seixal, Península de Setúbal, AML e em Portugal Continental (1981-2011)..... | 54 |
| Quadro 1-2 – População dos 0 aos 4 anos e com mais de 65 anos, por freguesia, em 2001 e 2011..... | 56 |
| Quadro 1-3 – Indicadores Demográficos no Município do Seixal, na AML e em Portugal Continental..... | 56 |
| Quadro 2-1 – Escalas de cores representativas dos diferentes níveis de ruído..... | 75 |
| Quadro 2-2 – Indicadores analisados – Qualidade do Ar..... | 78 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 2-3 – Indicadores analisados – Ruído..... | 78 |
| Quadro 2-4 – Quantificação da tipologia Leitões dos cursos de água..... | 81 |
| Quadro 2-5 – Algumas características das estações de monitorização..... | 83 |
| Quadro 2-6 – Quadros resumo das análises efetuadas pelo SNIRH..... | 83 |
| Quadro 2-7 – Valores, em percentagem, que ultrapassam os limites impostos pelo anexo XXI do Decreto-Lei n.º 238/98..... | 84 |
| Quadro 2-8 – Características dos pontos analisados..... | 85 |
| Quadro 2-9 – Tipo e características dos solos dominantes do município do Seixal..... | 90 |
| Quadro 2-10 – Classificação da Capacidade de Uso do Solo para o município do Seixal..... | 91 |
| Quadro 2-11 – Locais Prioritários de Intervenção, com risco de contaminação elevado e médio/elevado..... | 96 |
| Quadro 2-12 – Quantificação das áreas incluídas em REN, por tipologia..... | 100 |
| Quadro 3-1 – Comparação entre a capitação nacional e do município do Seixal..... | 105 |
| Quadro 3-2 – Furos de Captação de Água e Centros de Distribuição de Água no Município do Seixal..... | 105 |
| Quadro 3-3 – Indicadores analisados..... | 106 |
| Quadro 3-4 – Estações Elevatórias e ETAR existentes no Município do Seixal (2011)..... | 109 |
| Quadro 3-5 – Número atual de ecopontos (se possível, com a perspetiva da evolução desde a colocação dos primeiros ecopontos)..... | 112 |
| Quadro 3-6 – Historial dos quantitativos de RSU e recicláveis recolhidos..... | 112 |
| Quadro 3-7 – Indicadores Analisados..... | 113 |

1. ENQUADRAMENTO FÍSICO E DEMOGRÁFICO

O município do Seixal insere-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em termos estatísticos, na Região de Lisboa (NUT II) e na sub-região da Península de Setúbal (NUT III), localizando-se na margem sul do estuário do Tejo (Latitude Norte: 38° 32' e 38° 39' Longitude Oeste: 9° 1' e 9° 10') (Figura 1-1). Pertence ao distrito de Setúbal, sendo limitado a oeste pelo município de Almada, a sul por Sesimbra, a leste pelo Barreiro, e a norte pelo Estuário do Tejo, através do qual tem ligação a Lisboa. O município reúne relevantes valores de património cultural e edificado, bem como importantes recursos naturais e paisagísticos.



Fonte: Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro.

Figura 1-1 – Localização Administrativa do município do Seixal.

O município do Seixal é banhado por um braço do estuário do Tejo, com o sapal de Corroios a oeste e o rio Coina a leste.

Distribui-se por uma área geográfica de 95,72 km², com morfologia maioritariamente plana, e é constituído por seis freguesias: Aldeia de Paio Pires (16,28 km²), Amora (24,47 km²), Arrentela (9,88 km²), Corroios (17,31 km²), Fernão Ferro (23,92 km²) e Seixal (3,86 km²).

De acordo com os resultados do Censos 2011, sua população é de 158 269 habitantes.



Acessos Autoestrada A2



Flamingos na Baía do Seixal



Frente Ribeirinha de Amora



Parque Urbano das Paivas



Trajeto Seixal-Lisboa

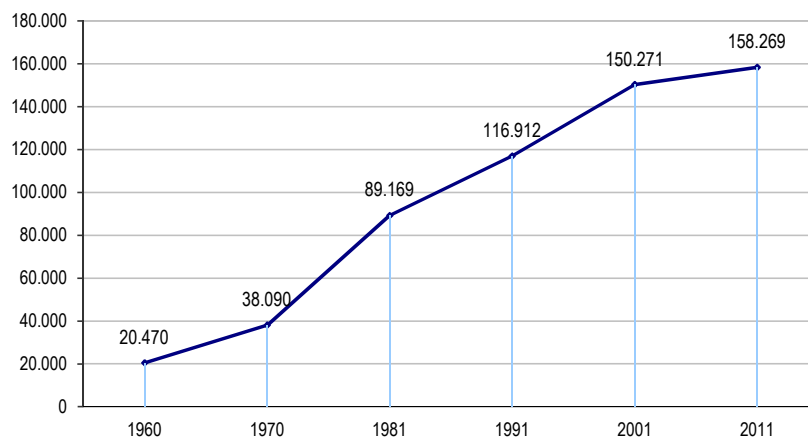
Fonte: site da CMS.

Figura 1-2 – Equipamentos, Espaços Públicos, Rede Viária, Transportes e Recursos naturais no município do Seixal.

Depois de, na primeira metade do século XX, se ter registado no município do Seixal um crescimento demográfico progressivo, consequência da existência de um saldo fisiológico positivo, a evolução demográfica contemporânea conheceu quatro períodos que se podem caracterizar da seguinte forma:

- Durante a década de 1960, sobretudo depois da construção da Ponte 25 de Abril em 1966, registou-se um forte crescimento populacional em virtude da suburbanização da cidade de Lisboa;
- Na década de 1970, após abril de 1974, com a mudança de regime, o retorno dos emigrantes, a melhoria da mobilidade, o preço reduzido dos solos e conseqüentemente das construções, e uma maior integração da margem sul do rio Tejo no contexto metropolitano, gera um período de crescimento demográfico extraordinariamente elevado (na ordem dos 130%), até ao princípio dos anos 80;
- Desde a década de 1980 até 2001, e apesar do crescimento demográfico continuar a ser uma realidade, começa a notar-se uma certa estabilização desse crescimento (a rondar os 30% nas décadas de 1980 e 1990);
- Recentemente, entre 2001 e 2011, começa já a verificar-se uma desaceleração do ritmo de crescimento demográfico que, de acordo com os resultados do Censos 2011, representa um acréscimo populacional bem mais moderado (5,3% de variação).

A figura seguinte reflete de forma clara as características da evolução demográfica do Seixal, nos últimos 50 anos.



Fonte: Relatório da Proposta de Plano, abril 2013.

Figura 1-3 – Evolução da população residente no Município do Seixal (1960-2011).

Contextualizando a evolução da população residente do Seixal, verifica-se que desde 1981, a taxa de variação do número de indivíduos residentes registada até 2001 foi sempre bastante superior às observadas quer no Continente, quer na Área Metropolitana de Lisboa (AML), quer na Península de

Setúbal, conforme se pode observar no Quadro 1-1, embora na década de 2001-2011 se registre já uma forte aproximação ao comportamento da variação populacional naquelas áreas geográficas.

Podemos assim considerar que o contínuo decréscimo da taxa de variação populacional do Município tem vindo a seguir a tendência generalizada pelo que, cada vez mais, este indicador se aproxima dos valores de referência. No entanto, apesar de entre 2001 e 2011, o acréscimo populacional do Seixal ter sido mais moderado continua ainda superior ao registado no Continente (cerca de 1,8%).

Quadro 1-1 – População residente no Município do Seixal, Península de Setúbal, AML e em Portugal Continental (1981-2011).

| | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 | VARIAÇÃO 1981-1991 (%) | VARIAÇÃO 1991-2001 (%) | VARIAÇÃO 2001-2011 (%) |
|-------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| SEIXAL | 89 169 | 116 912 | 150 271 | 158 269 | 31 | 28,5 | 5,3 |
| PENÍNSULA DE SETÚBAL | 584 648 | 640 493 | 714 589 | 779 373 | 9,6 | 11,6 | 9,1 |
| AML | 2 482 276 | 2 520 708 | 2 661 850 | 2 821 699 | 1,5 | 5,6 | 6,0 |
| PORTUGAL CONTINENTAL | 9 336 760 | 9 375 926 | 9 869 343 | 10 047 083 | 0,4 | 5,3 | 1,8 |

Fonte: Relatório da Proposta de Plano, abril de 2013.

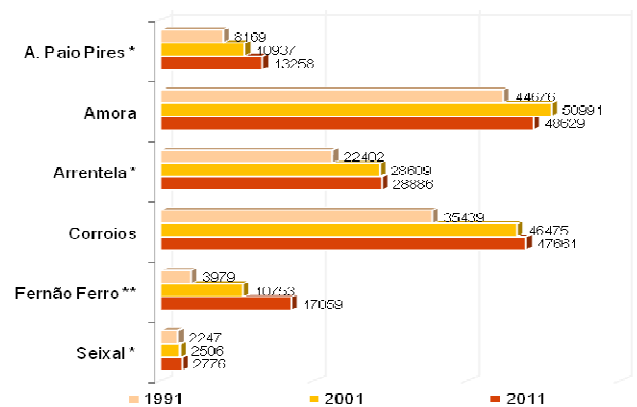
O município do Seixal tem vindo a aumentar o seu peso populacional relativo na Península de Setúbal: em 1981 representava cerca de 15%, em 1991 era já de 18% e em 2001 detinha 21% da população residente nos municípios situados a Sul do Tejo, demonstrando assim uma forte capacidade atrativa comparativamente com os municípios limítrofes e, de uma maneira geral, a todo o território metropolitano, ao que não terá sido alheia a melhoria da mobilidade, sobretudo dos modos ferroviário e fluvial. Atualmente, de acordo com os resultados do Censos 2011, apesar da variação ter sido menos significativa, no município do Seixal habita 20,3% do total da população residente na Península de Setúbal.

A distribuição territorial da população residente no Seixal observa-se através de uma análise global por freguesia (Figura 1-4). Tendo em conta os resultados dos Censos de 1991, 2001 e de 2011 constata-se que existem dois comportamentos distintos que agregam freguesias com características semelhantes:

- Três freguesias – Amora, Corroios e Arrentela – em 2011 detêm no total cerca de 79% da população municipal; no entanto são também as três freguesias em que se registou a menor variação percentual relativamente a 2001; em 2001 eram também estas as freguesias com maior peso populacional no Município;

- As outras três freguesias – Aldeia de Paio Pires, Fernão Ferro e Seixal – com menos efetivos populacionais, quando agrupadas representam atualmente cerca de 21% da população total do Município; foi também este conjunto de freguesias que registou relativamente a 2001 as mais elevadas taxas de variação; em 2001 este grupo detinha apenas 16% do total municipal.

Na análise demográfica do Seixal por freguesias deve ser tido em conta que estas têm áreas muito diversificadas, como por exemplo a freguesia do Seixal (2,4 km²) comparada com a freguesia de Amora (27,3 km²).



Fonte: Relatório da Proposta de Plano, abril de 2013.

Figura 1-4 – Evolução da população residente no Município do Seixal, por Freguesia (1991-2011).

Tendo apenas em conta o grupo infanto-juvenil e o grupo dos idosos, a observação do Quadro 1-2, sobre a composição etária por freguesia, permite destacar que, entre 2001 e 2011, três freguesias, Aldeia de Paio Pires, Fernão Ferro e Seixal, registaram um ligeiro aumento do peso percentual do grupo dos 0 aos 14 anos no total da população da freguesia enquanto que noutras três freguesias, Amora, Arrentela e Corroios, essa percentagem diminuiu, apesar desse decréscimo não ser muito significativo. Por outro lado, a variação do peso do grupo dos 65 e mais anos aumentou significativamente na referida década, com exceção das freguesias de Aldeia de Paio Pires e do Seixal em que esta percentagem diminuiu, dada a entrada de nova população residente, por via de operações de desenvolvimento urbano.

Quadro 1-2 – População dos 0 aos 4 anos e com mais de 65 anos, por freguesia, em 2001 e 2011.

| GRUPO ETÁRIO | | ALDEIA DE PAIO PIRES | | AMORA | | ARRENTELA | | CORROIOS | | FERNÃO FERRO | | SEIXAL | |
|---------------------|------|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| | | 2001 | 2011 | 2001 | 2011 | 2001 | 2011 | 2001 | 2011 | 2001 | 2011 | 2001 | 2011 |
| 0-14 ANOS | V.A. | 1 913 | 2 579 | 8 569 | 7 462 | 5 091 | 4 837 | 7 548 | 7 647 | 1 670 | 2 800 | 361 | 427 |
| | % | 17,5 | 19,4 | 16,8 | 15,3 | 17,8 | 16,7 | 16,2 | 16,0 | 15,5 | 16,4 | 14,4 | 15,4 |
| 65 OU MAIS ANOS | V.A. | 1 135 | 1 528 | 4 743 | 7 991 | 2 949 | 4 332 | 4 154 | 6 979 | 1 561 | 3 251 | 585 | 560 |
| | % | 10,4 | 11,4 | 9,3 | 16,2 | 10,3 | 14,9 | 8,9 | 16,6 | 14,5 | 18,9 | 23,3 | 20,1 |
| TOTAL – V.A. | | 10 937 | 13 258 | 50 991 | 48 629 | 28 609 | 28 886 | 46 475 | 47 661 | 10 753 | 17 059 | 2 506 | 2 776 |

Fonte: Relatório da Proposta de Plano, abril de 2013.



A observação do Quadro 1-3 salienta que o índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), tendencialmente tem vindo a aproximar-se dos valores de referência de Portugal, da AML e da Península de Setúbal mas continua a ser significativamente inferior, não tendo sequer atingido os 100 idosos por cada 100 jovens, em 2010. Este rejuvenescimento é ainda apoiado pelo facto da proporção de idosos no município do Seixal ser também inferior aos valores da Península de Setúbal, da AML e do País.

Quadro 1-3 – Indicadores Demográficos no Município do Seixal, na AML e em Portugal Continental.

| | ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO 2010 | PROPORÇÃO DE IDOSOS 2011 | PROPORÇÃO DE JOVENS 2011 |
|----------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| SEIXAL | 87,6 | 15,4 | 16,3 |
| PENÍNSULA DE SETÚBAL | 106,2 | 18,0 | 15,9 |
| AML | 111,0 | 18,2 | 15,5 |
| PORTUGAL CONTINENTAL | 122,9 | 19,3 | 14,8 |

Fonte: Relatório da Proposta de Plano, abril de 2013.

2. AMBIENTE E PAISAGEM

| SEIXAL | | |
|--------------------------------------|---|--|
| PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGEM | | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>O Sítio de Importância Comunitária (SIC) da região biogeográfica mediterrânica Fimão Ferro/Lagoa de Albufeira (PTCON0054) ocupa parcialmente o município do Seixal, numa extensão de 1167 ha, o que representa cerca de 12% da área do Município e 27% da área total do Sítio.</p> <p>O Sítio é dominado pela zona húmida envolvente à Lagoa de Albufeira, de importância internacional para a avifauna, com elevado valor paisagístico e importante área de reprodução de peixes e bivalves.</p> <p>No município do Seixal, o Sítio é marcado por características predominantemente florestais em que o pinheiro bravo (<i>Pinus pinaster subsp. atlantica</i>) é a espécie mais representada, devido a plantações orientadas para a produção de madeira e resina, instaladas sobre áreas dunares.</p> |  |
| | <p>O território municipal é no geral, plano, mais ou menos entalhado pela rede hidrográfica, com uma frente de área ribeirinha, plana e baixa, de aluviões, em que se individualiza claramente do conjunto envolvente a Baía do Seixal.</p> | |
| | <p>O espaço "interior" do Município é caracterizado por um relevo brando, em que os vales são espalhados e alternam com cabeços largos, ligados por vertentes que se adoçam, à medida que se caminha para montante das bacias hidrográficas.</p> |  |
| | <p>A paisagem do município do Seixal não apresenta no contexto da região e da área metropolitana de Lisboa valores extraordinários de rara beleza; no entanto, as áreas mais emblemáticas, e de potencial, estão efetivamente ligadas à Baía e aos espaços ribeirinhos entre Amora – Seixal e, no setor sul do Município, ao planalto das lagoas.</p> | |
| | <p>De máxima importância é a paisagem de paleodunas paludificadas, situação de grande raridade no Sudoeste Europeu. Outras comunidades a destacar são as de caráter arbustivo, litorais ou sublitorais, dominadas por sabina-da-praia (<i>Juniperus turbinata subsp. turbinata</i>) e/ou zimbro-galego (<i>J. navicularis</i>). É uma vegetação com elevado valor de conservação intrínseco que constitui o habitat de alimentação, refúgio e reprodução de variada entomofauna e fauna vertebrada terrestre associada às dunas.</p> | |
| | <p>A qualificação dos espaços naturais, em particular dos que se localizam em meio urbano, é um aspeto a que o Município tem prestado grande atenção tendo-se verificado um significativo aumento do número de parques e jardins, tratados e equipados, destacando-se todo o arranjo urbanístico da frente ribeirinha, do Seixal à Amora. Também a elaboração de planos de reconversão para áreas urbanas de gênese ilegal contribuíram para a recuperação/valorização de zonas verdes integradas no tecido urbano, bem como para a desobstrução de áreas afetas ao regime do domínio hídrico, contribuindo para defender as áreas de RAN, nomeadamente ao longo do Rio Judeu. Ainda de referir a preservação e, em alguns casos recuperação, do equilíbrio da rede hidrográfica local, através de intervenções pontuais como sejam as ações de requalificação dos leitos de alguns cursos de água (vala do Guarda-Mor e da linha de água que atravessa o Parque do Serrado).</p> | |

| | |
|---|---|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | <p>Orientações Estratégicas Territoriais do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), para o setor e normas para a sua operacionalização. (Elementos de apoio).</p> |
| | <p>Prioridades essenciais do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PROTAML) para o setor e normas orientadoras. (Elementos de apoio).</p> |
| | <p>Objetivos de gestão gerais do Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) e sua operacionalização para as áreas integradas na Rede Natura 2000. (Elementos de apoio), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.</p> |
| | <p>Plano de Valorização da Baía do Seixal (CMS, 2001).</p> |
| | <p>Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, que transpõe para o direito interno a Diretiva Aves (n.º 79/409/CE, de 2 de abril de 1979) e a Diretiva Habitats (n.º 92/43/CEE, de 21 de maio de 1993).</p> |
| | |

| | |
|---------------|--|
| FONTES | Plano Regional de Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PROT LVT). |
| | Relatório do Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução do Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |

| | | |
|--|---|--|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | Ocupação de cerca de 12% da área do Município (extensão de 1.167 ha) e 27% da área total do Sítio Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira (PTCONN0054). | A Estrutura Ecológica Municipal, que integra áreas prioritárias (cerca de 1 589 ha), vitais (cerca de 2 679 ha), verdes de proximidade (247 ha) e também corredores estruturantes, incluídos na Rede Ecológica Metropolitana, representa 47% do território municipal. |
| | Os elementos mais marcantes desta paisagem são a baía do Seixal e os espaços ribeirinhos de enquadramento ao Tejo. | Proposta de constituição de um Parque Metropolitano com uma área de aproximadamente 400 ha - área que no global abrange a generalidade dos <i>habitats</i> prioritários e a grande maioria dos classificados da zona do Pinhal das Freiras – e ainda de um parque urbano com cerca de 25. |
| | A situação privilegiada junto ao estuário e de frente para Lisboa assume de facto características paisagísticas muito especiais e de grande importância para o desafogo visual no território. | Proposta de Cartografia de Habitats e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN2000, para a área do Sítio Fernão Ferro – Lagoa de Albufeira, no município do Seixal (julho 2008). |
| | Significativo aumento do número de parques e jardins, tratados e equipados, destacando-se todo o arranjo urbanístico da frente ribeirinha, do Seixal à Amora. | Na proposta de ordenamento da revisão do PDM para o Sítio, foi feita uma abordagem integrada, tendo em conta, por um lado, os valores naturais em presença – <i>habitats</i> classificados, áreas de REN e rede hidrográfica –, a rede viária existente e prevista, ocupações existentes, servidões e restrições de utilidade pública e os limites cadastrais das propriedades abrangidas; e, por outro lado, as orientações decorrentes do PSRN2000, dada a necessidade de incluir uma proposta de solo urbanizável que constitua um remate das áreas urbanas existentes, dotando-as dos necessários equipamentos de utilização coletiva. |
| | Recuperação/valorização de zonas verdes integradas no tecido urbano, bem como para a desobstrução de áreas afetadas ao regime do domínio hídrico, contribuindo para defender as áreas de RAN, nomeadamente ao longo do Rio Judeu. | Projetos de Recuperação Ambiental propostos: Elaboração da Carta Ambiental do Município do Seixal, Qualificação das Praias Estuarinas e Estudo de Renaturalização do Leito do Rio Judeu e Requalificação das suas Margens, entre outros. |
| | A preservação e, em alguns casos recuperação, do equilíbrio da rede hidrográfica local, através de intervenções pontuais como sejam as ações de requalificação dos leitos de alguns cursos de água (vala do Guarda-Mor e da linha de água que atravessa o Parque do Serrado). | Espaços Verdes e de Utilização Coletiva: Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras, Parque da Cidade. |
| PONTOS FRACOS | AMEAÇAS | |
| Degradação do património natural (biodiversidade, fauna e flora), alteração da paisagem pela ocupação urbanística desordenada e parques industriais. | Risco de pressão no património natural, em zonas pontuais pelas novas propostas de ocupação. | |

| | |
|----------------|---|
| IMPACTO | Aumentar as áreas de espaço verde público, devidamente integradas na Estrutura Verde Urbana. |
| | Apresentar na Planta de Ordenamento, a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) para o Seixal. |
| | Constituição de um Parque Metropolitano, área que no global inclui a generalidade dos habitats prioritários da Rede Natura 2000 e a grande maioria dos classificados da zona do Pinhal das Freiras – e ainda de um parque urbano. |
| | Colaborar no estabelecimento de Planos de Gestão de sítios classificados e promover a utilização equilibrada e sustentável da área em questão. |
| | Implementar as orientações de gestão, propostas no quadro de adequabilidade das orientações de gestão previstas para o Sítio Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira da Rede Natura 2000. |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGEM

➤ PATRIMÓNIO NATURAL

O Sítio de Importância Comunitária (SIC) da região biogeográfica mediterrânica Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, ocupa parcialmente o município do Seixal, numa extensão de 1167 ha.

De acordo com o art.º 4º, do Decreto-Lei 140/99, de 24 de abril¹, “A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que compreende as áreas classificadas como ZPE (Zona de Proteção Especial) e ZEC (Zona Especial de Conservação)”. O artigo 8.º daquele diploma, determina também, no n.º 1, que os instrumentos de gestão territorial aplicáveis na Rede Natura 2000 “devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas” e no n.º 4, que “a execução da Rede Natura 2000 é objeto de um plano sectorial” que estabelece orientações para “a gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária” e “as medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats”.

Assim, no seu preâmbulo, o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)² refere que “vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da administração central e local, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e nos planos especiais (PEOT), no prazo máximo de seis anos após a sua aprovação”.

Neste contexto, a CMS elaborou e apresentou ao então Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), em julho 2008, uma “Proposta de Cartografia de Habitats e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN2000”. Sobre este documento, o ICNB emitiu parecer, concordando “com a aplicação assumida pela CMS do processo metodológico indicado pelo ICNB”. O mesmo parecer, para além de tecer algumas considerações de carácter técnico, mencionava ainda a necessidade de “toda a área municipal inserida no SIC PTCON0054 – Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, (...) ser cartografada nas peças constituintes do PMOT e referenciada em Regulamento como área sujeita ao regime do PSRN 2000.”

Para a elaboração da proposta de ordenamento da revisão do PDM para o Sítio, foi feita uma abordagem integrada, tendo em conta, por um lado, os valores naturais em presença – habitats classificados, áreas de Reserva Ecológica Nacional e rede hidrográfica – a rede viária existente e prevista, ocupações existentes, servidões e restrições de utilidade pública e os limites cadastrais das propriedades abrangidas; e, por outro lado, as orientações decorrentes do PSRN2000, dada a necessidade de incluir uma proposta de solo urbanizável que constitua um remate das áreas urbanas existentes, dotando-as dos necessários equipamentos de utilização coletiva.

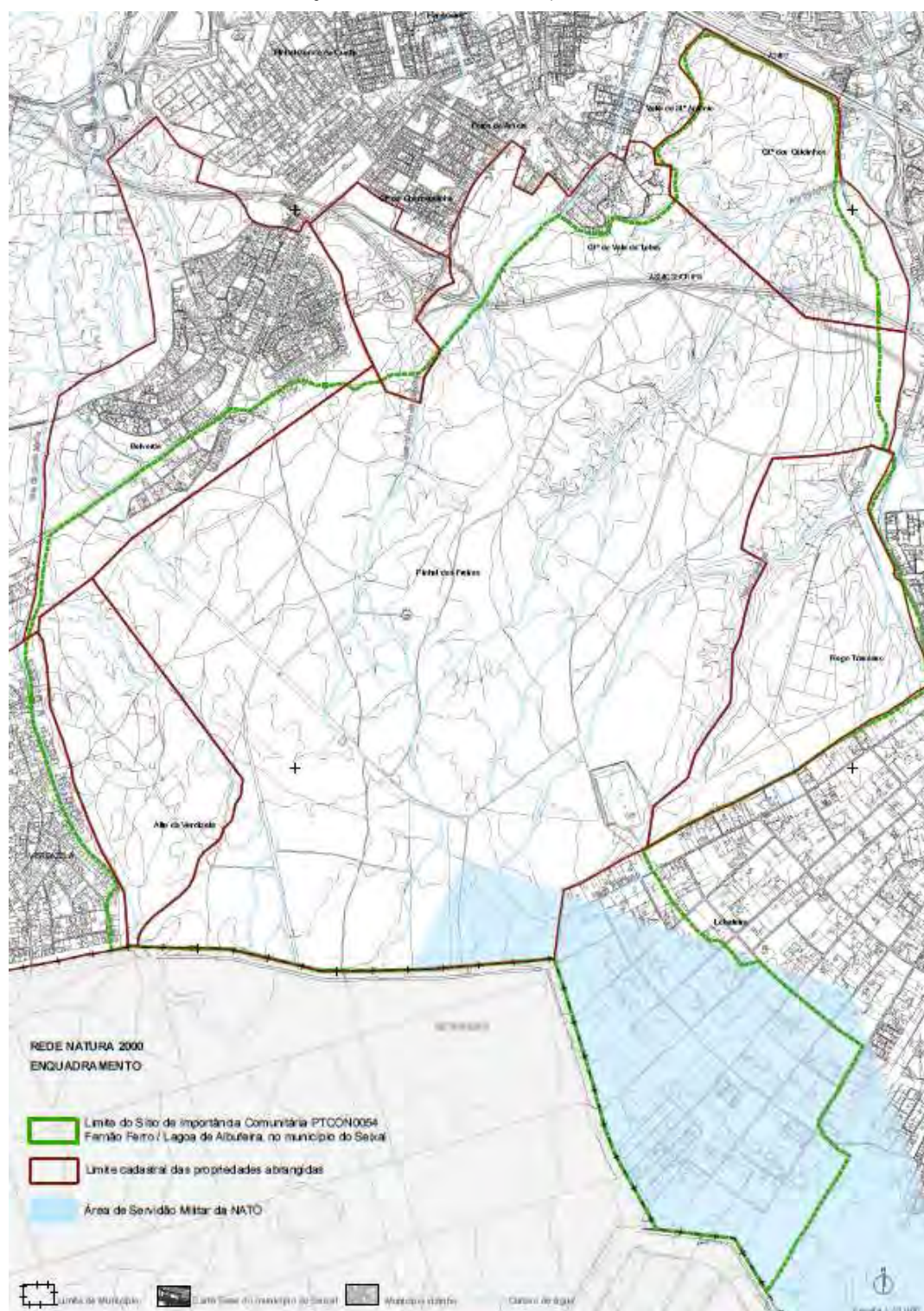
Neste contexto foram realizados os seguintes três cartogramas à escala 1:15 000, escala de apresentação da Planta de Ordenamento, contendo:

- **Rede Natura 2000 – Enquadramento**, onde se encontra o limite do Sítio no território municipal, os principais limites cadastrais das propriedades abrangidas e a área de servidão militar da NATO (Figura 2-1);
- **Rede Natura 2000 – Nível de Classificação de Habitats**, onde se encontra cartografada a distribuição espacial dos habitats, agrupados de acordo com o seu nível de classificação, seja classificado ou classificado prioritário (Figura 2-2);
- **Rede Natura 2000 – Classificação de Habitats por Código**, onde se encontram cartografados os habitats, de acordo com o código que os identifica. A cartografia desenvolvida evidencia que o Planalto das Lagoas (no limite sul do Sítio) concentra e polariza os valores mais relevantes para a conservação (turfeiras, urzais húmidos, estruturas ripárias residuais, etc.), englobando grande parte das estruturas classificadas, bem como prioritárias. A par do Planalto das Lagoas, área de conservação por excelência, há ainda a realçar a importância das estruturas associadas aos vales principais do Sítio – e setores dos seus tributários –, que integram fluxos e sistemas de revitalização biofísica com incidência regional e boa parte das estruturas classificadas do Sítio (Figura 2-3).

¹ O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, transpõe para o direito interno a Diretiva Aves (n.º 79/409/CEE, de 2 de abril) e a Diretiva Habitats (n.º 92/43/CEE, de 21 de maio) e aplica-se à Rede Natura 2000.

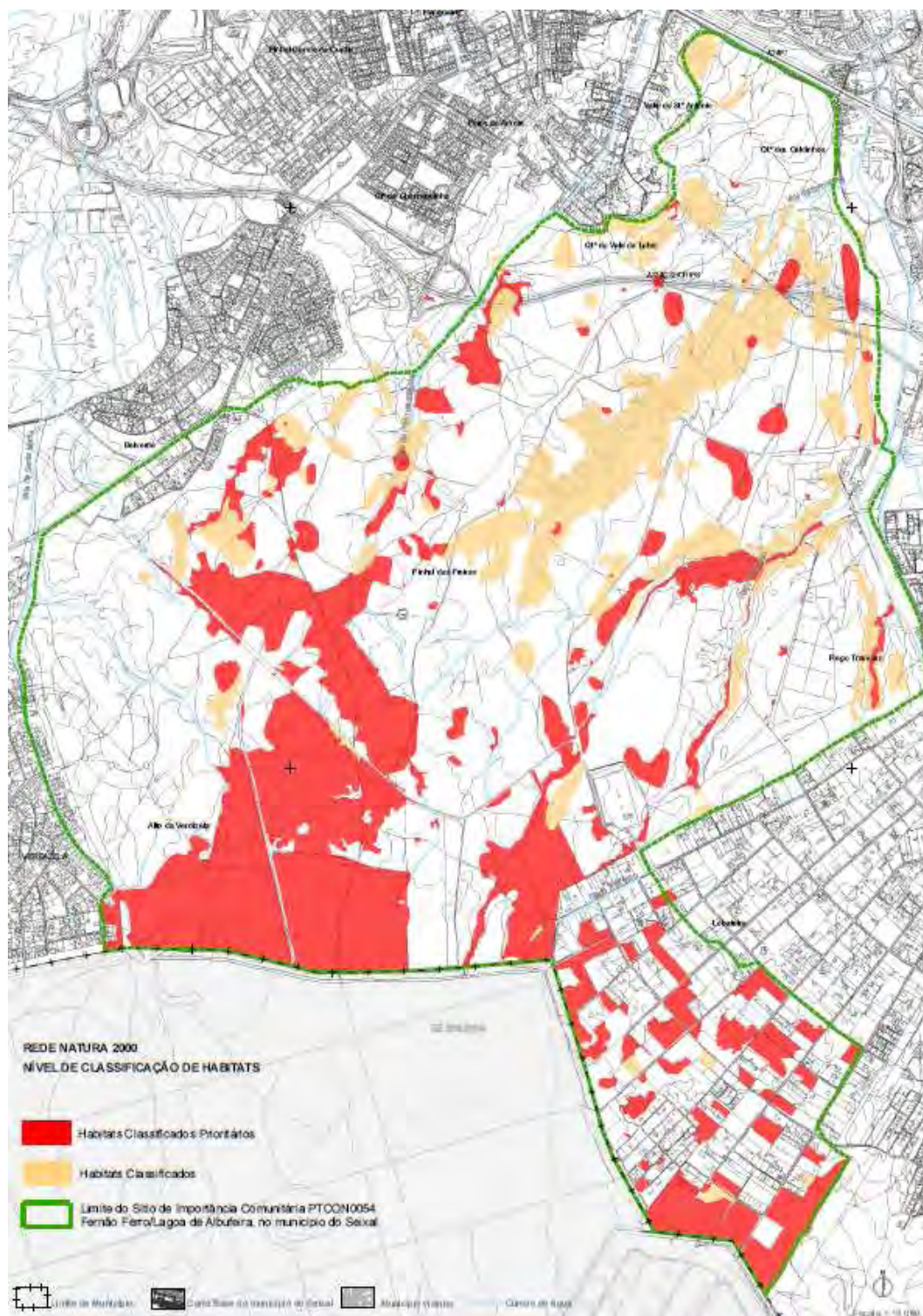
² Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, publicada no Diário da República n.º 139, 1ª série, de 21 julho.

Figura 2-1 – Rede Natura 2000 – Enquadramento.



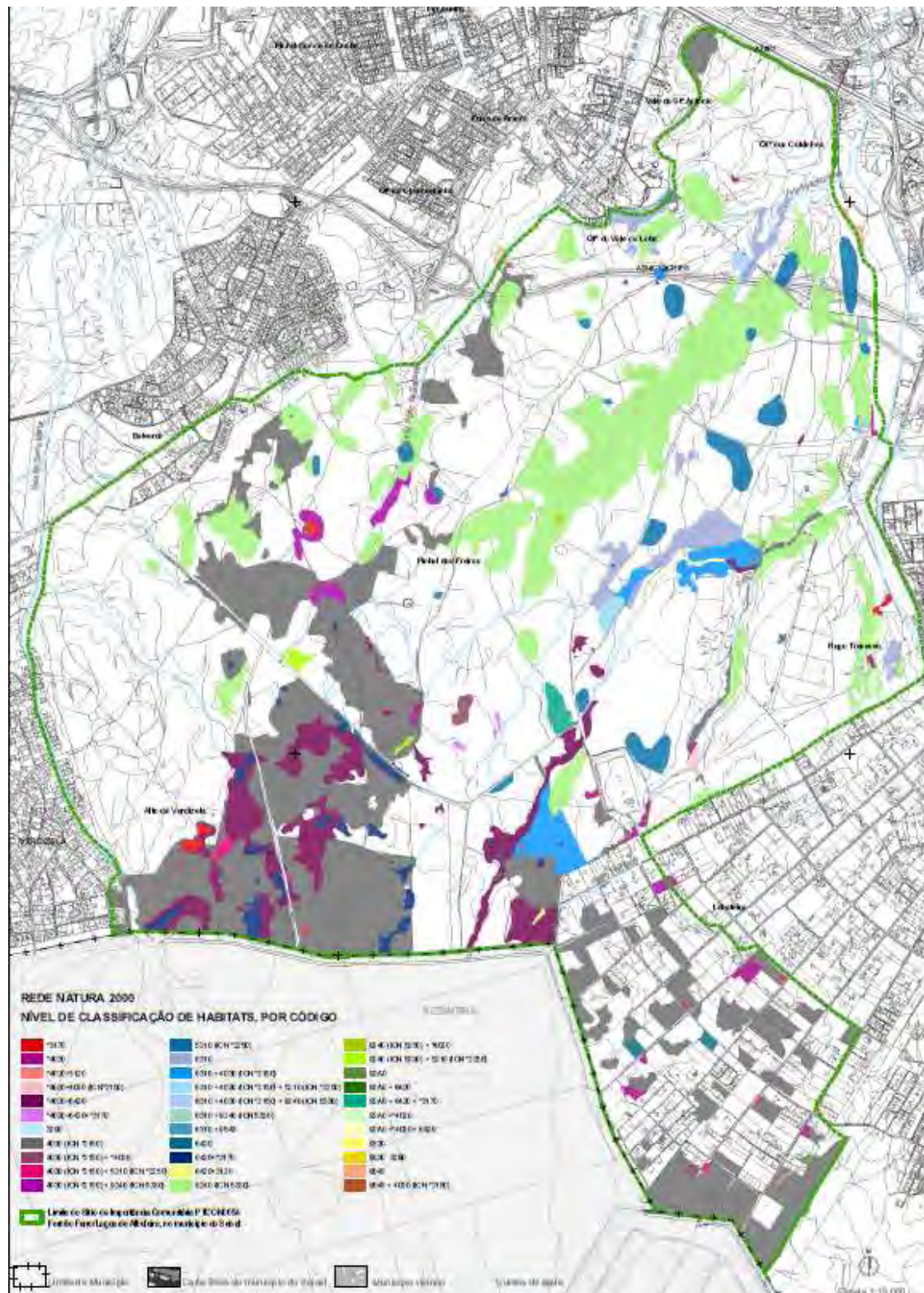
Fonte: CMS, Relatório da Proposta de Plano – Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013.

Figura 2-2 – Rede Natura 2000 – Nível de Classificação de Habitats.



Fonte: CMS, Relatório da Proposta de Plano – Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013.

Figura 2-3 – Rede Natura 2000 – Nível de Classificação de Habitats, por código.



Fonte: CMS, Relatório da Proposta de Plano – Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013..

➤ PAISAGEM

Segundo o autor Cancela d'Abreu em "Identificação e Caracterização das Paisagens em Portugal Continental", DGOTDU, o território do Seixal insere-se no grupo de unidades de paisagem "Área Metropolitana de Lisboa – Sul" caracterizada por uma dinâmica de transformação intensa e recente, que continua bem ativa devido à sua inserção numa área metropolitana em mutação. Segundo o mesmo autor o território do Seixal insere-se, de grosso modo, em duas grandes unidades de paisagem: a unidade Arco Ribeirinho Almada-Montijo (79) e a unidade Outra Banda (80).

A paisagem da unidade Arco Ribeirinho Almada-Montijo é fortemente marcada pela presença do Tejo (e Lisboa, do "outro lado"), bem como pela densa (e no geral desorganizada) ocupação construída. Apesar do estuário nem sempre ser diretamente perceptível do interior da unidade, quer devido ao relevo como à edificação, ele está sempre presente, no mínimo porque se vai vislumbrando um pouco de todo o lado ou porque se sente que se interpõe entre esta zona e Lisboa.

Ao longo do séc. XX, toda esta frente ribeirinha sofreu profundas alterações, passando de uma área rural com algumas povoações ligadas à faina do rio (pesca, transportes, construção naval, salinas), para albergar complexos industriais de grande significado a nível nacional (CUF / Quimigal no Barreiro, Siderurgia Nacional no Seixal (Paio Pires) e Lisnave em Almada, entre outras de menor peso) e, mais tarde, para um crescimento explosivo de zonas habitacionais, processo que ainda continua atualmente.

Apesar daquelas unidades industriais terem entrado em crise e estarem em parte desativadas, a sua influência direta e indireta no caráter da paisagem ainda é determinante através da presença de grandes estruturas (pórticos, chaminés, edifícios, parques de materiais, cais) e de bairros habitacionais bem característicos (Barreiro). Também as zonas de habitação que desde os finais dos anos sessenta do século passado têm vindo a ser construídas (destaquem-se os casos de Alhos Vedros, Baixa da Banheira, Lavradio, Arrentela, Amora, Corroios, Laranjeiro, Cova da Piedade e Almada), marcam profundamente esta unidade pela falta de consistência do tecido urbano, reduzido a um aglomerado de construções sem qualidade, a que falta qualquer intenção coerente de desenho urbano, bem como equipamentos e infraestruturas exigíveis a um nível mínimo de qualidade de vida.

Ainda, segundo, o mesmo autor a situação privilegiada junto ao estuário e de frente para Lisboa, apesar de corresponder a características paisagísticas muito especiais, não tem expressão em termos de raridade, uma vez que os elementos desqualificadores presentes assumem um grande peso, desvalorizando aquelas características.

Referencia, ainda, para as estruturas e infraestruturas com forte interferência sobre o caráter das paisagens, há que assinalar os principais eixos viários (A2, A12, IC20, IC21, IC13, A33/IC32) e ferroviários, uma densa rede de linhas de alta tensão, a base aérea do Montijo, as diversas instalações portuárias e estações fluviais na zona ribeirinha entre Almada e Alcochete.

O município do Seixal é claramente um território com características marcadamente urbanas organizado internamente num tecido urbano contínuo e compacto nos povoados mais antigos e de um tecido urbano descontínuo, por vezes fragmentado, nas áreas de expansão mais recentes. É também evidente, que esta organização urbana conserva problemas de ligação e continuidade, quer física, quer ecológica, resultantes muitas das vezes, da má configuração das urbanizações, do seu dimensionamento, bem como da ausência de estrutura e hierarquia que o desenho urbano parece demonstrar.

Nesta interpretação sobre o território têm ainda lugar, alguns espaços livres de mata residual, e de forma mais significativa, duas áreas de caráter rural / natural respetivamente: Pinhal das Freiras e Baía do Seixal / Sapal de Corroios.

A baía do Seixal é sem dúvida o grande elemento polarizador do Município exercendo à escala local um efeito de desafogo visual importantíssimo no contexto da área ribeirinha do Seixal. Por outro lado, na zona sul do Município predominam os sinais de paisagem predominantemente florestal, não se identificando no terreno elementos ou fatores de intervenção antrópicos muito fortes, nomeadamente o Pinhal das Freiras que integra o Sítio Rede Natura 2000 Fernão Ferro – Lagoa de Albufeira.

A paisagem do município do Seixal não apresenta no contexto da região e da área metropolitana de Lisboa valores extraordinários de rara beleza. As áreas mais emblemáticas, e de potencial, estão efetivamente ligadas à Baía e aos espaços ribeirinhos entre Amora – Seixal e ao planalto das lagoas, a sul do Município.

| SEIXAL | |
|-----------------------|---|
| RISCOS | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>Risco Sísmico: De acordo com a escala de danos representada para as intensidades sísmicas – Intensidade de Mercalli Modificada (IMM) – registadas para as freguesias do município do Seixal nos sismos de 1909, 1531, 1755 e 1858, é atribuído o grau de intensidade da IMM Valor V, cujos efeitos são: sentido fora de casa; pode ser avaliada a direção do movimento; as pessoas são acordadas; os líquidos oscilam e alguns extravasam; pequenos objetos em equilíbrio instável deslocam-se ou são derrubados. As portas oscilam, fecham-se ou abrem-se. Os estores e os quadros movem-se. Os pêndulos dos relógios param ou iniciam ou alteram o seu estado de oscilação (Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.)</p> <p>A perigosidade sísmica na AML é elevada, devido não só à proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S (que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais), mas também, à falha (ou zona de falhas) do vale inferior do Tejo. A suscetibilidade sísmica é elevada ou muito elevada em 74% do território regional, verificando-se para o município do Seixal um perigo Sísmico Elevado.</p> <p>Uma análise da geologia local bem como pesquisa bibliográfica de trabalhos recentes publicados sobre a região (Cabral, 1996 e Vilanova, 2004 citado por Romeu <i>et al</i>, 2010), permitiram tirar algumas conclusões sobre as estruturas geológicas locais, capazes de gerar sismos próximos do município do Seixal, com magnitude da ordem dos 6,3-6,5. Estas falhas são consideradas potencialmente ativas, sendo necessários estudos detalhados sobre as mesmas para se poder indiciar o nível de atividade associado. Paralelamente, segundo Romeu <i>et al</i> (2010) o município do Seixal evidencia a presença de estratos de grande espessura de terrenos arenosos, que apresentam uma tendência para amplificar as baixas frequências.</p> <p>Suscetibilidade de Tsunami: Os principais focos potenciais geradores de maremotos correspondem a três zonas sísmicas localizadas a SW da AML. A suscetibilidade a inundação por tsunami é elevada em 6,6% do território da AML, constituindo pontos críticos as costas baixas arenosas e os estuários do Tejo e do Sado, com destaque para as zonas ribeirinhas dos municípios de Alcochete, Moita, Barreiro, Almada e Seixal (Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.)</p> <p>Suscetibilidade de Cheias e Inundações: No município do Seixal existem zonas inundáveis, causadas por três fatores principais: (i) áreas sujeitas a inundações pontuais, pela sua proximidade do estuário; (ii) áreas adjacentes a cursos de água; (iii) áreas de cheia causadas por um deficiente dimensionamento das redes de drenagem de água pluviais, tendo em conta a crescente urbanização e impermeabilização do território, a que nem sempre corresponde a um planeamento eficaz dos coletores de pluviais (Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.)</p> <p>Suscetibilidade de Movimentos de Massas em Vertentes: O registo de movimentos de vertentes, no Município, é de baixo índice, por ser um território com características orográficas, maioritariamente, planas Erro! A origem da referência não foi encontrada.)</p> <p>Risco de Incêndio florestal: O Município possui uma mancha florestal de 3085,85 hectares, com maior expressividade na freguesia de Amora (1058,14 ha), suscetível a ocorrência de incêndio florestal, mediante condições de humidade baixa e temperatura superior a 30° C. A falta de população rural, habituada a lidar com o fogo e mesmo a utilizá-lo de forma controlada, contribui para as condições favoráveis a ocorrência de fogo florestal. De acordo, com a Carta de Risco de Incêndio Florestal do Município (Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.) , o Seixal apresenta no território algumas áreas dispersas, com risco de incêndio alto e muito alto, com predominância das áreas de risco</p> <p>Suscetibilidade de Degradação e Contaminação dos Aquíferos: O Município do Seixal apresenta algumas áreas dispersas com suscetibilidade de degradação e contaminação do aquífero moderada. Erro! A origem da referência não foi encontrada.</p> <p>Suscetibilidade de Degradação e Contaminação de Águas Superficiais: O Município do Seixal apresenta essencialmente na baía do Seixal e na zona de Santa Marta do Pinhal e na Quinta das Lagoas áreas de moderada a elevada. (Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.)</p> <p>Suscetibilidade de Degradação e Contaminação dos Solos: O Município do Seixal (Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.) apresenta essencialmente na baía do Seixal áreas de moderada a elevada suscetibilidade de degradação e contaminação de águas superficiais.</p> <p>Perigo Tecnológico: A AML é a região do país onde se assiste à maior concentração de estabelecimentos industriais com potencial de gerar acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, destacando-se os estabelecimentos de produtos químicos e combustíveis Erro! A origem da referência não foi encontrada. As situações mais desfavoráveis no contexto regional não incluem o município do Seixal, pese embora as situações locais estejam identificadas de acordo com o Plano Municipal de Emergência do Seixal.</p> <p>Nas cartas de suscetibilidade de perigos tecnológicos são representados os elementos indutores de acidentes, uma vez que a cartografia de riscos tecnológicos resulta da identificação dos acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana (ex.: cheias e inundações por rutura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas, emergências radiológicas). Neste contexto, e considerando que, segundo a ANPC (2009) não existe atualmente suficiente conhecimento adquirido e um “estado da arte” que permita o preenchimento dos requisitos mínimos para a caracterização de suscetibilidade associada a estes perigos, a representação da cartografia foi efetuada através da localização poligonal das estruturas e enquadramento da envolvente do Plano Municipal de Emergência e da regulamentação em vigor.</p> |



| | |
|---|--|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Orientações Estratégicas Territoriais do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), para o setor e normas para a sua operacionalização. (Elementos de apoio). |
| | Prioridades essenciais do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PROT AML), para o setor e normas orientadoras. (Elementos de apoio). |
| | Objetivos específicos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município do Seixal (PMDFCI) |
| | Objetivos Gerais do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil – Município do Seixal (CMS, 2009). |
| | PEERS – Plano Especial de Emergência para Risco Sísmico. |
| | Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal (ANPC, novembro de 2009). |
| | Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil). |
| | Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro (Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do Comandante Operacional Municipal). |
| | Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho da Comissão Nacional de Proteção Civil (Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil). |

| | |
|---------------|--|
| FONTES | Plano Regional de Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PROT LVT). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013) |
| | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil – Município do Seixal (CMS, novembro de 2009). |
| | Documento Riscos e Proteção Civil (CMS, abril 2013). |
| | Proposta de delimitação da REN no Seixal (abril de 2013). |

| | | |
|---|--|--|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e respetiva cartografia dos seguintes riscos: Incêndio urbano, Incêndios Florestais, Incêndios Industriais e Inundações. | Elaboração do documento “Riscos e Proteção Civil” contendo a Cartografia de Suscetibilidade (e que também permitiu a atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil), nomeadamente: Cartografia de Suscetibilidade de Cheias e Inundações, Cartografia de Suscetibilidade de Inundação por Tsunami, Cartografia de Suscetibilidade Sísmica, Cartografia de Suscetibilidade de Movimentos de Massas em Vertentes, Cartografia de risco de Incêndio Florestal, Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação dos Solos, Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação do Aquífero e Cartografia de Perigos Tecnológicos – Atividade Industrial, Comercial e de Transporte. |
| | | Regulamento, onde estão vertidas as orientações para a gestão do território e integração da respetiva cartografia de suscetibilidade na Planta de Condicionantes, nomeadamente na cartografia de suscetibilidade a perigos naturais, cartografia de suscetibilidade a perigos mistos e cartografia de suscetibilidade a perigos tecnológicos. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| | Risco sísmico, risco de inundação por tsunami e risco de cheias e inundações elevado. | |
| | Risco de degradação e contaminação dos aquíferos, risco de degradação e contaminação de águas superficiais e risco de degradação e contaminação dos solos de moderado a elevado. | |
| Zona com considerável concentração de indústrias, principalmente a Este do Município, correspondendo a uma zona com maior risco de acidentes industriais. | | |

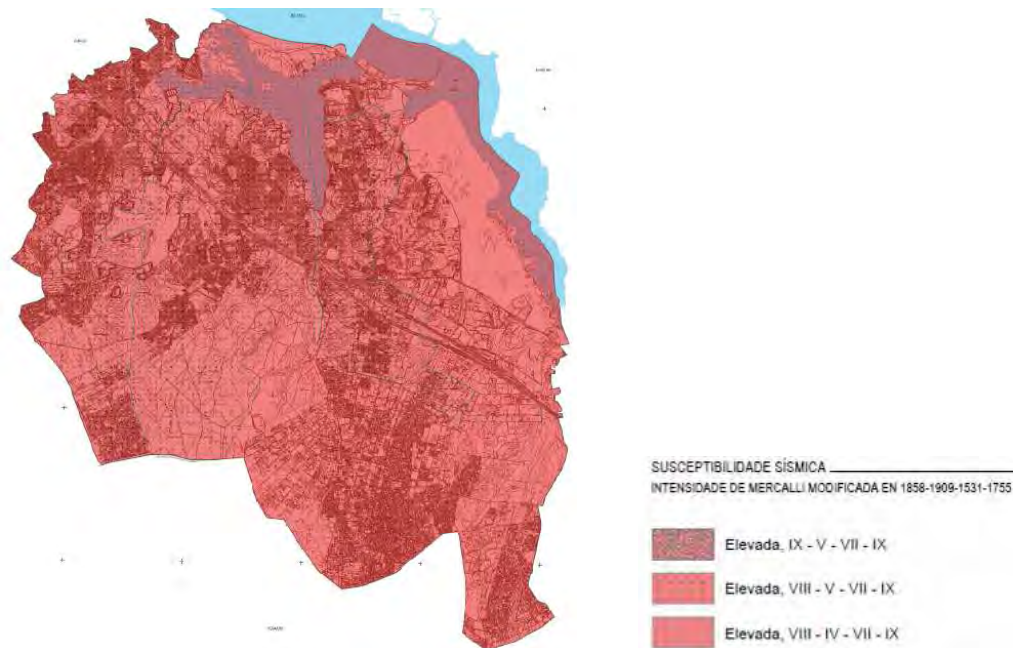
| | |
|---------|---|
| IMPACTO | Elaborar e integrar na revisão do PDMS a Cartografia de Suscetibilidade a Perigos Naturais, Mistos e Tecnológicos do Município do Seixal e adaptar as orientações para a gestão do território apresentadas no documento "Riscos e Proteção Civil". |
| | No Regulamento da Proposta de Revisão do PDM do Seixal, verter as orientações para a gestão do território, em termos de riscos e proteção civil. |
| | Atualização e implementação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município do Seixal e desenvolvimento de Planos Especiais de Emergência de Proteção Civil com vista a operacionalizar procedimentos singulares para riscos específicos. |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

RISCOS

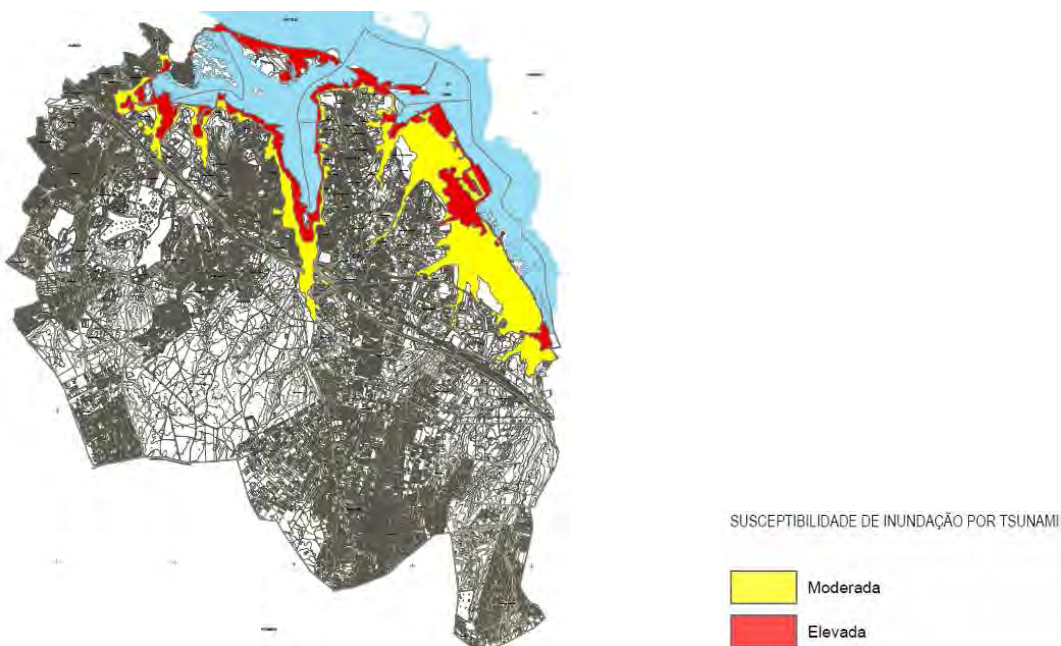
➤ CARTOGRAFIA DE RISCO / SUSCETIBILIDADE A PERIGOS NATURAIS, MISTOS E TECNOLÓGICOS

Figura 2-4 – Cartografia de Suscetibilidade Sísmica.



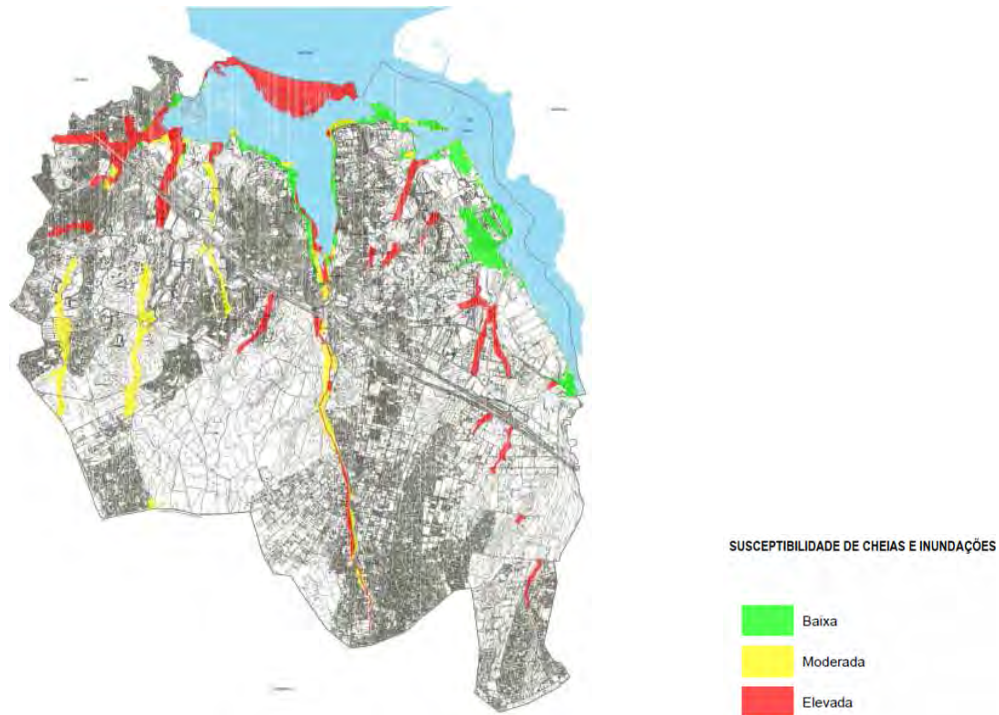
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-5 – Cartografia de Suscetibilidade de Inundação por Tsunami.



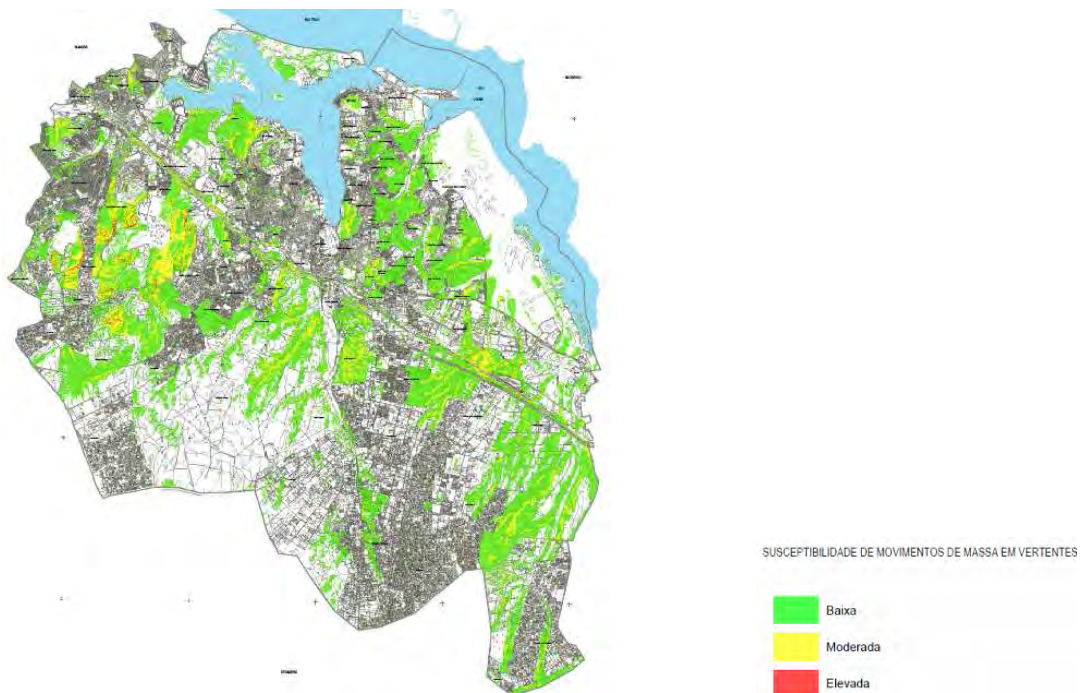
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-6 – Cartografia de Suscetibilidade de Cheias e Inundações.



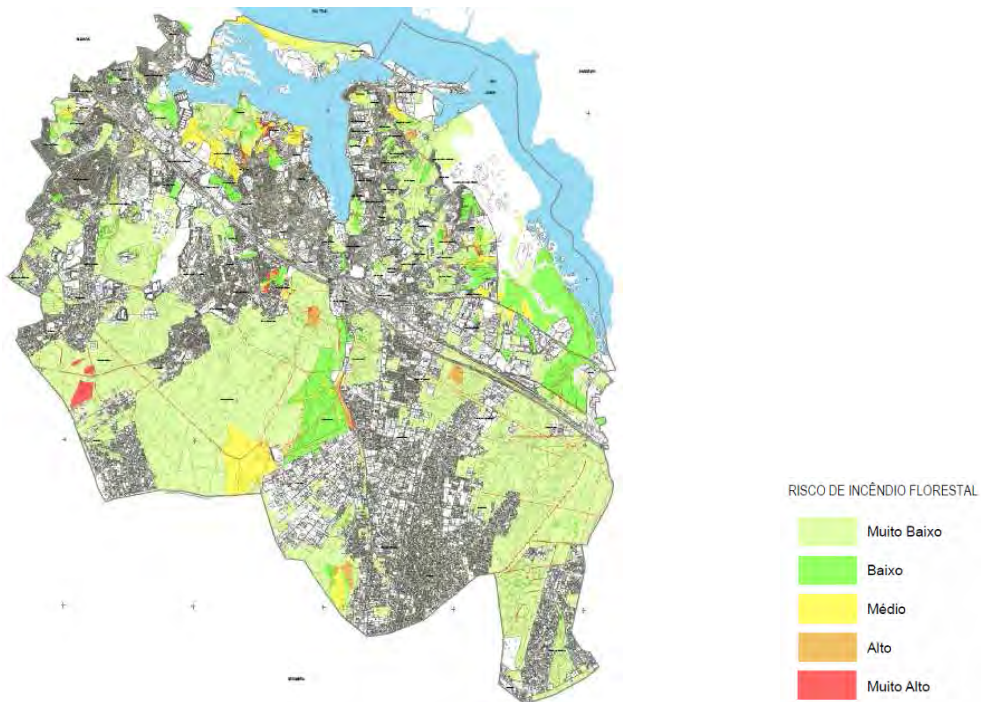
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-7 – Cartografia de Suscetibilidade de Movimentos de Massa em Vertentes.



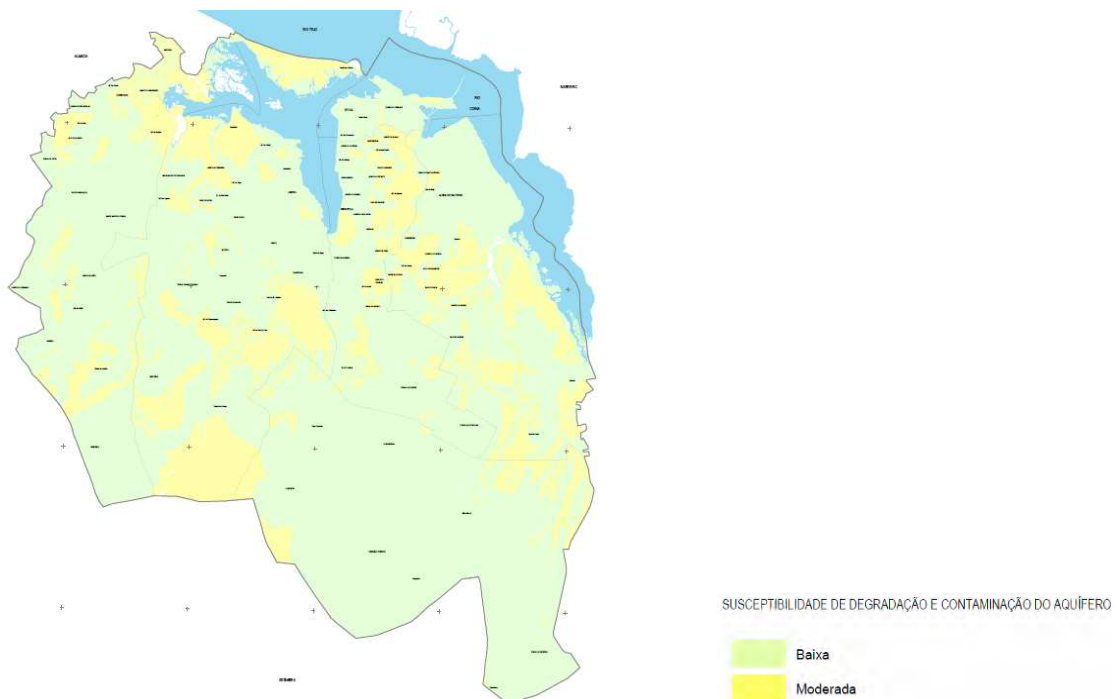
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-8 – Risco de Incêndio Florestal.



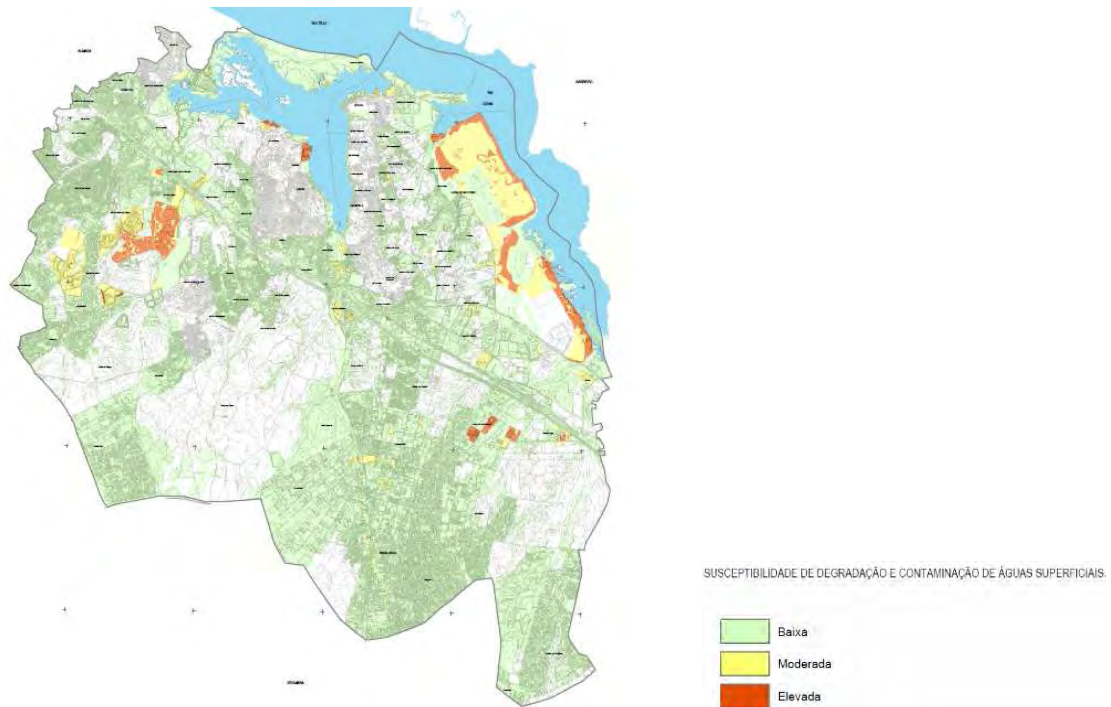
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-9 - Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação do Aquífero.



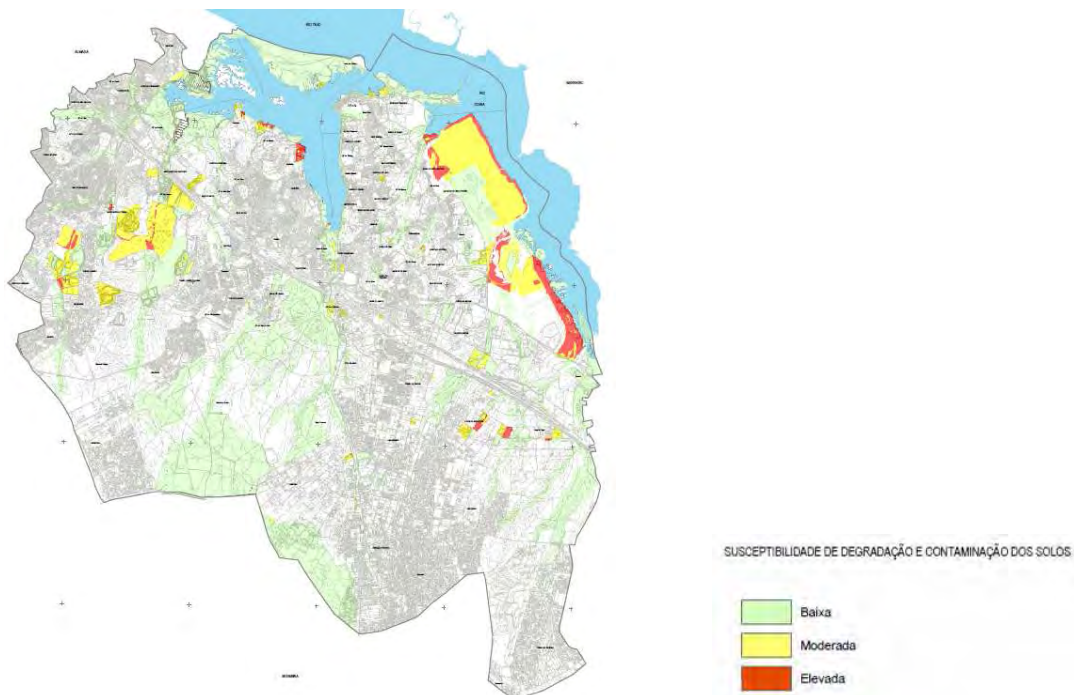
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-10 - Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação de Águas Superficiais.



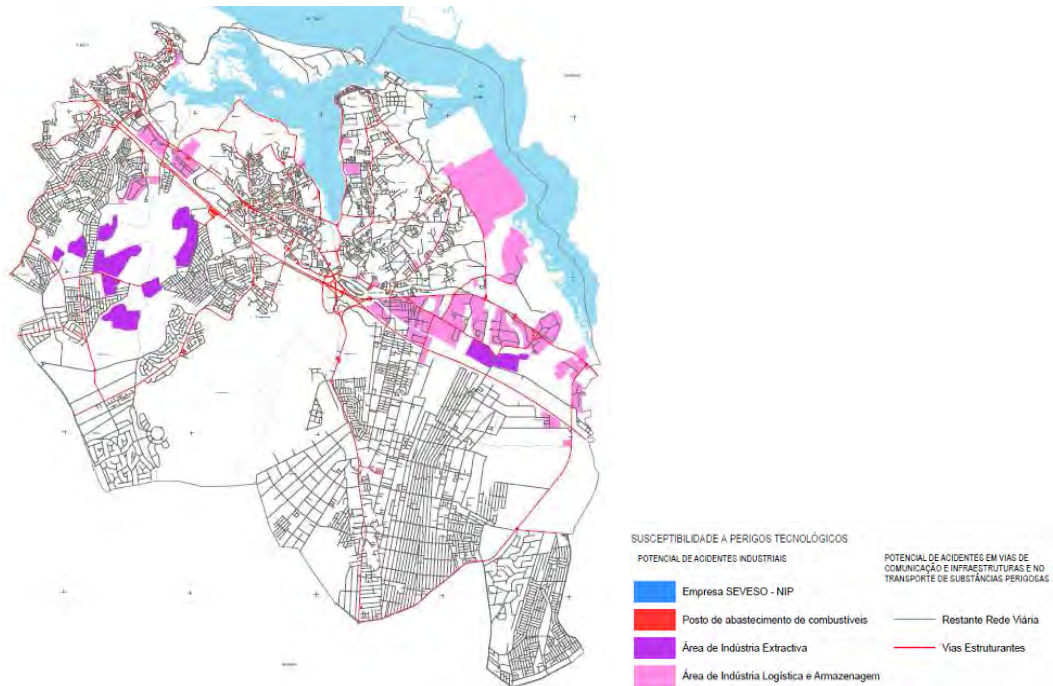
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-11 - Cartografia de Suscetibilidade de Degradação e Contaminação dos Solos.



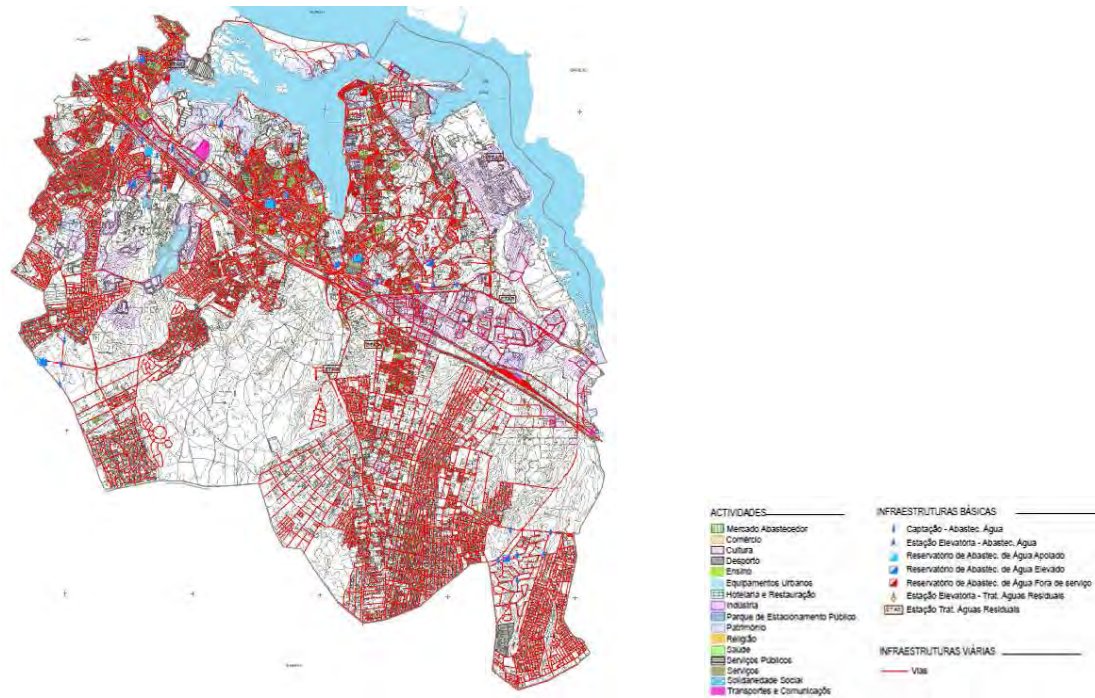
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-12 - Cartografia de Suscetibilidade a Perigos Tecnológicos.



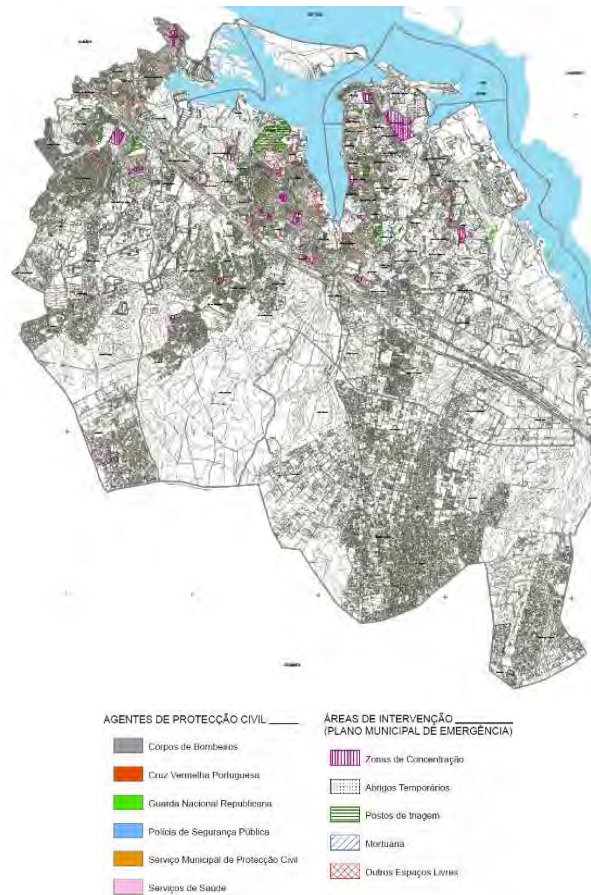
Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-13 - Cartografia de Elementos Expostos, Estratégicos, Vitais e/ou Sensíveis.



Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

Figura 2-14 - Cartografia de Proteção Civil.



Fonte: Riscos e Proteção Civil, CMS, abril 2013.

| SEIXAL | |
|--------------------------------|--|
| QUALIDADE DO AR E RUÍDO | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>Emissões Atmosféricas: De acordo com os dados provenientes da Estação da Qualidade do Ar de Paio Pires, o Município do Seixal não apresenta problemas graves ao nível da qualidade do ar verificando-se apenas episódios pontuais de incumprimento dos valores permitidos por lei.</p> |
| | <p>Os poluentes que poderão despertar alguma preocupação são o ozono troposférico e as partículas, uma vez que foram os únicos a apresentar excedências dos valores limite. No entanto, deve ser tido em conta que as condições meteorológicas provocam variações significativas da concentração de ozono na atmosfera, e que o transporte de partículas, assim como a sua ressuspensão podem influenciar as concentrações destes poluentes. No entanto não deve ser descurado o facto de que os únicos parâmetros que apresentam incumprimentos, serem igualmente os parâmetros cujos efeitos na saúde humana se revelam mais significativos e consequentemente preocupantes.</p> |
| | <p>Emissões de Gases Com Efeito de Estufa (GEE): A análise dos indicadores relativos às emissões de GEE conclui que deverão ser estudadas criteriosamente as emissões provenientes dos setores da energia e dos transportes, de forma a ser possível identificar as áreas com maior impacte e onde deverão ser implementadas ações de redução de emissões.</p> |
| | <p>Constata-se que a capitação das emissões no Município do Seixal é inferior ao indicador nacional de 7 t eq CO₂ <i>per capita</i>, no entanto, pelo facto de não haver avaliações anteriores, não é possível avaliar as reduções e as tendências do desempenho relativamente às metas de Quioto.</p> |
| | <p>Qualidade do Ar: O Índice de Qualidade do Ar (IQar) para a Área Metropolitana de Lisboa Sul, estabelecido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para o ano de 2011, apresentou um nível de classificação global de Bom.</p> |
| | <p>Ruído: Como seria de esperar no Mapa de Ruído do Município do Seixal verifica-se um decréscimo dos níveis de ruído do indicador L_{den} para o L_n. Essa variação é geralmente inferior a 10 dB(A). Assim, ao longo das vias com maior volume de tráfego, como é o caso da Autoestrada A2 e da linha ferroviária da SulFertagus os níveis de ruído são elevados.</p> <p>O ruído constitui atualmente um dos principais fatores de degradação da qualidade do ambiente urbano. O Município definiu uma Estratégia de Monitorização e redução de Ruído, da qual faz parte o Mapa do Ruído, aprovado em 2005 e atualizado em 2007, que constitui uma ferramenta estratégica de análise e planeamento, permitindo integrar a prevenção e controlo do ruído no ordenamento do território.</p> |



| | |
|---|---|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo (PEPMGA-LVT). |
| | Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS). |
| | Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2008-2012 (PNALE II). |
| | Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2001, de 1 de agosto. |
| | Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de abril. |
| | Decreto-Lei n.º 320/2003, de 20 de dezembro. |
| | Decreto-Lei n.º 351/2007, de 23 de outubro. |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório do Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução do Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013) |

| |
|--|
| Mapa de Ruído do Município do Seixal (MRMS) – Resumo Não Técnico (dBLab – Laboratório da Acústica e Vibrações, Lda., dezembro 2007). |
| Base de Dados On-line da Qualidade do Ar – QualAr, disponibilizada na APA (http://www.qualar.org/). |
| Estudo Zonamento Acústico e Áreas de Conflito (CMS, abril de 2013). |

| | | |
|---------------------|---|--|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | Mapa de Ruído do Município do Seixal, aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sendo uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora, assim como no planeamento do território, permitindo identificar situações prioritárias a integrar em planos de redução de ruído. | Introdução de novas tecnologias e sistemas de gestão ambiental no setor industrial. |
| | | Elaboração da Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e Áreas de Conflito (Uma relativa ao indicador de ruído Lden e a outra relativa ao indicador de ruído Ln). |
| | | Elaboração de um Plano Municipal de Redução do Ruído (PMRR), no sentido de garantir a gestão e controlo dos conflitos identificados, com a apresentação de medidas minimizadoras necessárias ao cumprimento dos requisitos estipulados, com a quantificação da redução, necessária, relativa aos indicadores Lden e Ln definindo critérios de prioridade de intervenção e faseamento de execução de medidas. |
| | | No âmbito do Regulamento estabelecer recomendações nos termos de referência das unidades operativas de planeamento e gestão ao nível da intervenção urbanística, prevendo a delimitação de áreas de proteção e de enquadramento paisagístico relativamente às fontes sonoras existentes e previstas, com o objetivo de planear e aplicar medidas que minimizem os respetivos impactes, nomeadamente, a delimitação, sempre que possível, de espaços verdes de enquadramento e afastamento dos usos sensíveis às respetivas fontes. |
| | | Integração da gestão de conflitos no Regulamento da proposta de revisão do PDM, restringindo a intervenção urbanística à execução de estudos de conformidade do Regulamento Geral do Ruído (RGR), e execução prévia de medidas de redução e controlo na fonte. |
| | | Implementação de medidas de prevenção e controlo no contexto de autorização e licenciamento deste tipo de atividades, no sentido de reduzir e evitar as reclamações. |
| | | Colaborar com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) na implementação do Programa e Medidas para a Qualidade do Ar. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| | Os poluentes que poderão despertar alguma preocupação são o ozono troposférico e as partículas, uma vez que foram os únicos a apresentar excedências dos valores limite. Estes são igualmente os parâmetros cujos efeitos na saúde humana se revelam mais significativos e consequentemente preocupantes. | Ausência de Mapa de Ruído do Município do Seixal, da situação prevista, recomendada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), segundo a Nota Técnica – Articulação do Regulamento Geral do Ruído (RGR) com os Planos Diretores Municipais (dezembro 2010). Note-se que, não há obrigatoriedade legal (Regulamento Geral do Ruído) para a elaboração do Mapa de Ruído Previsional, no âmbito do PDM. |

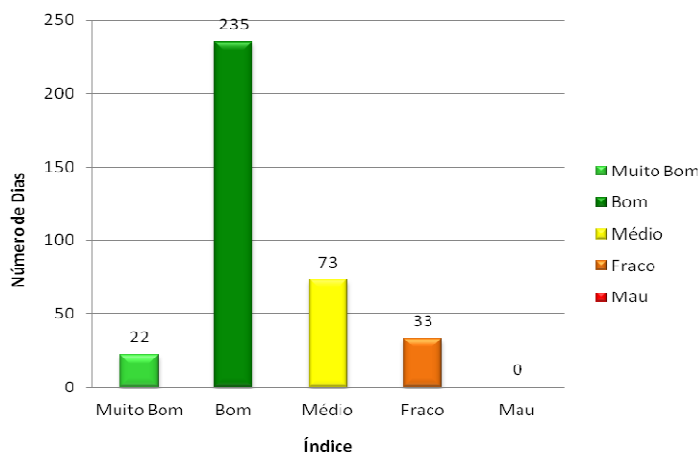
| | |
|----------------|---|
| IMPACTO | Optar por novas tecnologias e sistemas de gestão ambiental no setor industrial. |
| | Colaborar com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) na implementação do Programa e Medidas para a Qualidade do Ar. |
| | Estudar a viabilidade de instalação de uma Estação de Qualidade do Ar numa localização mais representativa da realidade do Município. |
| | Elaborar e integrar na revisão do PDMS a Cartografia do Zonamento Acústico e Áreas de Conflito do Município do Seixal. |
| | De acordo com o disposto no artigo 8.º do RGR, elaborar um Plano Municipal de Redução de Ruído (PMRR), no sentido de garantir a gestão e controlo dos conflitos identificados, com a apresentação de medidas minimizadoras necessárias ao cumprimento dos requisitos estipulados, com a quantificação da redução, necessária, relativa aos indicadores Lden e Ln, definindo critérios de prioridade de intervenção e faseamento de execução de medidas. |
| | Não havendo obrigatoriedade legal para a elaboração do mapa de situação prevista, no âmbito da revisão do PDM, o Mapa de Ruído do Município do Seixal será atualizado em fase de elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído, integrando na respetiva atualização eventuais novas pressões e fontes de ruído previstas em Plano. |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

QUALIDADE DO AR E RUÍDO

➤ QUALIDADE DO AR

O Índice de Qualidade do Ar (IQar) para a Área Metropolitana de Lisboa Sul, estabelecido pela APA³ para o ano de 2011, apresentou um nível de classificação global de Bom, correspondendo a 235 dias no ano (Fonte: APA, novembro 2012. Gráfico 2-1). Não houve nenhum dia com a classificação de Mau.










Fonte: APA, novembro 2012.



Gráfico 2-1 – Histórico Anual (2011) da Classificação do Índice de qualidade do ar, para a Área Metropolitana de Lisboa Sul.

RUÍDO

O Mapa de Ruído do Município do Seixal para os indicadores L_{den} e L_n pode ser visualizado nas plantas da Figura 2-15 e Figura 2-16. Estas plantas apresentam uma escala de cores de acordo com os níveis de ruído simulados no programa de computador, correspondendo as cores mais escuras a níveis mais altos de ruído e as mais claras a níveis inferiores, tal como se verifica no quadro seguinte.

Quadro 2-1 – Escalas de cores representativas dos diferentes níveis de ruído.

| Classes do Indicador | Cor | | Classes do Indicador | Cor | |
|------------------------|-----------|---|----------------------|--------------|--|
| $L_{den} \leq 55$ | ocre |  | $L_n \leq 45$ | verde escuro |  |
| $55 < L_{den} \leq 60$ | laranja |  | $45 < L_n \leq 50$ | amarelo |  |
| $60 < L_{den} \leq 65$ | vermelhão |  | $50 < L_n \leq 55$ | ocre |  |
| $65 < L_{den} \leq 70$ | carmin |  | $55 < L_n \leq 60$ | laranja |  |
| $L_{den} > 70$ | magenta |  | $L_n > 60$ | vermelhão |  |

 MENOS RUÍDO
 MAIS RUÍDO

Fonte: Mapa de Ruído do Município do Seixal, dBLab, Laboratório de Acústica e Vibrações, Lda., dezembro 2007.

O Mapa de Ruído do Município do Seixal é uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora, assim como no planeamento do território e permite identificar situações prioritárias a integrar em planos de redução de ruído.

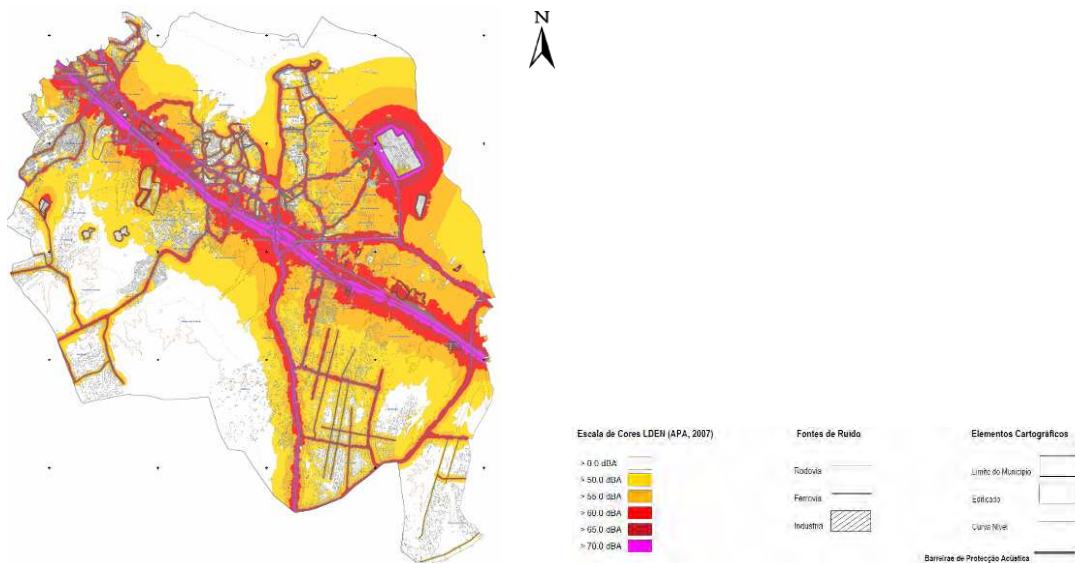
³ <http://www.qualar.org/>.

Como seria de esperar, no Mapa de Ruído do Município do Seixal, verifica-se um decréscimo dos níveis de ruído do indicador L_{den} para o L_n . Essa variação é geralmente inferior a 10 dB(A) pelo que é de esperar um agravamento do conflito no período noturno pois a variação entre dois indicadores é de 10 dB(A).

As zonas mais ruidosas são aquelas que apresentam cores mais escuras (vermelho, roxo ou amarelo escuro) e as menos ruidosas são as que apresentam cores mais claras (verde ou amarelo claro).

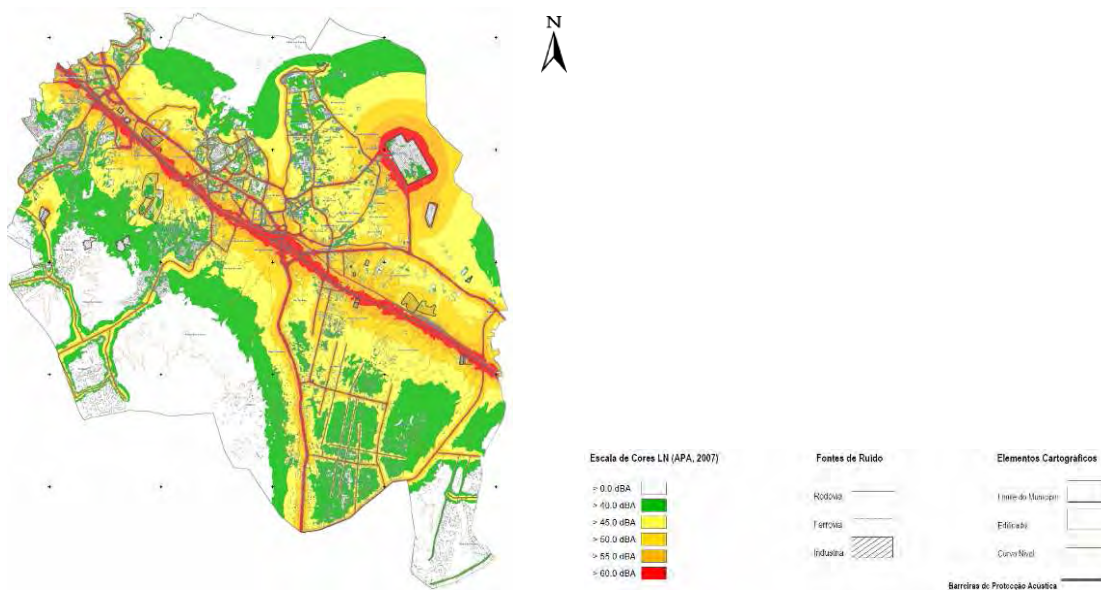
Assim, ao longo das vias com maior volume de tráfego, como é o caso da Autoestrada A2 e da linha ferroviária da SulFertagus os níveis de ruído são elevados.

Figura 2-15 – Mapa de Ruído L_{den} do Município do Seixal.



Fonte: Mapa de Ruído do Município do Seixal, dBLab, Laboratório de Acústica e Vibrações, Lda., dezembro 2007.

Figura 2-16 – Mapa de Ruído L_n – Município do Seixal.



Fonte: Mapa de Ruído do Município do Seixal, dBLab, Laboratório de Acústica e Vibrações, Lda., dezembro 2007.

Na Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e Áreas de Conflito LN da proposta de Revisão do PDM do Seixal, foram delimitadas as Zonas Sensíveis, as Zonas Mistas e as Zonas Não Classificadas, apresentando o Quadro 2-1 a respetiva quantificação. Na mesma planta, foram também delimitadas as Áreas de Conflito Acústico, que correspondem às zonas sensíveis ou mistas onde os níveis de ruído caracterizados pelo Mapa de Ruído do município do Seixal, excedem os valores limite de exposição fixados no artigo 11.º do RGR. As Áreas de Conflito estão representadas em duas classes expressas pelo indicador de ruído L_n , uma vez que o cenário de conflito no período noturno é o mais gravoso. No sentido de cumprir a devida regulamentação e de definir prioridades de intervenção ao nível de execução de medidas de redução de ruído, foram delimitadas no estudo “Zonamento Acústico e Áreas de Conflito” as áreas de conflito para ambos indicadores (L_{den} e L_n).

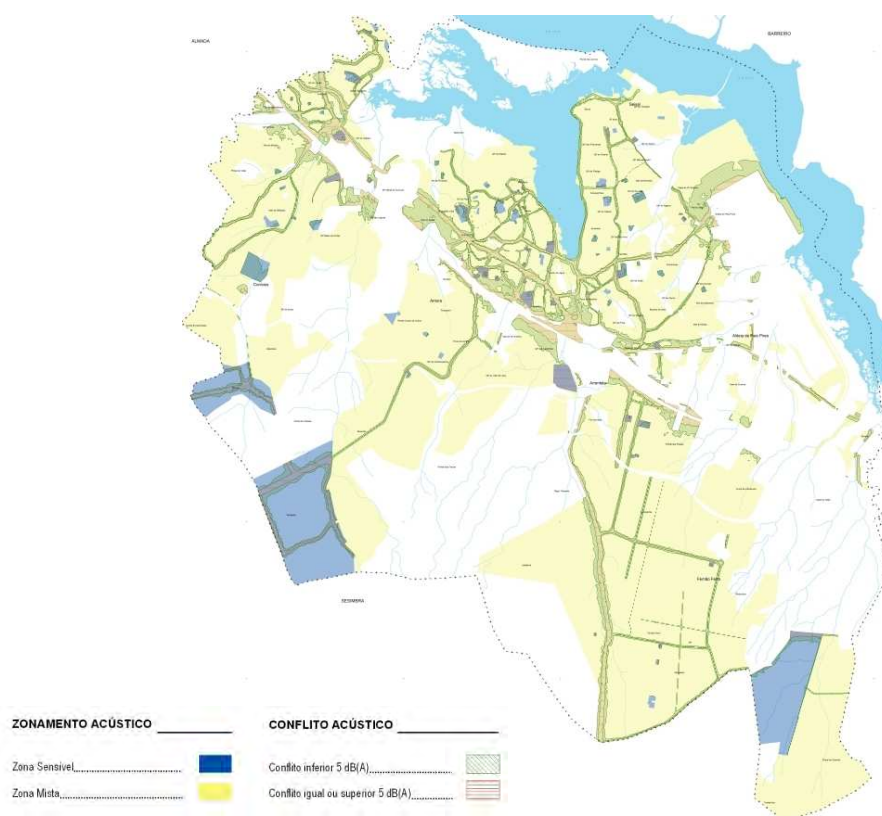
Na generalidade do território as respetivas zonas estão associadas às fachadas das grandes infraestruturas rodoviárias existentes no Município, localizadas em áreas com ocupação estável em termos de edificação e integradas em *Solo urbanizado*.

Quadro 2-1 – Quantificação do Zonamento Acústico.

| Zonamento | Área do Município | |
|---------------|-------------------|------|
| | ha | % |
| Zona Sensível | 459,6 | 4,9 |
| Zona Mista | 4506,2 | 47,9 |

Fonte: Relatório da Proposta de Revisão do PDMS, CMS, abril 2013.

Figura 2-17 – Zonamento Acústico – Zonas Sensíveis e Mistas e Áreas de Conflito L_n .



Fonte: Relatório da Proposta de Revisão do PDMS, CMS, abril 2013.

➤ SÍNTESE DOS INDICADORES

Quadro 2-2 – Indicadores analisados – Qualidade do Ar.

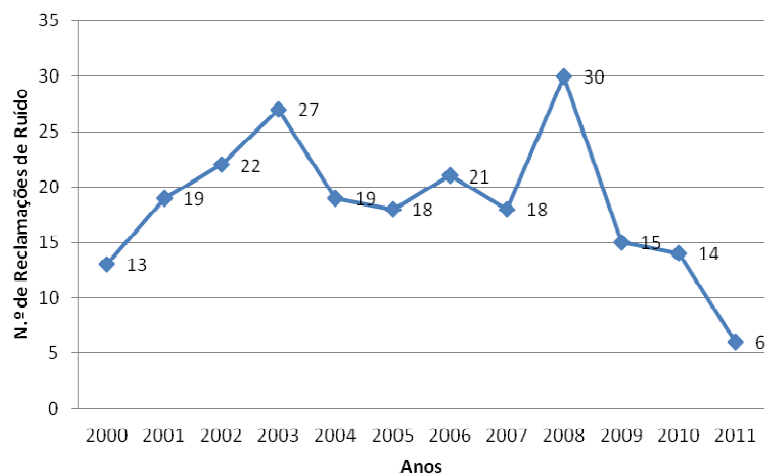
| Código | Setor | Indicador | Resultado | Tendência | Tipo de Indicador |
|----------|-----------------|---|--|-----------|-------------------|
| QA/EM01 | Qualidade do Ar | Emissões de Dióxido de Azoto | 0 excedências | → | Estado |
| QA/EM02 | Qualidade do Ar | Emissões de Dióxido de Enxofre | 0 excedências | → | Estado |
| QA/EM03 | Qualidade do Ar | Emissões de Partículas com diâmetro inferior a 10µm | 68 excedências | → | Estado |
| QA/EM04 | Qualidade do Ar | Emissões de Ozono Troposférico | 2 excedências | ↓ | Estado |
| QA/EM05 | Qualidade do Ar | Emissões de Monóxido de Carbono | 0 excedências | → | Estado |
| QA/IQA | Qualidade do Ar | Índice da Qualidade do Ar | Médio | ↕ | Estado |
| QA/GEE01 | Qualidade do Ar | Emissões Anuais de GEE | 873.403,23 t eq CO ₂ | ↓ | Estado |
| QA/GEE02 | Qualidade do Ar | Emissões de GEE <i>per capita</i> | 5,8 t eq CO ₂ <i>per capita</i> | ↓ | Estado |

Fonte: REA, Município do Seixal, 2007.

Quadro 2-3 – Indicadores analisados – Ruído.

| Código | Setor | Indicador | Resultado | Tendência | Tipo de Indicador |
|---------|-------|--|----------------|-----------|-------------------|
| RU/PP01 | Ruído | Reclamações por ano. | 18 reclamações | ↓ | Pressão |
| RU/PP02 | Ruído | Reclamações por atividade ruidosa. | --- | ↓ | Pressão |
| RU/EX01 | Ruído | População exposta a níveis de ruído superiores aos limites legais. | 14,8% | ↓ | Estado |
| RU/ZA | Ruído | Zonamento Acústico. | 9% | ↓ | Estado |
| RU/RR | Ruído | Medidas permanentes de redução de ruído. | 0 medidas | ↑ | Resposta |
| RU/EX02 | Ruído | Indicador local de exposição ao ruído | 60,3% | ↑ | Resposta |

Fonte: REA, Município do Seixal, 2007.



Fonte: REA, Município do Seixal, 2007.

Gráfico 2-2 – Evolução do número de reclamações de ruído no Município do Seixal.

| SEIXAL | |
|--------------------------|---|
| RECURSOS HÍDRICOS | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>O município do Seixal insere-se na bacia hidrográfica do Tejo, na sua fase mais a jusante. As linhas de água são na maioria sazonais, situação frequente no regime dos cursos de água de menor dimensão, profundas por todo o Município, sobretudo nas freguesias de Fernão Ferro, Arrentela e Aldeia de Paio Pires.</p> |
| | <p>A rede hidrográfica municipal é constituída por cinco bacias hidrográficas principais: (i) a da Vala da Queimada de Milhaço, (ii) a da Vala de Santa Marta, (iii) a da Vala da Quinta da Princesa, (iv) a do Rio Judeu e (v) a do Rio Coina. As primeiras desaguam na Baía do Seixal.</p> |
| | <p>O esteiro do rio Judeu estende-se para Sul, do Seixal à Torre da Marinha, tendo nas suas margens as áreas urbanas de Arrentela e Amora. O esteiro de Corroios estende-se à Vila de Corroios, marginando o Talaminho, a Sul e a Península do Alfeite, a Norte. O esteiro do rio Coina, que separa os municípios do Seixal e do Barreiro, é o mais vasto e profundo, sendo no entanto o menos conhecido pelo difícil acesso. Estende-se desde a Ponta da Azinheira até ao Zemoto, nas imediações de Coina.</p> |
| | <p>Identifica-se no município do Seixal um conjunto de 7 lagoas, com água em permanência, cinco das quais inseridas no Sítio de Importância Comunitária Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira (PTCON0054) da Rede Natura 2000 e classificadas como habitats naturais</p> |
| | <p>Em termos de recursos hídricos subterrâneos, o município do Seixal insere-se no Sistema Aquífero de Tejo-Sado/Margem esquerda.</p> |
| | <p>Da análise dos dados obtidos pelo Instituto da Água (INAG) verifica-se a elevada possibilidade dos recursos hídricos superficiais estarem contaminados por matéria orgânica.</p> |
| | <p>Em termos da análise dos recursos hídricos subterrâneos, salienta-se que o parâmetro ferro, oxigénio dissolvido, os hidrocarbonetos dissolvidos emulsionados, o pH e os nitratos ultrapassam, esporadicamente, os Valores Máximos Recomendável (VMR) na monitorização efetuada pelo INAG. Este facto levanta alguma preocupação a nível de adoção de medidas de proteção dos aquíferos.</p> |
| | |



| | |
|---|---|
| PROPOSTAS DE ICT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | <p>Prioridades essenciais, do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PROT AML) para o setor e normas orientadoras. (Elementos de apoio).</p> |
| | <p>Plano Nacional da Água (PNA).</p> |
| | <p>Plano Nacional de Uso Eficiente da Água (PNUEA).</p> |
| | <p>Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT).</p> |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | <p>Relatório do Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007).</p> |
| | <p>Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013).</p> |
| | <p>Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013).</p> |
| | <p>Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013).</p> |
| | <p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil – Município do Seixal (CMS, novembro de 2009).</p> |
| | <p>Instituto da Água (INAG) e Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).</p> |

| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
|--------------|---|--|
| | Arranjo urbanístico da frente ribeirinha. | Libertação das áreas marginais do rio Tejo e seus esteiros para utilização pública e criação de parques lineares ribeirinhos. |
| | Desobstrução de áreas afetadas ao regime do domínio hídrico, contribuindo para defender as áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN), nomeadamente ao longo do Rio Judeu. | Definição da estrutura ecológica municipal (EEM) comum ao sistema urbano e ao sistema rural, da qual fazem parte: - <i>Área Prioritária 1</i> : área estruturante de proteção e conservação, que corresponde a parte significativa da Área Estruturante Secundária da REM, delimitada no PROTAML em vigor, localizada no Pinhal das Freiras, integrando grande parte do Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000, a qual deverá ser objeto de um Plano de Gestão. No âmbito do PROTAML – alteração, esta área está incluída na Rede Estruturante Primária, da REM; cerca de 609 ha; - <i>Área Prioritária 2</i> : área estruturante de proteção e enquadramento compreendida ente a baía do Seixal e o esteiro do Rio Coina, integrando o estuário; cerca de 979 ha; - <i>Corredores Estruturantes Principais</i> : estruturas lineares que compreendem margens de cursos de água correspondentes, no essencial, aos corredores estruturantes do PROTAML, o Rio Judeu, a Ribeira do Vale Longo, a Vala dos Brejos da Palmeira, a Vala da Quinta do Algarve e a Vala de St.ª Marta); - <i>Corredores Estruturantes Secundários</i> : estruturas lineares que compreendem os leitos e as margens de cursos de água e valas, livres de edificação e também alguns corredores vitais identificados na REM. - <i>Áreas Vitais</i> – áreas urbanas ainda não ocupadas que estão, no essencial, localizadas no interior ou junto de áreas vitais ou corredores do PROTAML, com funções ecológicas determinantes; cerca de 2676 ha; - <i>Áreas verdes de proximidade</i> - áreas livres situadas no interior de espaços urbanos consolidados; cerca de 249 ha. |
| | Preservação e, em alguns casos recuperação, do equilíbrio da rede hidrográfica local, através de intervenções pontuais como sejam as ações de requalificação dos leitos de alguns cursos de água (vala do Guarda-Mor e da linha de água que atravessa o Parque do Serrado). | Elaboração da Carta Ambiental do Município do Seixal. |
| | Acrescentar o Estudo de Investigação, caracterização e valorização ambiental da Baía do Seixal (Instituto oceanográfico) | Projetos de recuperação ambiental previstos: qualificação das praias estuarinas para uso balnear e Estudo de Renaturalização do Leito do Rio Judeu e Requalificação das suas Margens, entre outros. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| | Elevada possibilidade dos recursos hídricos superficiais estarem contaminados por matéria orgânica. | |
| | Risco de contaminação do Aquíferos. | |

| IMPACTO | Aumentar as áreas de espaço verde público, devidamente integradas na Estrutura Verde Urbana. |
|---------|---|
| | Aprovar e implementar as orientações definidas na Estrutura Ecológica Municipal (EEM). |
| | Elaborar e aprovar a Carta Ambiental do Município do Seixal. |
| | Elaboração de um estudo de ordenamento específico para a recuperação das margens ao longo do Rio Judeu. |
| | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área de recuperação ambiental. |

CARACTERIZAÇÃO NO DOMÍNIO:

RECURSOS HÍDRICOS

➤ HIDROGRAFIA

As principais linhas de água do Município, que se propõe integrarem a Reserva Ecológica do Município, são as identificadas no quadro seguinte:

Quadro 2-4 – Quantificação da tipologia Leitões dos cursos de água.

| Designação do curso de água | Índice hidrográfico (classificação decimal) | Comprimento do curso de água integrado em REN * (m) | Troço coberto não inserido em REN * (m) |
|---|---|---|---|
| Rio Judeu | 301 05 01 | 7826,66 | |
| Vala de Amoreiras | | 4777,62 | |
| Ribeira do Vale Longo | 301 05 07 | 6712,49 | |
| Ribeira do Vale da Fonte de Ferro | | 3028,17 | |
| Vala dos Brejos da Palmeira | 301 05 03 | 3481,48 | |
| Ribeira do Vale de Figueiras | 301 05 03 | 4816,68 | |
| Vala da Queimada de Milhaço | 301 05 01 01 | 5251,53 | 1483,32 |
| Vala do Guarda-mor | 301 05 01 01 01 | 1758,06 | |
| Vala da Charneca | 301 05 01 01 01 02 | 1118,30 | |
| Vala de Santa Marta | 301 05 01 03 | 5994,75 | 1751,70 |
| Vala da Quinta da Princesa | 301 05 01 05 | 3386,02 | |
| Vala do Porto da Raposa | 301 05 01 07 | 4618,19 | 525,89 |
| Vala da Quinta do Algarve | | 2070,07 | |
| Vala de Paio Pires | | 1860,29 | |
| Ribeira do Farol | | 3071,36 | 392,05 |
| Afluente do rio Tejo – Talaminho | | 1168,48 | |
| Afluente do rio Judeu – Rego Travesso | | 3127,60 | |
| Afluente do rio Coina – Quinta da Galega | | 1357,06 | |
| Afluente da Vala de Santa Marta -Verdzela | | 2840,02 | |
| Afluente da Vala da Queimada de Milhaço – Marisol | | 699,02 | |
| Afluente da Vala da Queimada de Milhaço (montante) - Vale de Milhaços | | 933,23 | |
| Afluente da Vala da Queimada de Milhaço (jusante) - Vale de Milhaços | | 1237,23 | |
| Afluente da Vala da Quinta da Princesa | | 463,27 | |
| Total | | 71597,57 | 4152,95 |

Notas: * Os valores referem-se a totais no território municipal

Fonte: Proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional – Revisão do PDM do Seixal, CMS, abril 2013.

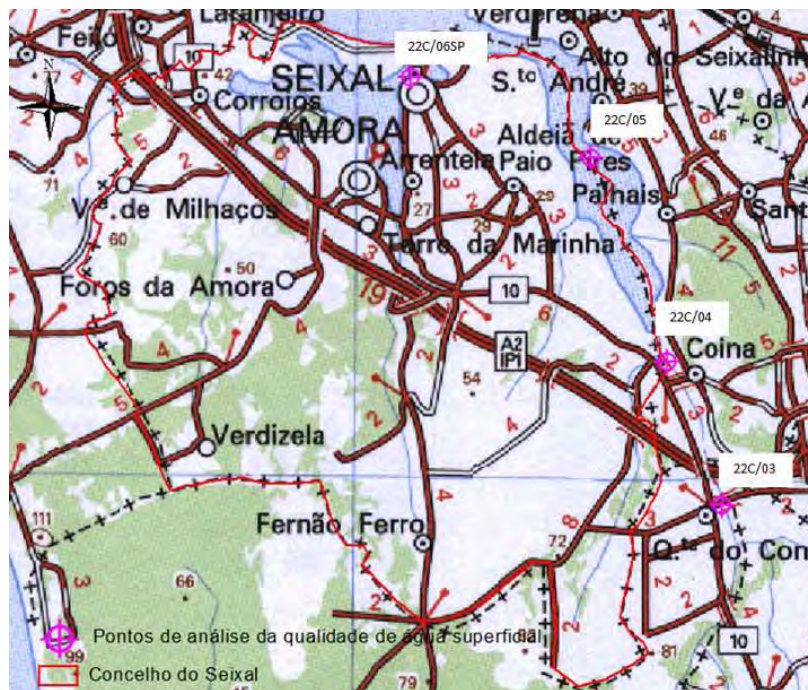
Identifica-se no município do Seixal um conjunto de 7 lagoas, cinco das quais inseridas no Sítio de Importância Comunitária Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira (PTCON0054) da Rede Natura 2000 e classificadas como habitats naturais prioritários. Trata-se de lagoas permanentes sobre uma superfície aplanada de solos de textura arenosa, às quais surge associado um complexo de habitats higrófilos e oligotróficos raros e fragmentados, entre outras turfeiras e urzais húmidos. Em média tem uma dimensão de 0,5 ha.

Exterior ao Sítio, mas de relevância no contexto municipal:

- A Lagoa da Quinta do Bom Pastor (1,42 ha) forma-se na secção terminal de uma linha de água e é influenciada pela ação das marés dada a sua proximidade com o esteiro do Rio Coina. Constitui um sistema semifechado de água salobra, de pequena extensão e profundidade onde a separação das águas aparenta ser um obstáculo de origem antropogénica, verificando-se a existência de ligação ao rio Coina, através de um canal.
- A Lagoa da Palmeira, localizada nos terrenos da ex-Siderurgia Nacional, é, no contexto municipal, de grande dimensão (15, 63 ha) e encontra-se atualmente em processo de descontaminação e reabilitação. O Estudo de Ordenamento Urbano e Paisagístico da Área da Siderurgia Nacional, aprovado pela CMS, prevê a sua recuperação ambiental e paisagística. A lagoa forma-se na secção terminal da Vala dos Brejos da Palmeira e constitui um sistema semifechado de água salobra, ligada ao rio Coina através de uma paisagem hidráulica.

➤ QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Para se caracterizar a qualidade das águas superficiais foram observados os dados do SNIRH, mais especificamente as estações de Coina (22C/04), Esteiro de Coina (22C/05), Esteiro do Seixal SP (22C/06SP) e Quinta do Conde (22C/03). A figura abaixo ilustra a localização dos pontos de monitorização realizada pelo INAG.



Fonte: INAG.

Figura 2-18 – Localização das estações de monitorização da qualidade da água superficial mais próximas da área de estudo (Rede do INAG).

A seleção destas estações deveu-se à sua representatividade espacial do meio hídrico envolvente da área de estudo (Quadro 2-12), correspondendo às estações mais próximas.

Ainda que a qualidade da água monitorizada nestas estações reflita várias fontes de poluentes, pontuais e difusas, apresentam-se e comparam-se os parâmetros físico-químicos e/ou microbiológicos monitorizados nestas quatro estações de modo a visualizar-se se os objetivos mínimos para a qualidade de águas superficiais são cumpridos.

Quadro 2-5 – Algumas características das estações de monitorização.

| Código | Nome | Bacia | Coordenada | | Município | Rio | Área Drenada (km²) | Distância Foz (km) | Entrada Funcionamento | Estado |
|----------|----------------------|-------|------------|-----------|-----------|------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|--------|
| | | | X (m) | Y (m) | | | | | | |
| 22C/04 | Coína | Tejo | 120345.32 | 181472.14 | Barreiro | Rio Coína ou Vala Real | 85 | 32.81 | 01-02-1998 | Ativa |
| 22C/05 | Esteiro Coína | Tejo | 118872.71 | 185312.44 | Seixal | Rio Tejo | 124.87 | 28.38 | 01-10-1999 | Ativa |
| 22C/06SP | Esteiro do Seixal SP | Tejo | 115390 | 186911.21 | Seixal | - | 88.08 | 25.03 | - | - |
| 22C/03 | Quinta do Conde | Tejo | 121461.34 | 178768.26 | Setúbal | Rio Coína ou Vala Real | 77.91 | 36 | 01-02-1998 | Ativa |

Fonte: SNIRH.

As variações estatísticas dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos monitorizados, provenientes do SNIRH foram tratados e sintetizados na tabela abaixo.

Quadro 2-6 – Quadros resumo das análises efetuadas pelo SNIRH.

| | Estação | pH - campo (-) | pH - lab. (-) | Níquel total (mg/l) | Sulfato (mg/l) | Temperatura da amostra (°C) | Zinco total (mg/l) |
|----------------|----------|----------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|
| Média | 22C-03 | 7,62900 | 7,70000 | - | 40,46500 | 16,30407 | 0,03436 |
| | 22C-04 | 7,54746 | 7,57273 | - | 39,78182 | 17,23731 | 0,03100 |
| | 22C-05 | 7,74054 | - | (<) 0,009 | - | 18,41081 | 0,07000 |
| | 22C-06SP | - | - | (<) 0,003 | - | - | 0,05000 |
| Máximo | 22C-03 | 8,80000 | 8,30000 | - | 74,60000 | 27,60000 | 0,16000 |
| | 22C-04 | 8,60000 | 8,00000 | - | 47,00000 | 25,30000 | 0,08600 |
| | 22C-05 | 8,00000 | - | (<) 0,009 | - | 24,70000 | 0,07000 |
| | 22C-06SP | - | - | (<) 0,004 | - | - | 0,05000 |
| Mínimo | 22C-03 | 6,80000 | 7,20000 | - | 1,70000 | 8,90000 | 0,01000 |
| | 22C-04 | 7,00000 | 7,30000 | - | 29,00000 | 9,90000 | 0,01000 |
| | 22C-05 | 7,50000 | - | (<) 0,009 | - | 11,90000 | (<) 0,050 |
| | 22C-06SP | - | - | (<) 0,002 | - | - | 0,05000 |
| Nº de amostras | 22C-03 | 100,00000 | 28,00000 | - | 40,00000 | 123,00000 | 22,00000 |
| | 22C-04 | 59,00000 | 59,00000 | - | 11,00000 | 67,00000 | 16,00000 |
| | 22C-05 | 37,00000 | - | 2,00000 | - | 37,00000 | 2,00000 |
| | 22C-06SP | - | - | 19,00000 | - | - | 2,00000 |

Fonte: SNIRH.

A existência de uma série elevada de amostras e de uma variabilidade temporal elevada faz com que a sua interpretação num relatório, que se pretenda acessível e prático, seja de todo inviável. Assim, realizou-se uma síntese que ilustra quais os parâmetros que apresentaram valores acima dos legislados e a percentagem desta ocorrência, quadro abaixo (comparação feita com o Anexo XXI do Decreto-Lei n.º 236/98).

Quadro 2-7 – Valores, em percentagem, que ultrapassam os limites impostos pelo anexo XXI do Decreto-Lei n.º 238/98.

| Parâmetros | Percentagem dos valores que ultrapassam os limites do Decreto-Lei n.º 236/98 (%) | | | |
|------------------------|--|--------|--------|----------|
| | Estação | | | |
| | 22C-03 | 22C-04 | 22C-05 | 22C-06SP |
| CBO5 | 78,9 | 97 | - | - |
| Cloretos | 1,1 | 0 | - | - |
| Cobre Total | 0 | 0 | 0 | 9,1 |
| Fósforo total | 35,7 | 81 | 0,6 | 0 |
| O2 dissolvido campo(%) | 0 | - | 5,4 | - |
| O2 dissolvido lab.(%) | 27,7 | 40,6 | - | - |

Fonte: SNIRH.

Pela análise aos dados obtidos pelo INAG é possível constatar que a probabilidade dos recursos hídricos superficiais estarem contaminados por matéria orgânica é elevada. De facto, os valores de CBO5 e fósforo elevados, em conjugação com os valores reduzidos de oxigénio dissolvido, leva-nos a crer que existe matéria orgânica nas massas de água em questão (22C-03 e 22C-04).

Na estação 22C-06SP é possível verificar que em 9,1 % das amostras retiradas o valor de Cobre foi superior ao valor máximo admissível.

As zonas em questão estão rodeadas de possíveis fontes de contaminação (industriais, aglomerados populacionais ou outros). De facto, é necessária uma análise aprofundada de toda a área envolvente verificando os focos de poluição. Esta análise permitiria verificar se, os tratamentos de água residual estão obsoletos, se existem zonas onde não existe ligação aos coletores municipais ou, se há qualquer tipo de tratamento. Esta análise será sem dúvida pertinente e importante para melhor caracterizar a área mas, não foi alvo de estudo para a caracterização de situação de referência para a AAE do PDM do Município do Seixal.

➤ QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Para se realizar a caracterização do local de um modo fiável recorreu-se aos dados do SNIRH.

A caracterização abrange os pontos que se encontram nas imediações da área de estudo podendo mais facilmente analisar possíveis anomalias ou aferir conclusões.

Quadro 2-8 – Características dos pontos analisados.

| N.º Inventário | Designação | Coordenadas | | Tipo | Rede |
|----------------|------------|-------------|---------|---------------|------------|
| 442/94 | AC01 (1) | M(m) | 115 180 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 180 900 | | |
| 442/523 | FR8 (2) | M(m) | 116 860 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 182 780 | | |
| 442/528 | JK12 (3) | M(m) | 115 182 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 183 303 | | |
| 442/526 | FR10 (4) | M(m) | 113 500 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 185 220 | | |
| 453/373 | JK16 (5) | M(m) | 111 900 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 184 670 | | |
| 442/537 | JKp4 (6) | M(m) | 111 840 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 184 300 | | |
| 442/518 | FR9 (7) | M(m) | 110 120 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 181 820 | | |
| 442/36 | JK14 (8) | M(m) | 111 441 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 185 647 | | |
| 442/483 | FR6 (9) | M(m) | 116 460 | Furo Vertical | Qualidade |
| | | P(m) | 182 750 | | |
| 442/517 | JK10 (10) | M(m) | 115 618 | Furo Vertical | Qualidade |
| | | P(m) | 183 380 | | |
| 442/484 | PS2 (11) | M(m) | 114 070 | Furo Vertical | Qualidade |
| | | P(m) | 184 170 | | |
| 442/485 | PS4 (12) | M(m) | 112 060 | Furo Vertical | Qualidade |
| | | P(m) | 185 430 | | |
| 442/510 | JK21 (13) | M(m) | 112 264 | Furo Vertical | Qualidade |
| | | P(m) | 187 123 | | |
| 442/334 | PS2 (14) | M(m) | 111 230 | Furo Vertical | Qualidade |
| | | P(m) | 186 170 | | |
| 442/84 | - (15) | M(m) | 110 887 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 185 501 | | |
| 442/487 | JK18 (16) | M(m) | 110 430 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 185 420 | | |
| 442/453 | - (17) | M(m) | 109 885 | Furo Vertical | Quantidade |
| | | P(m) | 181 021 | | |

Fonte: SNIRH.

A qualidade de água subterrânea é monitorizada pelo Instituto da Água (INAG) e, para a zona do município do Seixal a informação é bastante diversificada através do número de estações e da variedade de parâmetros. As medições permitiram averiguar a evolução do estado ambiental da água subterrânea.

A variabilidade de parâmetros e de estações são relevantes dada a proximidade de locais com elevadas pressões de potenciais fontes de contaminação de águas subterrâneas.

Os parâmetros para as estações de qualidade de água apresentadas nos gráficos abaixo foram comparados com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98. O Decreto-Lei n.º 243/2001 revoga a secção III do capítulo II do Decreto-Lei n.º. 236/98. No ponto 2, do artigo 14.º, secção II do Capítulo

II do Decreto-Lei n.º 236/98, é referido que a classificação das águas subterrâneas para consumo humano deverá ser classificada segundo uma comparação com a categoria A1 das águas doces superficiais destinadas à produção de água para consumo humano (Anexo I).

Para realizar a medição piezométrica foi possível obter informação relativa às estações indicadas na tabela acima.

De referir que o parâmetro Fluoretos nestas estações não apresenta valores acima do legislado tendo existido uma lacuna na apresentação de dados do INAG. (valores regulamentados: VMR 0,7-1,0 mg/L F e VMA é 1,5 mg/L F; Valor verificado: 0,20 mg/L F). Faz-se ainda referência que o Decreto-Lei n.º 236/98 indica que os valores indicados constituem os limites inferiores e superior das concentrações, determinados em função da média anual das temperaturas máximas diárias.

Dos restantes parâmetros salienta-se o ferro, o oxigénio dissolvido, os hidrocarbonetos dissolvidos emulsionados, o pH e os nitratos que ultrapassam, esporadicamente, os VMR na monitorização efetuada pelo INAG. Este facto levanta alguma preocupação a nível da adoção de medidas de proteção dos aquíferos.

Figura 2-19 – Localização dos pontos de monitorização efetuados pelo INAG para águas subterrâneas.



Fonte: INAG.

| SEIXAL | |
|----------------------------|---|
| SOLOS E USO DO SOLO | |
| CARACTERIZAÇÃO | No município do Seixal identificam-se, de uma forma geral, quatro ordens de solos dominantes: os solos litólicos, os solos podzolizados, os solos incipientes e os solos hidromórficos. |
| | Os solos litólicos, solos pouco evoluídos, predominam em cerca de 40% do território abrangendo grande parte do município do Seixal. Abrangem, de grosso modo, as áreas territoriais compreendidas entre o espaço ribeirinho e as áreas de maior altitude confinadas ao setor sul do município do Seixal. Nestas situações topográficas, de maior elevação, os solos podzolizados adquirem maior expressão. Os solos incipientes e hidromórficos têm uma expressão pontual e linear e encontram-se associados aos principais vales e linhas de água que caracterizam o território do Seixal. |
| | No Seixal observa-se uma clara dominância da classe de capacidade de uso D, que corresponde a cerca de 50% do território municipal (cerca de 4.713 hectares) Os solos com capacidade de uso de solo E apresentam também grande valor percentual (cerca de 26%) que corresponde a uma área de cerca de 2.485 hectares. |
| | A dominância destas classes de usos do solo é indicadora de um território com solos que têm limitações severas a muito severas, com riscos de erosão elevados a muito elevados e fraca aptidão agrícola. Em termos de exploração florestal, estes solos podem apresentar algumas limitações para pastagem, exploração de matos e exploração florestal, servindo sobretudo para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação. |
| | Os solos classificados com capacidade de uso C correspondem a cerca de 8% do território e ocupam áreas mais ou menos dispersas no Município. Estas áreas são suscetíveis de utilização agrícola pouco intensiva e apresentam riscos de erosão no máximo elevados. Os solos com maior potencialidade agrícola não chegam a atingir 0,5% do território o que corresponde a cerca de 41 ha. |
| | A análise de ocupação do solo no município do Seixal evidencia um claro predomínio de áreas edificadas e outros usos, distribuindo-se por todo o território (ex.: áreas de edificação, áreas de indústria, logística e armazenagem, equipamentos de utilização coletiva, estabelecimento e conjuntos comerciais, instalações ferroviárias e fluviais e infraestrutura de saneamento ambiental e distribuição de energia). Os povoamentos florestais identificados como áreas não edificadas, constituem o segundo sistema de ocupação, e localizam-se sobretudo a Sul, no contacto com o município de Sesimbra. |
| | Atualmente o Seixal é um município essencialmente urbano, que apresenta uma densidade populacional de 1605 habitantes por quilómetro quadrado. Possui uma significativa área industrial, onde aproximadamente 50% do território se encontra comprometido com ocupação urbana, repartida entre ocupação atual (24%) e ocupação futura (26%), situação que aponta para uma pressão urbanística e a redução do espaço natural e consequentemente da redução das respetivas funções de suporte básico. |
| | Relativamente ao indicador Contaminação dos Solos constata-se que aproximadamente 7% do solo do território municipal é avaliado com suscetibilidade a contaminação elevada, pelo que urge estabelecer estratégias e ações de prospeção do potencial de contaminação, bem como de ações de reabilitação ao nível dos solos atualmente contaminados (contaminação provada). |



| | |
|---|--|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal (CIGA/FCT/UNL, 2001) |
| | Carta da Reserva Ecológica Nacional, PDM. |
| | Carta de Reserva Agrícola Nacional, PDM |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Plano sectorial da Rede Natura 2000, publicado pela RCM n.º 115-A/2008, publicada em DR n.º 139, I Série, 21 de julho. |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório de Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução do Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013) |

| | | |
|---|---|--|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | | Atualização do Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal. |
| | | Medidas de prospeção e reabilitação dos solos já realizadas em fase de planeamento. |
| | | Elaboração da Estrutura Ecológica Municipal. |
| | | Projetos de Recuperação Ambiental propostos: Áreas da antiga Siderurgia Nacional e Terrenos da SPEL, entre outros. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| | Aproximadamente 7% do solo do território municipal é avaliado com suscetibilidade de contaminação elevado. | |
| | Urgência em estabelecer estratégias e ações de prospeção do potencial de contaminação, bem como de ações de reabilitação ao nível dos solos atualmente contaminados (contaminação provada). | |
| Território com solos com limitações severas a muito severas, com riscos de erosão elevados a muito elevados e fraca aptidão agrícola. | | |

| | |
|----------------|--|
| IMPACTO | Atualização do Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal. |
| | Regulamentação de medidas de prospeção e reabilitação dos solos. |
| | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área da recuperação ambiental. |
| | |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

SOLOS E USO DO SOLO

➤ SOLOS

A classificação dos solos para o município do Seixal foi efetuada de acordo com a Carta de Solos de Portugal, (folhas n.ºs 442, 443, 453 e 454) produzida à escala 1/25 000 pelo extinto Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) integrado atualmente no Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHA).

No município do Seixal identificam-se, de uma forma geral, quatro ordens de solos dominantes: os solos litólicos, os solos podzolizados, os solos incipientes e os solos hidromórficos.

Os solos litólicos, solos pouco evoluídos, predominam em cerca de 40% do território abrangendo grande parte do município do Seixal. Abrangem, de grosso modo, as áreas territoriais compreendidas entre o espaço ribeirinho e as áreas de maior altitude confinadas ao setor sul do município do Seixal. Nestas situações topográficas, de maior elevação, os solos podzolizados adquirem maior expressão.

Os solos incipientes e hidromórficos têm uma expressão pontual e linear e encontram-se associados aos principais vales e linhas de água que caracterizam o território do Seixal.

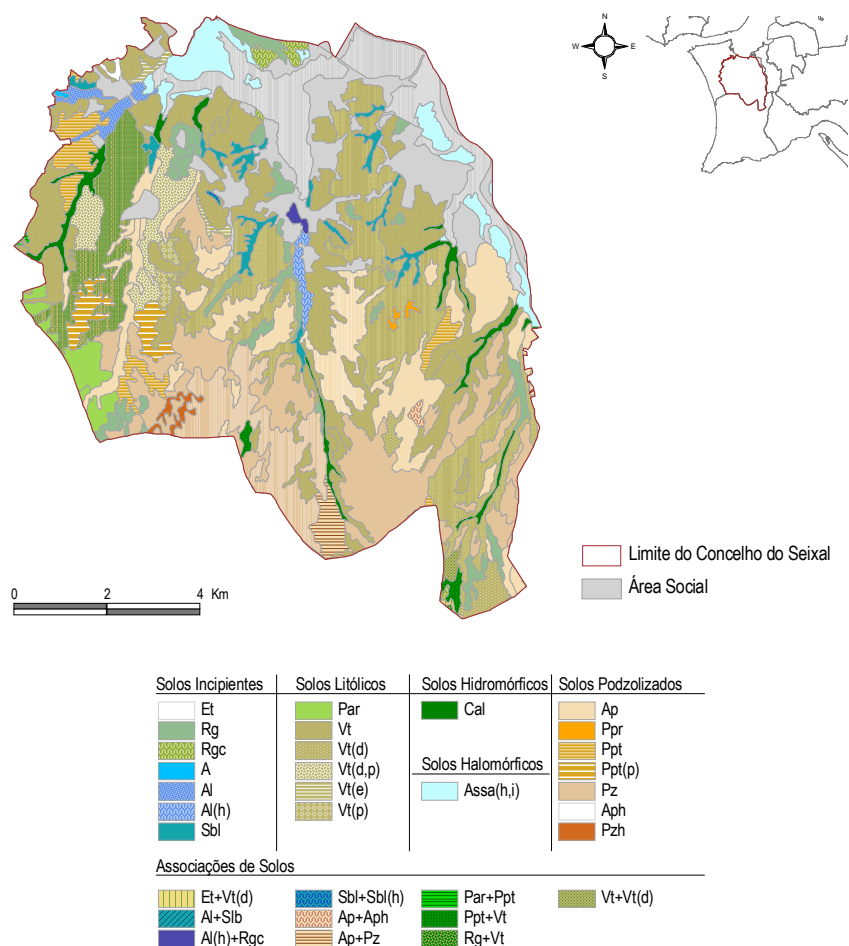


Figura 2-20 - Carta de Solos do município do Seixal (solos dominantes).

As unidades de solos identificadas encontram-se descritas no quadro seguinte, apresentando-se a representatividade de cada uma delas no território.

Quadro 2-9 - Tipo e características dos solos dominantes do município do Seixal.

| Símbolo | Características principais | Área (ha) | % |
|--|--|-----------------|---------------|
| SOLOS INCIPIENTES | | | |
| LITOSSOLOS – SOLOS ESQUELÉTICOS | | | |
| Et | Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de outros arenitos | 1,89 | 0,02 |
| REGOSSOLOS | | | |
| Rg | Regossolos Psamíticos, Normais, não Húmidos | 326,91 | 3,42 |
| Rgc | Regossolos Psamíticos, Para-Hidromórficos, húmidos cultivados | 49,29 | 0,52 |
| ALUVIOSSOLOS MODERNOS | | | |
| A | Aluviossolos Modernos, Não Calcários, Textura Mediana | 3,91 | 0,04 |
| Al | Aluviossolos Modernos, Não Calcários, de textura ligeira | 120,95 | 1,27 |
| COLUVIOSSOLOS OU SOLOS DE BAIXA | | | |
| Sbl | Coluviossolos, não Calcários, Textura Ligeira | 171,16 | 1,79 |
| SOLOS LITÓLICOS | | | |
| SOLOS LITÓLICOS NÃO HÚMICOS | | | |
| Par | Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de materiais arenáceos pouco consolidados (de textura arenosa a franco-arenosa) | 137,64 | 1,44 |
| Vt | Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados, Normais, de arenitos grosseiros | 3.690,57 | 38,66 |
| SOLOS HIDROMÓRFICOS | | | |
| SOLOS HIDROMÓRFICOS SEM HORIZONTE ELUVIAL | | | |
| Cal | Solos Hidromórficos, Sem Horizonte Eluvial, Para-Aluviossolos (ou Para-Coluviossolos), de aluviões ou coluviais, Textura Ligeira | 190,42 | 1,99 |
| SOLOS PODZOLIZADOS | | | |
| PODZÓIS NÃO HIDROMÓRFICOS | | | |
| Ap | Podzóis Não Hidromórficos, Sem Surraipa, de Areias ou Arenitos | 1.047,00 | 10,97 |
| Ppr | Podzóis, Não Hidromórficos, Com Surraipa, com A2 incipiente, de materiais arenáceos pouco consolidados | 12,55 | 0,13 |
| Ppt | Podzóis Não Hidromórficos, Com Surraipa, sobre Arenitos Consolidados | 351,38 | 3,68 |
| Pz | Podzóis Não Hidromórficos, Com Surraipa, de Areias ou Arenitos | 1.581,49 | 16,57 |
| PODZÓIS HIDROMÓRFICOS | | | |
| Aph | Podzóis Hidromórficos, Sem Surraipa, de areias ou arenitos | 5,77 | 0,06 |
| Pzh | Podzóis Hidromórficos, Com Surraipa, de Areias ou Arenitos | 31,59 | 0,33 |
| SOLOS HALOMÓRFICOS | | | |
| SOLOS SALINOS | | | |
| Assa | Solos Salinos, de Salinidade Elevada, de Aluviões, de textura pesada | 297,56 | 3,12 |
| Asoc | Área social ⁴ | 1.525,44 | 15,98 |
| Total | | 9.545,52 | 100,00 |

Fases utilizadas: (d) - fase delgada, (e) - fase espessa, (h) fase mal drenada, (i) – fase inundável, e (p) - fase pedregosa.

➤ CAPACIDADE DE USO DO SOLO

A Carta de Capacidade de Uso do Solo do município do Seixal foi elaborada com base nas cartas produzidas pelo Centro de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (CNROA), extinto Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (SROA), à escala de 1:25 000, como se mostra na figura seguinte.

⁴ As áreas classificadas como Asoc na Carta de Solos correspondem a áreas sociais e a massas de água.

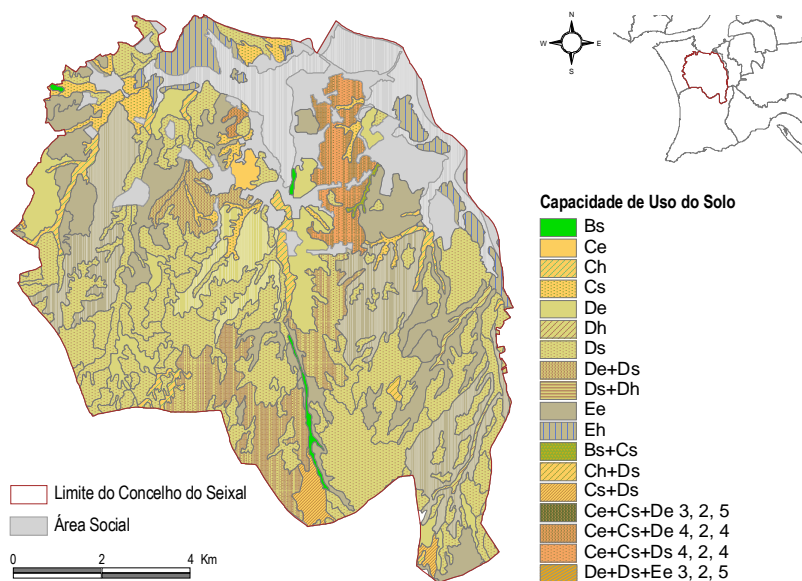


Figura 2-21 - Carta de Capacidade de Uso do Solo do município do Seixal (Classes e Sub-classes dominantes).

Pela análise da figura anterior, observa-se uma clara dominância das classes de capacidade de uso D, na zona central, e E, localizada a Oeste e Este do território municipal. A figura ilustra ainda grandes porções do território municipal, sobretudo a Norte, ocupadas por áreas sociais que corresponde a espaços urbanos e industriais e a massas de água, nomeadamente a baía do Seixal.

Na globalidade verificam-se escassas áreas do território com classes de capacidade de uso do solo B (com limitações moderadas e mais suscetíveis a utilização agrícola moderadamente intensiva) que se confinam a faixas junto a alguns cursos de água. Verifica-se uma faixa relativamente extensa na zona de Fernão Ferro, onde os solos dessa classe acompanham o Rui Judeu, por sua vez paralelo à rede viária (EN378).

A descrição e interpretação das várias classes e sub-classes de capacidade de uso do solo presentes no território, assim como a sua representatividade em termos de área, encontram-se no quadro e gráficos seguintes.

Quadro 2-10 - Classificação da Capacidade de Uso do Solo para o município do Seixal.

| Classe | Características principais | Área (ha) | % |
|--------------|--|--------------|---------------|
| B | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitações moderadas ▪ Riscos de erosão no máximo moderados ▪ Suscetível de utilização agrícola moderadamente intensiva | 41,29 | 0,43 |
| C | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitações acentuadas ▪ Riscos de erosão no máximo elevados ▪ Suscetível de utilização agrícola pouco intensiva | 781,05 | 8,18 |
| D | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitações severas ▪ Riscos de erosão no máximo elevados a muito elevados ▪ Não suscetível de utilização agrícola, salvo casos muito especiais ▪ Poucas ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal | 4.712,65 | 49,37 |
| E | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitações muito severas ▪ Riscos de erosão muito elevados ▪ Não suscetível de utilização agrícola ▪ Severas a muito severas limitações para pastagens e exploração florestal, ou servindo apenas para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação, ou não suscetível de qualquer utilização. | 2.485,09 | 26,03 |
| Asoc | Áreas sociais | 1.525,44 | 15,98 |
| Total | | 9.545 | 100,00 |

Quadro 2-2 - Subclasses de Capacidade de Uso do Solo identificadas no município do Seixal.

| Subclasse | Descrição | Características principais |
|----------------|---|---|
| e (Ce, De, Ee) | Erosão e Escoamento Superficial | Constituída pelo conjunto de solos de uma classe em que os riscos ou efeitos da erosão constituam o fator dominante das limitações (o risco de erosão, e em certos casos, o grau de erosão são os principais fatores a considerar para a inclusão dos solos nesta subclasse). |
| h (Ch, Dh, Eh) | Limitações resultantes de excesso de água | Inclui os solos em que o excesso de água constitui o principal fator dominante da sua utilização ou condicionador dos riscos a que o solo está sujeito (uma drenagem pobre resultante quer de permeabilidade lenta, quer de um nível freático elevado e a uma frequência de inundações são os principais fatores dominantes de um excesso de água no solo). |
| s (Bs, Cs, Ds) | Limitações do solo na zona radicular | Os principais fatores que determinam estas limitações são a espessura efetiva, a secura aliada à baixa capacidade de água utilizável, a baixa fertilidade difícil de corrigir ou uma pouco favorável resposta aos fertilizantes, salinidade, alcalinidade, etc.. |

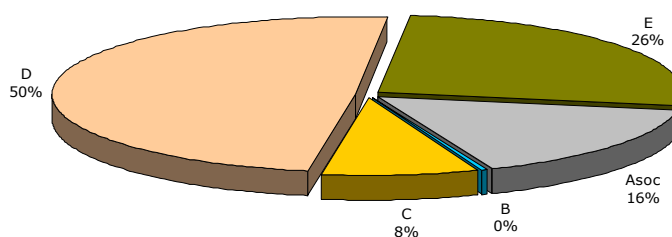


Gráfico 2-3 - Representatividade das Classes de Capacidade de Uso do Solo no município do Seixal.

Pela análise do Quadro 2-2 e Gráfico 2-3, observa-se uma clara dominância da classe de capacidade de uso D, que corresponde a cerca de 50% do território municipal (cerca de 4.713 hectares). A dominância destas classes de usos do solo é indicadora de um território com solos com limitações severas a muito severas, com riscos de erosão elevados a muito elevados e fraca aptidão agrícola. Em termos de exploração florestal, estes solos podem apresentar algumas limitações para pastagem, exploração de matos e exploração florestal, servindo sobretudo para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação.

Os solos classificados com capacidade de uso C correspondem a cerca de 8% do território e ocupam áreas mais ou menos dispersas no Município. Estas áreas são suscetíveis de utilização agrícola pouco intensiva e apresentam riscos de erosão no máximo elevados.

Os solos com maior potencialidade agrícola não chegam a atingir 0,5% do território que correspondem a cerca de 41 hectares, de acordo com Quadro 2-2 e Gráfico 2-3.

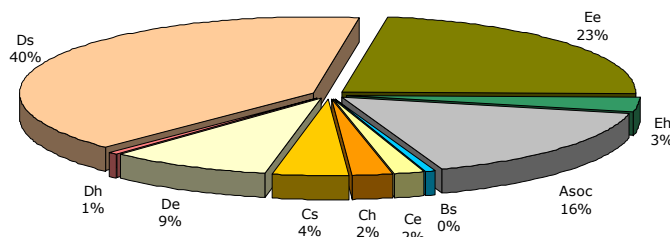


Gráfico 2-4 - Representatividade das Classes e Subclasses de Capacidade de Uso do Solo no município do Seixal.

Pela análise do Gráfico 2-4 que analisa a representatividade das subclasses de capacidade de uso do solo, verifica-se o claro predomínio de unidades de solo com classe Ds (40%), que apresentam limitações do solo na zona radicular. Os principais fatores que determinam estas limitações são a espessura efetiva, a secura aliada à baixa capacidade de água utilizável, a baixa fertilidade difícil de corrigir ou uma pouco favorável resposta aos fertilizantes, salinidade, alcalinidade, etc.

Constata-se também a existência de áreas do território sujeitas a erosão e escoamento superficial, inseridas na subclasse e (Ee: 23% e De: 9%). Estas áreas são constituídas pelo conjunto de solos em que os riscos ou efeitos da erosão constituem o fator dominante das limitações.

➤ OCUPAÇÃO DO SOLO

A Planta da Situação Existente, que integra a proposta de Revisão do PDM do Seixal, representa a ocupação do solo à data de elaboração do Plano e foi produzida a partir da observação de ortofotomapas de 2009, com recurso ao reconhecimento no terreno. Esta planta contém as classes e subclasses de uso do solo definidas, e representadas graficamente, de acordo com as orientações então contidas no documento de alteração do PROTAML (março de 2011). Para as áreas edificadas, o processo de delimitação baseou-se essencialmente nos diferentes graus de conformação do território – compacto, em edificação, fragmentado ou disperso – bem como na localização de outros usos nomeadamente atividades económicas, equipamentos de uso coletivo, infraestruturas de transporte, de saneamento ambiental e distribuição de energia. Os restantes usos identificados como áreas não edificadas correspondem de um modo geral a matos, povoamentos florestais e áreas de estuário onde a presença da água é uma constante, tendo também sido identificadas áreas afetas à atividade de extração de inertes.

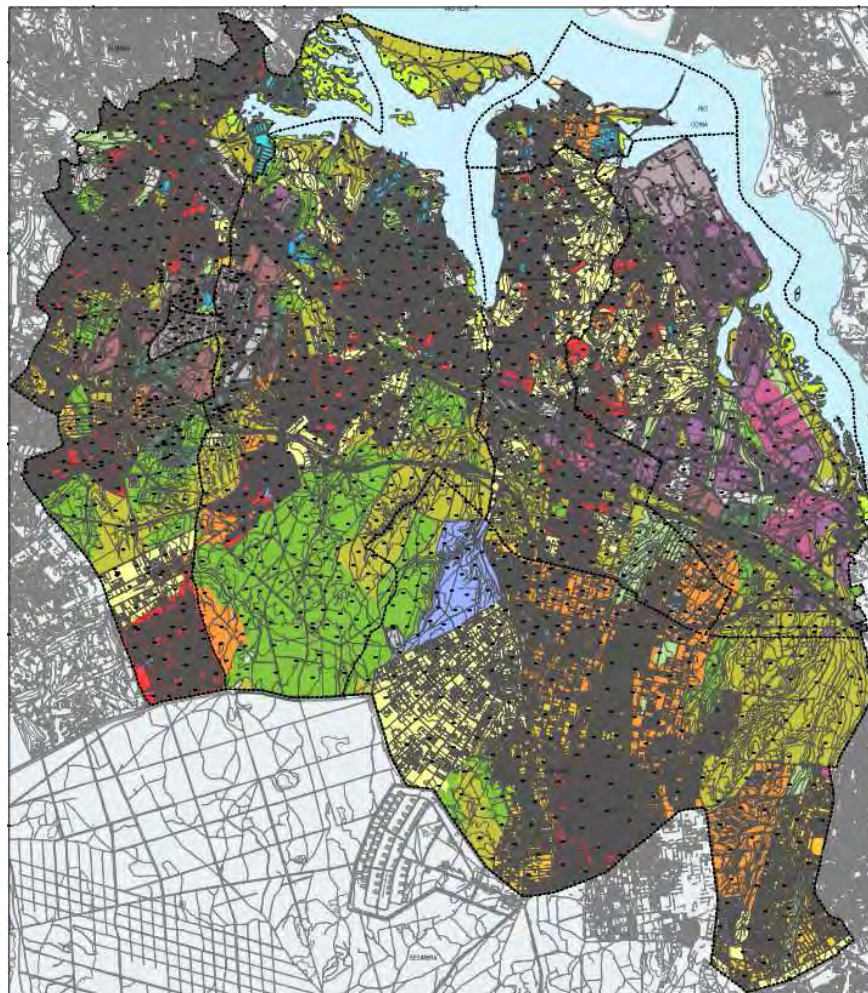
Tendo por base a Planta da Situação Existente, verifica-se no território do Município uma forte interface urbana/florestal.

As áreas edificadas, habitacionais e com outros usos, são o sistema de ocupação mais representativo, distribuindo-se por todo o território, onde se incluem áreas de edificação (compacta, fragmentadas, dispersas e turística), áreas de indústria, logística e armazenagem, equipamentos de utilização coletiva, estabelecimento e conjuntos comerciais, instalações ferroviárias e fluviais e infraestrutura de saneamento ambiental e distribuição de energia, entre outros.

Os povoamentos florestais identificados como áreas não edificadas, constituem o segundo sistema de ocupação, e localizam-se sobretudo a Sul, no contacto com o município de Sesimbra.

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição dos sistemas de ocupação do solo no município do Seixal.

Figura 2-22 – Situação existente.






LEGENDA

USO DO SOLO

| | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| 01. Áreas de Edificação Compacta |  | 06.2 Áreas de Indústria Desactivadas |  | 13.1 Áreas de Indústria Extractiva em Recuperação |  |
| 01.1 Áreas em Edificação |  | 07. Equipamentos de Utilização Colectiva |  | 14. Áreas Livres de Edificação |  |
| 02. Áreas Edificadas Fragmentadas |  | 08. Estabelecimentos e Conjuntos Comerciais |  | 15. Povoamentos Florestais |  |
| 03. Áreas Edificadas Dispersas |  | 09. Instalações Ferroviárias e Fluviais |  | 16. Matos |  |
| 04. Áreas Edificadas Turísticas |  | 10. Infraestruturas de Saneamento Ambiental e Distribuição de Energia |  | 17. Zonas Húmidos e Sapais |  |
| 05. Áreas Aptas para Edificação |  | 11. Instalações Militares |  | 18. Planos e Cursos de Água |  |
| 06. Áreas de Indústria, Logística e Armazenagem |  | 12. Áreas de Aquicultura |  | 19. Praias |  |
| 06.1 Áreas de Indústria, Logística e Armazenagem em Edificação |  | 13. Áreas de Indústria Extractiva em Exploração |  | | |

CARTOGRAFIA

| | |
|--|---|
| Limite do Município..... |  |
| Carta Base do Município do Seixal..... |  |
| Municípios Vizinhos..... |  |

Fonte: Proposta de revisão do PDMS, abril 2013.

A distribuição das espécies florestais pelas freguesias do município do Seixal apresenta-se na figura e quadro seguintes.

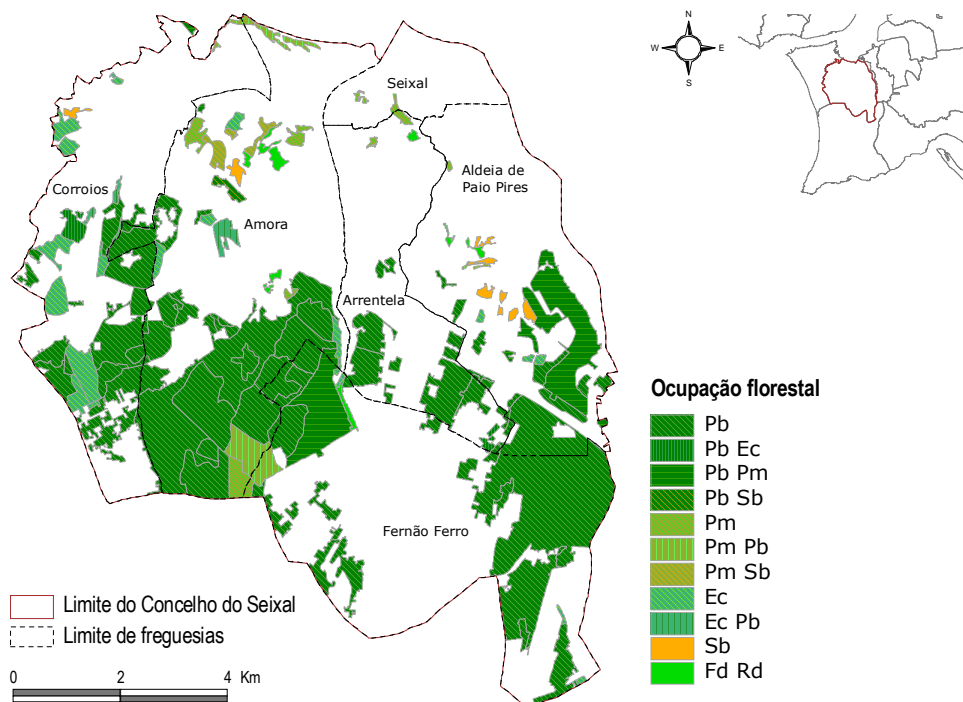


Figura 2-23 - Sistemas de Ocupação Florestal no município do Seixal.

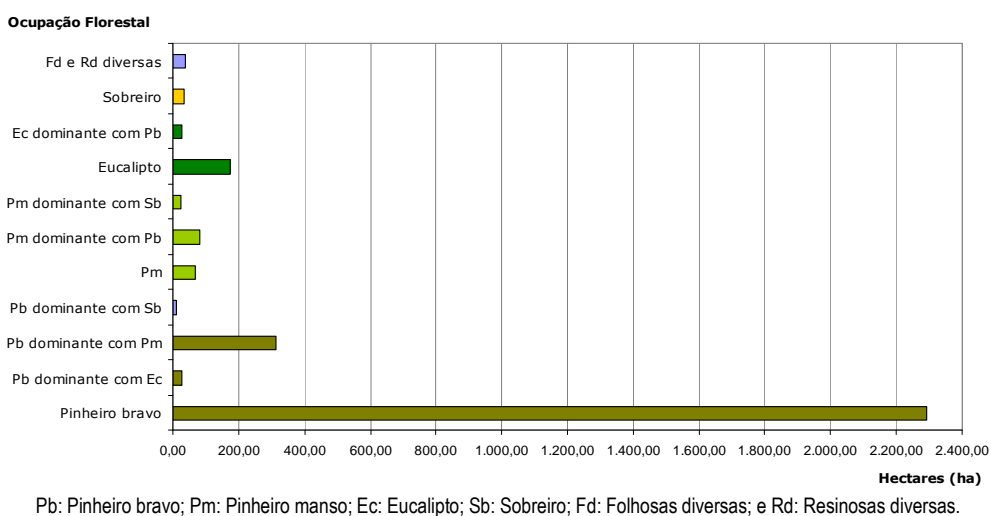


Figura 2-24 - Ocupação Florestal (ha) no município do Seixal.

Dos cerca de 3.000 hectares de área de floresta do Município, cerca de 74% é ocupada por povoamentos puros de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), que representa a espécie florestal dominante no território. Esta espécie é acrescida de 10% (313,32 ha) quando misturada com Pinheiro manso (*Pinus pinea*).

O eucalipto (*Eucalyptus globulus*) aparece em terceiro lugar com cerca de 5,5% (1.73,28 ha) de área florestal no total municipal.

As restantes espécies são pouco representativas e incluem o sobreiro (*Quercus suber*) e o pinheiro manso em povoamentos puros ou mistos, e outras folhosas e resinosas diversas.

➤ CONTAMINAÇÃO DO SOLO

Relativamente à componente contaminação dos solos, importa referir que os dados apresentados reportam ao ano 2003, data em que foi realizada uma revisão do Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do município do Seixal (CIGA/FCT/UNT, 2001), estudo que visa o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação da contaminação dos solos em locais potenciais de contaminação.

O PEACRSCS definiu um Modelo espacial, caracterizando e avaliando o potencial de impacte à contaminação dos locais inventariados, através da seguinte esquematização:

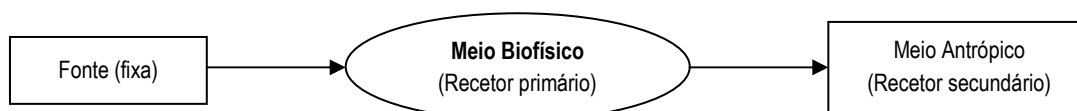


Figura 2-25 – Modelo Espacial.

Os 384 locais inventariados foram avaliados segundo o modelo espacial e distribuídos por diversas classes de potencial impacte de contaminação, ou seja, por classes de risco: Elevado, Médio/Elevado, Médio, Médio/Baixo e Baixo.

O indicador Contaminação do Solo calculou apenas a percentagem do território de risco elevado e Médio/Elevado, ou seja, locais que face aos critérios avaliados no modelo apresentam prioridade de intervenção.

Quadro 2-11 – Locais Prioritários de Intervenção, com risco de contaminação elevado e médio/elevado.


| Grau de Prioridade | Nome | Área (m ²) |
|--------------------|---|------------------------|
| 1 | SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos | 679.864 |
| 2 | Ex SIDERURGIA NACIONAL | 4.536.681 |
| 3 | Lixeira Marisol | 121.882 |
| 4 | Vala SPEL (Ribeira de Santa Marta de Corroios) | 20.508 |
| 5 | Lagoa no Antigo Areeiro do J. Caetano | 5404 |
| 6 | JOSE SANTOS LOURENÇO – “Sucata do Cavalo” | 42.289 |
| 7 | Lagoa da Palmeira | 181.476 |
| 8 | SAP – SOCIEDADE AFRICANA DA POLVORA | 152.098 |
| 9 | SOCRABINE | 244.722 |
| 10 | Poço Qta. Talaminho | 8653 |
| 11 | ANTONIO PIEDADE e ALBERTINA | 10.956 |
| 12 | VENAMAR (Estaleiros Amora) | 59.924 |
| 13 | Ex Fábrica da Sereia (conservas de peixe) | 31.060 |
| 14 | ETAR Miratejo | 41.075 |
| 15 | Ex Sucata – André de Matos | 39.869 |
| 16 | FERNANDO BRANCO - Areeiro | 32.254 |
| 17 | IDEMITSU – Abastecimento EN 10 | 2343 |
| 18 | Lagoa de Hidrocarbonetos de Sta. Marta de Corroios – Antigo Areeiro | 354 |
| 19 | SOARVAMIL 1 – Courela do Carmo | 257.036 |
| 20 | SOCAMAR – atual NAVALTAGUS | 50.592 |
| 21 | SOCER – Transformação de resinas | 11.990 |
| 22 | Vazadouro no Antigo Areeiro do J. Caetano | 6901 |
| 23 | COMPANHA LANIFICIOS ARRENTELA | 19.934 |

| Grau de Prioridade | Nome | Área (m ²) |
|--------------------|-----------------------------|------------------------|
| 24 | Estaleiros navais do Seixal | 10.870 |
| 25 | Ex Areeiro do J. Caetano | 12 |
| Total | | 6.689.200 |

Fonte: Relatório de Estado do Ambiente, Município do Seixal, 2007.

A ausência de enquadramento legal específico e de um Plano Estratégico Nacional que aborde a problemática dos solos contaminados em Portugal é uma das lacunas da atual política de ambiente, dificultando a atuação das entidades competentes na matéria e a implementação de soluções de terreno.

Atualmente o controlo e monitorização das questões relacionadas com a contaminação dos solos regem-se segundo o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, e devido à ausência de legislação específica portuguesa e comunitária sobre valores de referência para determinar o grau de descontaminação dos solos relativamente ao tipo de uso (atual ou futuro) do solo, preconiza-se a adoção do normativo do Canadá, *Canadian Soil Quality Guidelines for the Protection of Environmental and Human Health, Canada Council of Ministers of the Environment*, 1999.

| | |
|---|--|
| SEIXAL | |
| RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>REN: O município do Seixal dispõe de Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) aprovada desde 1993 e publicada desde 1999. A área então cartografada como REN abrangia aproximadamente 11% do território municipal, o que correspondia a cerca de 999 hectares, distribuídos por zonas ribeirinhas, zonas costeiras e zonas declivosas.</p> <p>Em maio de 2002, com o início do processo de revisão do PDM do Seixal, veio a revelar-se necessária a elaboração de uma nova Carta da REN, pelo que a CMS acordou com a CCDRLVT proceder à delimitação desta Reserva, tendo-se dado início aos trabalhos em 2004.</p> |
| | <p>O novo regime legal da REN publicado através do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto (posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro), revogou toda a legislação anterior, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, ao abrigo do qual se iniciou o processo de elaboração da Carta da REN do Município.</p> |
| | <p>Tendo em conta os critérios definidos para a delimitação da REN, aos 999 ha do território do Seixal que se encontravam inseridos em REN, aquando da primeira delimitação desta reserva em 1993, foram agora acrescentados 1484 ha, (e 71,6 km de extensão de <i>Leitos dos cursos de água</i>) passando assim a estar incluído em REN cerca de 26% do território municipal.</p> |
| | <p>RAN: A Reserva Agrícola Nacional (RAN) do Seixal abrangendo aproximadamente 2,4% do território municipal, o que corresponde a cerca de 230 ha, foi delimitada, pela primeira vez, no início da década de 1990, quando o fenómeno de metropolização induzido por Lisboa havia já provocado uma forte pressão urbanística sobre o território municipal, de que resultou a ocupação de parte do seu solo rural.</p> |
| | <p>Com o objetivo de contrariar esse processo, preservando áreas agrícolas existentes e potenciais, bem como aquelas que, não tendo um uso agrícola efetivo, se revelavam importantes como garante da estabilidade física do território, a Carta da RAN do Seixal, publicada em 1992, foi elaborada com base na Carta de Capacidade de Uso do Solo, tendo sido demarcados os solos da classe B, Ch e Cs.</p> |
| | <p>Tendo em conta a evolução urbana do Município e aproveitando o momento de revisão do PDM, procedeu-se à revisão da Carta da RAN do Seixal, resultando numa atualização que exclui da RAN as áreas que ao longo da vigência do PDM tinham sido legalmente desafetadas e aquelas que, estando de alguma forma comprometidas, quer com planos de iniciativa municipal, quer com operações de loteamento, quer ainda pelo elevado grau de ocupação da sua envolvente, muito dificilmente poderiam ver o seu uso revertido para a atividade agrícola.</p> |
| | <p>A primeira proposta de RAN final do Seixal foi concluída em 2008, mas com a publicação do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, o regime jurídico da RAN foi alterado, pelo que a CMS entregou nova proposta de revisão da Carta da RAN.</p> |
| | <p>A proposta final de revisão da Carta da RAN foi concluída e entregue na DRAPLVT em agosto de 2012 tendo aquela entidade emitido parecer favorável, aprovando-a definitivamente em setembro de 2012.</p> |
| | <p>Dos cerca de 230 ha correspondentes à área total da RAN delimitada em 1993, apenas cerca de 3% (7,15 ha) foi desafetada até à conclusão da revisão da carta da RAN. A RAN final abrange atualmente 139 ha do território municipal. Estes valores traduzem a dificuldade em defender esta Reserva, tendo em conta o facto de incidir num Município que tem continuamente registado consideráveis acréscimos populacionais e, naturalmente, de expansão urbana.</p> |
| |  |

| | |
|--|--|
| PROPOSTAS DE IG, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Carta da Reserva Ecológica Nacional (Resolução de Conselho de Ministros n.º23/99, de 24 de março). |
| | Carta de Reserva Agrícola Nacional, PDM em vigor |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|---------------|--|
| FONTES | Relatório de Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2012). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2012). |
| | Programa de Execução do Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2012) |
| | Proposta de Revisão da Carta da Reserva Agrícola Nacional (PDM do Seixal – Revisão Proposta de Plano, agosto 2012) |
| | Proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (PDM do Seixal – Revisão Proposta de Plano, abril 2013) |
| | Carta da Reserva Ecológica Nacional (Resolução de Conselho de Ministros n.º23/99, de 24 de março). |
| | Carta de Reserva Agrícola Nacional, PDM em vigor |

| | | |
|-------------------------------|-------------------------|---|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | | Atualização/Elaboração da nova Carta da REN. |
| | | Atualização/Elaboração da nova Carta da RAN |
| | | Definição da estrutura ecológica municipal (EEM) comum ao sistema urbano. |
| | | Elaboração da Carta Municipal de Espaços Verdes. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| Desafetações de áreas de RAN. | Risco de perda de solo. | |

| | |
|----------------|--|
| IMPACTO | Elaborar a nova Carta da REN. |
| | Rever a Carta da RAN. |
| | Aprovar e implementar as orientações definidas na Estrutura Ecológica Municipal (EEM). |
| | |
| | |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

➤ RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

Como se apresenta no Quadro 2-12, tendo em conta os critérios definidos para a delimitação da REN Exclusões foram excluídos nesta fase 952,2 ha. Após a fase de REN Exclusões foi elaborada uma proposta de REN, que concluiu o processo de delimitação da REN do município do Seixal. Aos cerca de 999 ha do território do Seixal que se encontravam inseridos em REN, aquando da primeira delimitação desta reserva em 1993, foram agora acrescentados 1484 ha, (e 71,6 km de extensão de Leitos dos cursos de água, tipologia que, apesar de delimitada, não foi contabilizada na Carta publicada) passando assim a estar incluído em REN 26% do território municipal.

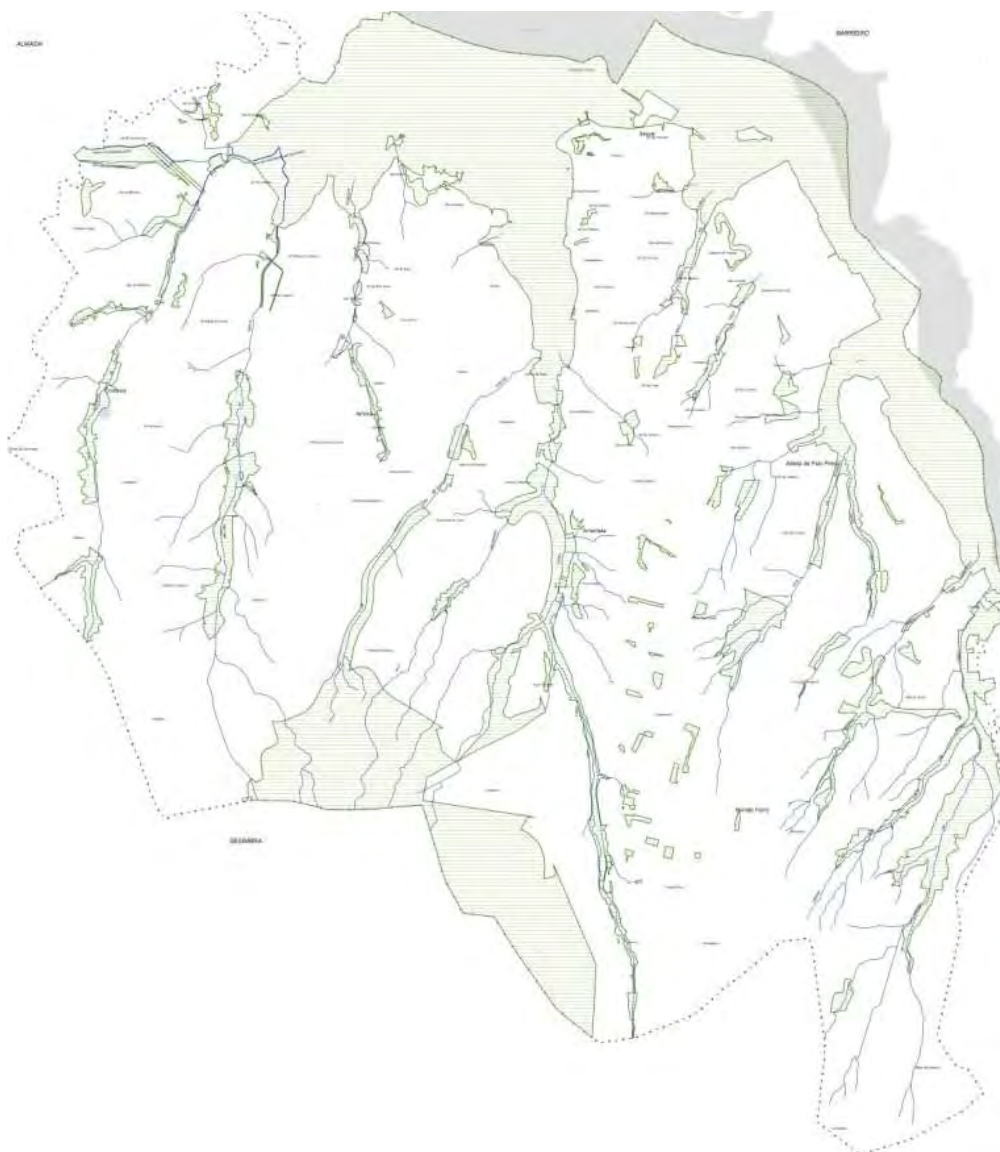
Quadro 2-12 – Quantificação das áreas incluídas em REN, por tipologia.

| TIPOLOGIA DE REN | DIMENSÃO | ÁREA DO MUNICÍPIO (%) |
|----------------------------------|-----------|-----------------------|
| ZONAS COSTEIRAS | | |
| ESTUÁRIO E ZONA HÚMIDA ADJACENTE | 977,38 ha | 10,2 |
| FAIXA DE PROTEÇÃO AO ESTUÁRIO | 313,12 ha | 3,3 |
| SAPAL | 179,61 ha | 1,9 |
| ZONAS RIBEIRINHAS | | |
| ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS | 526,61 ha | 5,5 |
| LAGOAS | 18,63 ha | 0,2 |
| FAIXA DE PROTEÇÃO ÀS LAGOAS | 28,41 ha | 0,3 |
| ÁREAS DE MÁXIMA INFILTRAÇÃO | 775,82 ha | 8,1 |
| ZONAS DECLIVOSAS | | |
| ÁREAS COM RISCOS DE EROÇÃO | 262,93 ha | 2,7 |
| LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA | | 71,6 km |

Total do território abrangido por REN = 2484,5 ha e 71,6 km

Fonte: Relatório da Proposta de Plano – Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013.

Figura 2-26 – Proposta de REN Final.

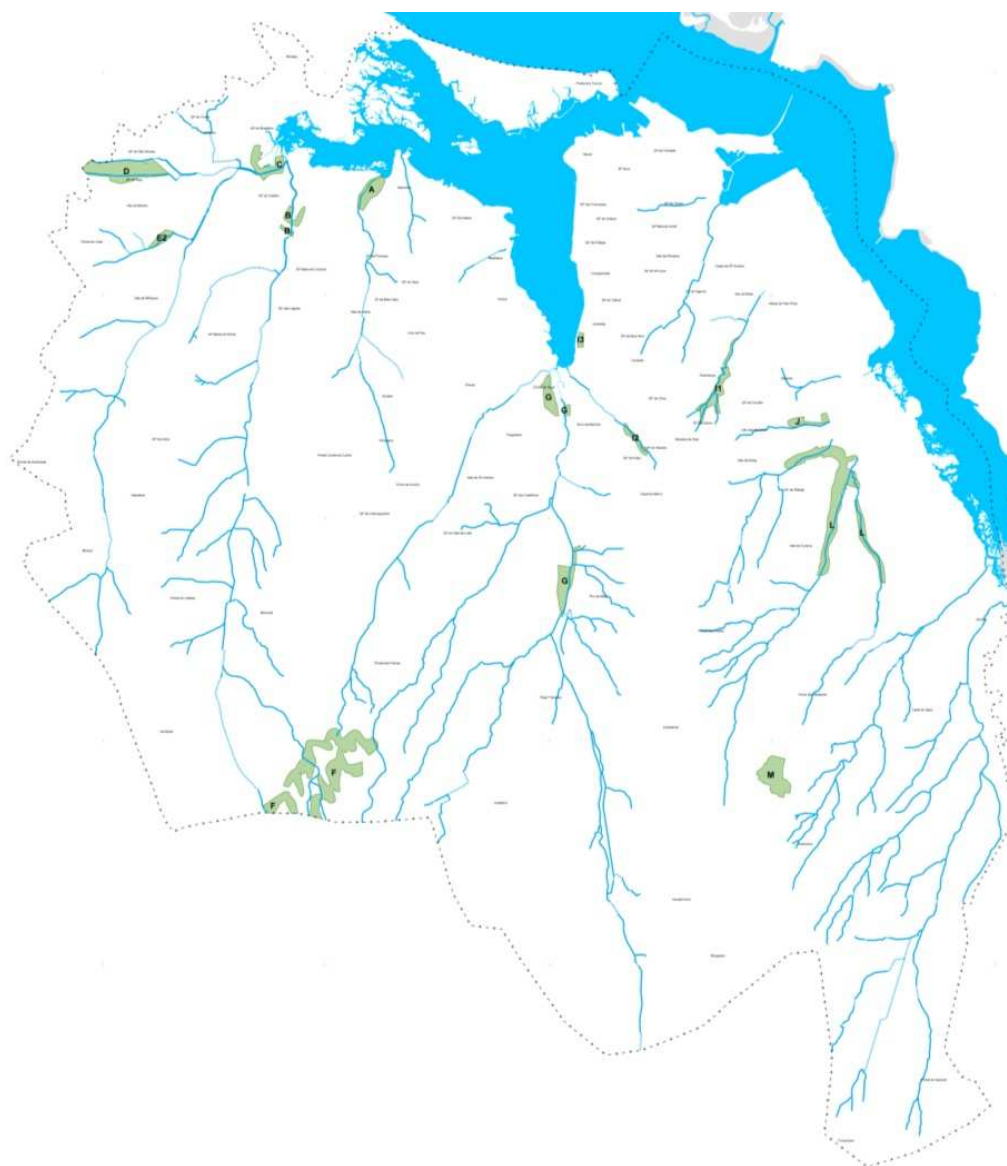


Fonte: CMS, Proposta de Revisão do Plano – Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013.

➤ **RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL**

Dos 230,42 ha correspondentes à área total da RAN delimitada em 1993, apenas cerca de 3% (7,15 ha) foi desafetada até à conclusão da revisão da carta da RAN no âmbito do processo de revisão do PDM. A RAN final abrange assim 139 ha do território municipal. Estes valores traduzem a dificuldade em defender esta Reserva, tendo em conta o facto de incidir num Município que tem continuamente registado consideráveis acréscimos populacionais e, naturalmente, de expansão urbana.

Figura 2-27 – Proposta de RAN Final.



Fonte: CMS, Proposta de Revisão de Revisão do Plano – Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013.

3. INFRAESTRUTURAS URBANAS E SISTEMA DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

| SEIXAL | |
|------------------------------|--|
| ABASTECIMENTO DE ÁGUA | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>O abastecimento de água no município do Seixal abrange a totalidade da população e é garantido pelas captações subterrâneas existentes dentro dos limites do Município. Neste campo, tanto a captação, como a distribuição da água são da responsabilidade da Autarquia.</p> |
| | <p>A água captada em profundidade apresenta níveis de qualidade bastante elevados logo na origem, pelo que, antes de ser distribuída, é apenas sujeita ao tratamento da Desinfecção, através da adição de Cloro.</p> <p>Sempre que a pressão é insuficiente para garantir o abastecimento de água em quantidade a determinados pontos da rede ou prédios mais elevados, são colocados na rede dispositivos de aumento da pressão da água, designados hidropressores.</p> |
| | <p>O sistema de Abastecimento de Água no município do Seixal é constituída por: 29 Captações Subterrâneas; 6 Centros Distribuidores de Água (CDA), em Torre da Marinha, Cruz de Pau, Belverde, Casal do Marco e Santa Marta; 7 Depósitos elevados; 8 Depósitos apoiados; 2 Estações elevatórias.</p> |
| | <p>Este sistema cobre praticamente todos os alojamentos, pelo que apenas uma pequena parte, não se encontra ainda servida por este serviço, não se tendo verificado em 2007 falhas no abastecimento. Neste ano, foram produzidos e tratados 13 704 070 m³ de água.</p> |
| | <p>De forma a fazer face ao aumento das necessidades e a melhorar os níveis de serviço no abastecimento de água, têm vindo a ser realizadas intervenções de ampliação, remodelação e beneficiação das infraestruturas e equipamentos. Para além da remodelação de redes com mais de trinta anos, beneficiação de depósitos elevados e equipamentos elevatórios, destacam-se a execução de um novo centro distribuidor de água (CDA de Santa Marta do Pinhal), cinco novas captações e a modernização dos equipamentos de desinfecção, que permitiu a substituição do cloro gasoso por dióxido de cloro nos principais centros distribuidores do Município.</p> |
| | <p>Os parâmetros de qualidade da água, bem como a frequência mínima para a realização de análises, são definidos no Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de setembro e Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto e respetivos anexos, que obrigam à realização de análises semanais, quinzenais e/ou mensais, de acordo com os parâmetros a analisar. As análises podem ser efetuadas imediatamente após o tratamento por Desinfecção ou em pontos de abastecimentos, nomeadamente, alojamentos, escolas ou estabelecimentos comerciais.</p> |
| | <p>O tipo de reclamações recebidas relativamente ao abastecimento de água, dizem respeito essencialmente a atrasos nas ligações aos ramais, ruturas nas canalizações e também, embora com menor frequência, problemas relativos à falta de pressão, presenças de areias e turvação da água.</p> |
| | |



| | |
|--|--|
| PROPOSTAS DE IG, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Plano Nacional da água (PNA), que define orientações de âmbito nacional para a gestão integrada da água. |
| | Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), que avalia as utilizações e propõe medidas para o uso eficiente da água. |
| | Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEASSAR II), que procura assegurar a coerência das medidas políticas e orientar o desempenho dos vários intervenientes. |
| | Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR), que tem por objetivo armazenar dados relativos ao ciclo urbano e industrial da água. |
| | Diretiva Quadro 2000/60/CE, de 23 de outubro. |
| | Lei n.º 58/2005, de 23 de outubro. |
| | Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março. |
| | |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório de Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |

| | | |
|--|---|---|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | Abastecimento de água no município do Seixal abrange a totalidade da população. | Concretização da instalação da conduta adutora intermunicipal. |
| | | Continuação das intervenções na rede com a construção de um novo centro distribuidor de água, em Fernão Ferro, ampliação dos CDA existentes e remodelação e beneficiação da rede existente. |
| | | Proteção do aquífero através de aplicação de medidas como: Implementação no terreno de proteção imediata, intermédia, alargada e especial das captações, preconizadas na legislação em vigor; Redução dos tempos de exploração por otimização de custos de energia elétrica associados à exploração e elevação de água. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| O abastecimento de água é garantido apenas pelos recursos hídricos subterrâneos. | Sobrecarga no aquífero. | |

| | |
|----------------|--|
| IMPACTO | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área de infraestruturas de abastecimento de água. |
| | |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

➤ ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Quadro seguinte apresenta a captação ao nível nacional, comparando-a com os valores registados para o município do Seixal. A captação representa o consumo de água por habitante e corresponde à quantidade de água utilizada, em média, por cada habitante.

Quadro 3-1 – Comparação entre a captação nacional e do município do Seixal.

| | Captação (l/hab.dia) |
|---------------------|----------------------|
| Portugal | 137 |
| Município do Seixal | 173,20 |

Fonte: Relatório de Estado do Ambiente, Município do Seixal, 2007.

Apesar de não existir uma quantificação para os valores de referência desejados relativos ao consumo de água, pretende-se que este valor seja o mais baixo possível, desde que sejam supridas as necessidades básicas da população, promovendo desta forma o uso sustentável da água. No território do Seixal, para além dos 29 furos de captação de água em exploração pelo Município, encontram-se também em exploração mais 28 furos que pertencem ao município de Almada. A delimitação dos respetivos perímetros de proteção já foi concluída, de acordo com as exigências legais, embora ainda não publicada porque se encontra atualmente a ser feita a articulação com o município de Almada no que se refere aos perímetros de proteção das suas captações localizadas no Seixal.

Quadro 3-2 – Furos de Captação de Água e Centros de Distribuição de Água no Município do Seixal.

| SISTEMA DE ABASTECIMENTO | LUGARES SERVIDOS | FUROS DE CAPTAÇÃO EM FUNCIONAMENTO | CDA |
|----------------------------|---|------------------------------------|----------|
| CASAL DO MARCO | ALDEIA DE PAIO PIRES, CASAL DE SANTO ANTÓNIO, QT.ª DE CIMA, QT.ª DA COURELA, ALTO DOS BONECOS, BACELOS DE GAIO, VALE DE ROLAS, QT.ª DA GALEGA E CASAL DO MARCO | 2 | - |
| CRUZ DE PAU | AMORA, CRUZ DE PAU, PAIVAS, QUINTA DA PRINCESA, VALE DE GATOS, SOUTELO E FOROS DE AMORA | 4 | 1 |
| BELVERDE | BELVERDE, MARISOL E VERDIZELA | 5 | 1 |
| FERNÃO FERRO | VALE DE CUCENA, CASAL DO MARCO, PINHAL DE FRADES, FLOR DA MATA, FOROS DA CATRAPONA, LARANJEIRAS, REDONDOS, FERNÃO FERRO, PINHAL DO GENERAL E ÁREA INDUSTRIAL DA EX-SIDERURGIA | 6 | |
| SANTA MARTA DO PINHAL | MIRATEJO, QUINTA DO BRASILEIRO, CORROIOS, QUINTA DE SÃO NICOLAU, ALTO DO MOINHO, PINHAL DO VIDAL, SANTA MARTA DO PINHAL, VALE DE MILHAÇOS, QUINTA DA ANIZA, QUINTA DA QUEIMADA, VALADARES, SANTA MARTA DE CORROIOS E PINHAL CONDE DA CUNHA | 7 | 1 |
| TORRE DA MARINHA | SEIXAL, QUINTA DA TRINDADE, QUINTA DO OUTEIRO, MURTINHEIRA, ÁLAMO, CAVAQUINHAS, VALE DA ROMEIRA, QUINTA DO PÉ LEVE, QUINTA DO CABRAL, ARRENTELA, VALE DE CARROS, QUINTA DA BOA HORA, CAVADAS, TORRE DA MARINHA, QUINTA DO TEIXEIRA, FOGUETEIRO E FLOR DA MATA | 5 | 1 |
| MUNICÍPIO DO SEIXAL | | 29 | 4 |

Fonte: Relatório da Proposta de Plano - Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013

➤ SÍNTESE DE INDICADORES

Quadro 3-3 – Indicadores analisados.

| Código | Setor | Indicador | Resultado | Tendência desejada | Tipo indicador |
|----------|-----------------------|--|---|--------------------|----------------|
| AAB/Q01 | Abastecimento de Água | Cobertura do serviço | 98,9% | ↑ | Estado |
| AAB/Q02 | Abastecimento de Água | Falhas no abastecimento | 0 falhas/1000 ramais | → | Estado |
| AAB/Q03 | Abastecimento de Água | Análises de água realizadas | 131,4% | → | Resposta |
| AAB/Q04 | Abastecimento de Água | Qualidade da água | 99,9% | → | Estado |
| AAB/Q05 | Abastecimento de Água | Água não faturada | 30,7% | ↓ | Pressão |
| AAB/Q06 | Abastecimento de Água | Licenciamento das captações de água | 0% | ↑ | Resposta |
| AAB/Q07 | Abastecimento de Água | Capacidade de reserva de água tratada | 0,74 dias | ↑ | Resposta |
| AAB/Q08 | Abastecimento de Água | Utilização de recursos hídricos | 14,6% | → | Pressão |
| AAB/Q09 | Abastecimento de Água | Eficiência energética das estações elevatórias | 0,60 kwh/m ³ /100mconduta | ↓ | Resposta |
| AAB/Q10 | Abastecimento de Água | Consumo de água | 173,20 l/hab.dia | ↓ | Pressão |
| AAB/PP01 | Abastecimento de Água | Resposta a reclamações escritas | 94,3% | → | Estado |
| AAB/F01 | Abastecimento de Água | Preço médio do serviço | 0,84 €/m ³ | ↓ | Estado |
| AAB/F02 | Abastecimento de Água | Custos operacionais unitários | 0,20 €/m ³ | ↓ | Estado |
| AAB/EQ01 | Abastecimento de Água | Reabilitação de condutas | 0,16% | ↑ | Resposta |
| AAB/EQ02 | Abastecimento de Água | Reabilitação de Ramais | 1,5% | ↑ | Resposta |
| AAB/EQ03 | Abastecimento de Água | Avarias em condutas | 37,4 avarias/1000 km | ↓ | Pressão |
| AAB/RH01 | Abastecimento de Água | Recursos humanos | 4,07 trabalhadores/1000 ramais | → | Resposta |

Fonte: Relatório de Estado do Ambiente, Município do Seixal, 2007.

Um dos indicadores que exigem uma rápida intervenção é o indicador relativo ao licenciamento das captações de água (AAB/Q06). O processo encontra-se a decorrer, uma vez que já foi efetuado o pedido de licenciamento. Torna-se agora necessário promover esforços junto da entidade competente para a rápida conclusão do mesmo.

A Autarquia apresenta um bom desempenho no que se refere à realização de análises de água e respetivos resultados (AAB/Q03 e AAB/Q04), cuja frequência de realização supera o exigido, não se registando incumprimentos ilícitos (AAB/Q05). De modo a garantir um melhor desempenho, deverá ser dada atenção a este aspeto, nomeadamente com o investimento na área de reabilitação de condutas (que apresentou um fraco resultado) e na introdução de programas de deteção de fugas ao longo do sistema de abastecimento, como medida preventiva.

| SEIXAL | |
|------------------------|--|
| ÁGUAS RESIDUAIS | |
| CARACTERIZAÇÃO | No domínio do saneamento básico, para além da extensão das redes, desde 1993 até à data, as realizações incluem alterações substanciais no que respeita à qualidade do serviço prestado, com a construção de elementos-chave que permitiram uma melhoria significativa do seu desempenho e consequentemente da qualidade de vida da população. |
| | Para suprir carências, o Município construiu e beneficiou um conjunto de infraestruturas e equipamentos, tanto da rede de água como da rede de águas residuais que permitiram assegurar a cobertura de quase todo o território municipal. |
| | Como forma de defender o seu património ambiental, foi decisiva a opção de dotar todo o território municipal com rede de drenagem e estações de tratamento de águas residuais (ETAR). |
| | A primeira iniciativa para resolver o problema da drenagem e tratamento das águas residuais urbanas data de 1975 tendo posteriormente, em 1986, sido elaborado o "Plano Geral de Saneamento" (PGS) no qual foi definido um conjunto de soluções para a interceção, tratamento e destino final das águas residuais domésticas e industriais, nomeadamente a construção de uma rede primária de drenagem (emissários e interceptores), distribuídos por 5 subsistemas de drenagem, a construção de estações de tratamento de águas residuais urbanas e várias estações elevatórias. |
| | Tendo como objetivos fundamentais a preservação do património ambiental do Município, nomeadamente os esteiros do Coima e do Seixal, que constitui a baía do Seixal, o desejável contínuo incremento da qualidade de vida da população e a prevenção da saúde pública, a CMS executou cerca de 60% das obras previstas no Plano Geral de Saneamento. |
| | Assim aquando da integração em 2004 no Sistema Multimunicipal criado para a Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes da Península de Setúbal através da SIMARSUL, o município do Seixal já dispunha de 29 interceptores/emissários, sete Estações Elevatórias e quatro Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), construídas nas décadas de 1980 e 1990, designadamente a ETAR intermunicipal Almada/Seixal da Quinta da Bomba (Corroios), a ETAR de Fernão Ferro, a ETAR da Cucena (Aldeia de Paio Pires) e a ETAR de Pinhal de Frades (Arrentela), esta apenas com tratamento primário. |
| | Em termos de rede de drenagem de águas residuais em "alta", a solução adotada pela SIMARSUL contemplou a construção de uma nova estação de tratamento de águas residuais – a ETAR do Seixal (Aldeia de Paio Pires), que entrou em funcionamento em 2011 e a construção/beneficiação/remodelação de um conjunto de interceptores e estações elevatórias, num total de 20 interceptores/emissários, 10 Estações Elevatórias, de 10 Condutas Elevatórias e das quatro ETAR já existentes. Está prevista a conclusão e entrada em funcionamento de todas as infraestruturas até 2013. |
| | A solução proposta para o município do Seixal pela empresa SIMARSUL segue a linha do Plano Geral de Saneamento embora apresente algumas diferenças em função das necessidades atuais, inerentes ao facto do sistema ser multimunicipal. O sistema encontra-se estruturado de modo a tender à melhor solução possível para a gestão das águas residuais dos municípios envolvidos e consequentemente o aumento do nível de atendimento da população com tratamento de águas residuais urbanas para 100%. |



| | |
|---|--|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Metas estabelecidas em termos nacionais no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – PEAASAR II (2007-2013) |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Estudo Geral para os Sistemas de Condução e Tratamento de Águas Residuais do Municipal. |
| | SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, SA. |

| | | |
|--------------------------------|---|---|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | O município do Seixal dotado com rede de drenagem e estações de tratamento de águas residuais (ETAR). | Para assegurar o cumprimento do PEAASAR II (2007-2012), a CMS, como entidade gestora do sistema de drenagem de águas residuais domésticas “em baixa” prevê a implementação de um conjunto de medidas que visam a total cobertura do Município com sistemas adequados de drenagem, tais como: |
| | Construção de uma nova estação de tratamento de águas residuais – a ETAR do Seixal que já se encontra em funcionamento. | <ul style="list-style-type: none"> - Compatibilizar a rede municipal de drenagem de águas residuais domésticas com a rede da SIMARSUL, de modo a permitir a interligação entre duas redes de forma integrada; - Promover a ampliação da rede municipal tendo em vista a eliminação das fossas sépticas existentes; - Aprovar e implementar o Regulamento do Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais, que contemplará também normas de descarga de águas residuais industriais, após pré-tratamento, nos coletores da rede de drenagem de águas residuais domésticas; - Concluir a elaboração de cadastro das fossas sépticas existentes. - Proceder à atualização do cadastro das redes, preferencialmente em formato digital e através de SIG, para permitir solucionar alguns problemas de forma mais imediata e eficaz; - Mitigar problemas relacionados com a inundação de áreas urbanas, em parte decorrentes da sua progressiva impermeabilização, não só com a implementação de medidas corretivas, no que diz respeito à execução de um correto dimensionamento das redes de drenagem, mas também com a implementação de medidas preventivas, como sejam a execução anual do plano de limpeza de valas. |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| PONTOS FRACOS | AMEAÇAS | |
| Existência de fossas sépticas. | | |
| | | |

| | |
|----------------|--|
| IMPACTO | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área de infraestruturas de saneamento básico. |
| | Aprovar e implementar o Regulamento de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais. |
| | |
| | |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

ÁGUAS RESIDUAIS

No Quadro 3-4 encontra-se indicado o número de estações elevatórias existentes, e de ETAR existentes, distribuídos pelos cinco subsistemas de saneamento delimitados: subsistema do Seixal; subsistema da Cucena; subsistema da Quinta da Bomba; subsistema de Fernão Ferro e subsistema da Quinta do Conde/Pinhal do General.

Quadro 3-4 – Estações Elevatórias e ETAR existentes no Município do Seixal (2011).

| SUBSISTEMA | FREGUESIAS SERVIDAS | N.º DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS | N.º DE ETAR |
|------------------------------------|---|-----------------------------|-------------|
| CUCENA | ALDEIA PAIO PIRES E FERNÃO FERRO | 3 | 1 |
| SEIXAL | SEIXAL, AMORA, ALDEIA PAIO PIRES E ARRENTELA | 7 | 1 |
| QUINTA DA BOMBA | AMORA, CORROIOS E FREGUESIAS DE ALMADA | 4 | 1 |
| FERNÃO FERRO | FERNÃO FERRO E ARRENTELA | 2 | 2 |
| QUINTA DO CONDE/ PINHAL GENERAL | ALDEIA PAIO PIRES E FREGUESIAS DE SESIMBRA, SETÚBAL E BARREIRO | 1 | - |
| MUNICÍPIO DO SEIXAL | | 17 | 5 |

Fonte: Relatório da Proposta de Plano - Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013.

| SEIXAL | |
|--|--|
| RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>A gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no município do Seixal é da responsabilidade da CMS, através da Divisão de Salubridade. É da competência desta Divisão a limpeza e higiene urbanas, que compreendem, entre outras ações, a colocação e manutenção de equipamentos de recolha de resíduos e a remoção e o encaminhamento dos resíduos para destino final adequado.</p> |
| | <p>No que diz respeito às infraestruturas afetas à salubridade, destaca-se a criação do Aterro Sanitário Intermunicipal, em 1995, cuja gestão está a cargo da empresa Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA. (AMARSUL), atualmente designado Ecoparque do Seixal que acolhe também o Centro de Triagem da recolha seletiva, desde 2000, o Centro de Valorização Energética – centro electroprodutor de biogás do aterro, desde 2004 e recentemente o Centro de Valorização Orgânica – central de transformação anaeróbica para transformação em composto e produção de biogás que se prevê iniciar a atividade em 2013 e ainda o Ecocentro (Vale de Milhaços), que desde 2003 recebe resíduos para reciclagem.</p> |
| | <p>O Ecoparque situa-se no Pinhal Conde da Cunha, numa antiga exploração de areias, cujas cavidades foram aproveitadas para a construção do aterro sanitário. Este possui uma área de 18 hectares, sendo constituído por 4 células (locais de deposição dos resíduos) e estima-se um tempo de vida útil de 22 anos prevendo-se o seu encerramento em 2019.</p> |
| | <p>Ocorreu também um grande investimento ao nível da substituição de equipamentos, colocação de ecopontos e na modernização da frota. Existem ainda programas específicos de promoção e valorização ambiental implementados, nomeadamente a separação de resíduos e a compostagem (que inclui um centro municipal e vários pontos de compostagem nas escolas e ainda domésticos), que merecem destaque por contribuírem para o cumprimento de objetivos assumidos no âmbito da Agenda 21 Local.</p> |
| | <p>A recolha de resíduos sólidos urbanos no município do Seixal processa-se de 3 formas distintas: Recolha Convencional, Recolha Porta-a-Porta e Recolha Enterrada e Semi-Enterrada. Além dos equipamentos destinados à recolha de resíduos domésticos, encontram-se ainda disponíveis para a população, papelarias, equipamento essencialmente destinado à higiene e limpeza urbana.</p> |
| | <p>No município do Seixal, a recolha seletiva teve início em 1999, ano em que foram colocados na via pública os primeiros ecopontos e que coincidiu com o início do funcionamento da AMARSUL. Além da gestão do Ecoparque, a AMARSUL, é igualmente responsável pela gestão e recolha multimaterial, nomeadamente pela colocação e manutenção dos ecopontos na via pública, recolha dos mesmos e pelo encaminhamento para a reciclagem dos materiais recolhidos.</p> |
| | <p>Como forma de concretizar a política de qualidade da CMS, definida na ótica da melhoria contínua da resposta às necessidades e às expectativas dos munícipes, optou-se pela certificação da Higiene Urbana, uma área operacional com grande impacto na relação município/munícipe. O investimento na certificação dos serviços da área de Higiene Urbana (Divisão de Salubridade) constituiu um esforço, nomeadamente de recursos humanos, para garantir que esta importante valência seja reconhecida ao nível da Norma Internacional ISO 9001.</p> |
| <p>Em novembro de 2007, iniciou-se o estudo dos circuitos de varredura manual existentes e em dezembro de 2008 foi criada uma ferramenta que permitiu reunir toda a informação necessária à gestão do Setor de Varredura Urbana e uniformizar os circuitos, promovendo uma gestão mais eficaz dos meios humanos, bem como a equidade entre os funcionários. Em 2010 foram disponibilizados aos munícipes, através de Sistema de Informação Geográfica disponível no site da Câmara Municipal do Seixal, vários conteúdos relacionados com a limpeza de arruamentos (periodicidade de varredura manual e mecânica) e a limpeza de terrenos, com a identificação georreferenciada dos pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos.</p> | |



| PROPOSTAS DE IGT E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Diretiva Quadro "Resíduos" 2006/12/CE, de 5 de abril (encontra-se em revisão). |
|---|---|
| | Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro. |
| | Diretiva 1999/31/CE, de 23 de maio – deposição de resíduos em aterro. |
| | Decreto-Lei n.º 152/2003, de 23 de maio – transpõe a Diretiva 1999/31/CE |
| | Diretiva 2004/12/CE, de 11 de fevereiro – metas de valorização e reciclagem de resíduos de embalagem. |
| | Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio – transpõe a Diretiva 2004/12/CE. |
| | Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016. |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório de Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |

| | | |
|---------------------|---|---|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | Recolha seletiva, reciclagem e valorização orgânica dos resíduos. | Apostar na motivação dos utentes, baseada na "Política dos 3 R" (Reduzir, Reciclar, Reutilizar). |
| | | Desenvolver vários tipos de projetos no âmbito dos resíduos sólidos urbanos que incluam a requalificação de espaços públicos e lúdicos e a introdução de uma política integrada de educação ambiental. |
| | | Reforçar as soluções já existentes relativas à redução de resíduos biodegradáveis destinados a aterros, por parte da AMARSUL, como por exemplo, unidades de compostagem, unidades de digestão anaeróbia, entre outras, a fim de dar cumprimento às normas comunitárias. |
| | | Dar continuidade à implementação de sistemas de recolha porta à porta em zonas de habitação unifamiliar e sistemas de contentorização semienterrados e enterrados, em zonas de grande densidade populacional. |
| | | A descontaminação do Poço do Talaminho, identificada e considerada prioritária no Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Municipal do Seixal. |
| | | Implementar uma estratégia integrada de gestão de resíduos industriais – produção, prevenção, redução, tratamento e eliminação. |
| | | Avaliar tecnologias de tratamento, de forma a optar pelos melhores sistemas de tratamento de resíduos industriais banais. |
| | | Projetos de Recuperação Ambiental propostos: área da antiga Siderurgia Nacional, Terrenos da SPEL, Lagoa de hidrocarbonetos em Santa Marta de Corroios, Poço Talaminho, Selagem dos antigos aterros sanitários e Plano de intervenção para recuperação dos depósitos de sucata, entre outros. |
| | | PONTOS FRACOS |
| | Existência de zonas/locais contaminados. | |
| | | |

| | |
|----------------|---|
| IMPACTO | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área de sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. |
| | Atualização do Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Municipal do Seixal. |
| | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área de recuperação ambiental. |
| | |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

RESIDUOS

➤ ECOPARQUE - ATERRO SANITÁRIO

- Data de Início de exploração: 1995 (com a CMS); agosto de 1997 (com a AMARSUL);
- Tempo de vida previsto e estimativa de resíduos a depositar: Projeto inicial até 2018;
- Tempo de vida atual: Até final da concessão (2022);

Quadro 3-5 – Número atual de ecopontos (se possível, com a perspetiva da evolução desde a colocação dos primeiros ecopontos).

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 1º Semestre 2011 |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------------|
| Seixal - total | 360 | 367 | 379 | 390 | 415 | 432 | 438 |
| Amora | 121 | 121 | 122 | 126 | 124 | 130 | 131 |
| Corroios | 106 | 110 | 114 | 117 | 127 | 129 | 131 |
| Arrentela | 62 | 63 | 64 | 65 | 76 | 78 | 80 |
| Aldeia de Paio Pires | 40 | 41 | 42 | 42 | 37 | 38 | 39 |
| Fernão Ferro | 20 | 21 | 25 | 26 | 36 | 41 | 41 |
| Seixal | 11 | 11 | 12 | 14 | 15 | 16 | 16 |

Fonte: CMS.

Quadro 3-6 - Historial dos quantitativos de RSU e recicláveis recolhidos.

| | Papel/Cartão (ton) | Vidro (ton) | Embalagens (ton) | RSU (ton) |
|------|--------------------|-------------|------------------|-----------|
| 2004 | 1.803 | 1.454 | 610 | 59.076 |
| 2005 | 2.302 | 1.615 | 721 | 58.305 |
| 2006 | 2.460 | 1.728 | 813 | 59.259 |
| 2007 | 2.604 | 1.698 | 921 | 58.460 |
| 2008 | 2.817 | 2.048 | 1.111 | 59.098 |
| 2009 | 2.882 | 2.040 | 1.349 | 59.047 |
| 2010 | 2.934 | 2.036 | 1.532 | 58.674 |

Nota: Nos RSU só estão considerados os resíduos indiferenciados, não tem os mono, os verdes, as limpezas de ruas, etc.

Fonte: CMS.

➤ ECOPARQUE - CENTRAL DE BIOGÁS

- Data início de atividade: janeiro de 2004.
- Quantitativos de energia produzida e perspetiva de futuro: Energia elétrica produzida até ao passado mês de julho de 2011 – 78 GWh. O Centro Electroprodutor de biogás do aterro do Seixal, continuará a produzir, nos próximos anos, cerca de 12 GWh/ano. O arranque da CVO permitirá produzir biogás para o arranque do Centro Electroprodutor associado à CVO, com uma produção de energia elétrica prevista de 9 GWh/ano.

➤ ECOPARQUE - TRIAGEM

- Data início atividade: iniciou a atividade no ano 2000 com uma triagem manual, e em 2009. Parou para obra de automatização, tendo arrancado de novo em abril de 2010.
- Breve descrição: Trata-se de uma instalação com capacidade para triar 4.5 ton/h de resíduos de embalagem (contentor amarelo do ecoponto). Os resíduos passam por abridor de sacos para soltar as embalagens e em seguida são conduzidas a um separador balístico, onde são divididas em três frações: a dos finos, que é rejeitada e vai para aterro; a de rolantes, que vai para o sistema de separação ótica; e a de planos, que vai a uma cabina de triagem manual.

A fração de rolantes é essencialmente constituída por plásticos, metais e ECAL (embalagens de cartão para alimentos líquidos), passa por um eletroimã para separar os metais ferrosos e em seguida por dois óticos, onde são separados os seguintes materiais: ECAL; PEAD; PET;

Plásticos Mistos; Rejeitados, que entram na cabina de planos para separação manual dos materiais que não tiverem sido anteriormente separados.

A fração de planos é essencialmente constituída por papel/cartão, filme e embalagens de ECAL que se encontrarem espalmadas. O filme é aspirado, e os restantes materiais são separados manualmente numa cabina de triagem, no final do tapete existe um separador de metais não ferrosos e o que sobra é considerado rejeitado e, atualmente, tem como destino o aterro.

➤ **ECOPARQUE – CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA**

- Descrição

Trata-se de um sistema de Tratamento Mecânico Biológico (TMB) que combina processos de triagem com tratamento biológico. Na fase inicial os RSU são sujeitos a um tratamento mecânico para separar a matéria orgânica das restantes frações e na fase seguinte, tratamento biológico, os resíduos orgânicos que foram separados na primeira fase são tratados por digestão anaeróbica, onde são transformados em composto e é produzido biogás.

O composto poderá ser utilizado como corretivo orgânico de solos e o biogás terá como destino a produção de energia elétrica para venda.

- Perspetiva dos quantitativos de resíduos a tratar e de composto a produzir.

A unidade irá tratar 60.000 ton/ano de matéria orgânica e irá produzir cerca de 10.000 ton/ano de composto.

➤ **ECOCENTRO**

- Breve descrição: área vigiada destinada à receção de resíduos para reciclagem com um volume de contentorização superior aos ecopontos, e com eventual mecanização para preparação dos resíduos para encaminhamento para reciclagem.

- Data início de atividade: 2003

➤ **ANÁLISE DE INDICADORES**

Quadro 3-7 – Indicadores Analisados.

| Código | Setor | Indicador | Resultado | Tendência Desejada | Tipo Indicador |
|----------|----------|---|-------------------------------|--------------------|----------------|
| RSD/Q01 | Resíduos | Produção de resíduos | 1,26 kg/hab.dia | ↓ | Pressão |
| RSD/Q02 | Resíduos | Resíduos depositados em aterro | 92,9% | ↓ | Resposta |
| RSD/Q03 | Resíduos | Resíduos recolhidos seletivamente | 3,67% | ↑ | Estado |
| RSD/Q04 | Resíduos | Habitantes por ecoponto | 400 hab/ecoponto | ↑ | Resposta |
| RSD/RH01 | Resíduos | Recursos humanos – recolha indiferenciada, por mil toneladas | 0,59 trabalhadores/ 1000 hab. | ↓ | Resposta |
| RSD/RH02 | Resíduos | Recursos humanos – limpeza urbana por mil habitantes | 0,66 trabalhadores/ 1000 hab. | ↑ | Resposta |
| RSD/RH03 | Resíduos | Recursos humanos – limpeza urbana por mil habitantes | 1,28 trabalhadores/1000 ton | ↓ | Resposta |
| RSD/C01 | Resíduos | Consumo de combustível – recolha indiferenciada | 3,51 l/ton | ↓ | Estado |
| RSD/C02 | Resíduos | Consumo de combustível – limpeza urbana | 0,17 l/hab | ↓ | Estado |
| RSD/F01 | Resíduos | Custo do tratamento de resíduos <i>per capita</i> | 10,68 €/hab | → | Estado |
| RSD/F02 | Resíduos | Princípio Poluidor-Pagador | 1,15 | → | Estado |
| RSD/F03 | Resíduos | Custos operacionais unitários | 21,63 €/hab | ↓ | Estado |
| RSD/EQ01 | Resíduos | Equipamentos de recolha de resíduos -papeleiras | 4,43 papeleira/1000 hab | ↑ | Resposta |
| RSD/EQ02 | Resíduos | Equipamentos de recolha de resíduos – contentores convencionais | 18,04 contentores/1000 hab | ↓ | Resposta |
| RSD/EQ03 | Resíduos | Equipamentos de recolha de resíduos – contentores porta-a-porta | 74,53 contentores/100 hab. | ↑ | Resposta |
| RSD/PP01 | Resíduos | Reclamações | 4 reclamações/100 hab. | → | Estado |
| RSD/PP02 | Resíduos | Solicitações | 12 reclamações/1000 hab | ↑ | Estado |

Fonte: Relatório da Proposta de Plano - Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013.

Dos indicadores com bom desempenho destaca-se o Princípio do Poluidor-Pagador, onde se verifica que a taxa de resíduos aplicada é suficiente para cobrir a despesa da Autarquia com a deposição de resíduos em Aterro.

Verifica-se no entanto, que a maioria dos resíduos produzidos são encaminhados para aterro (92,9%), em que a quantidade de resíduos recolhidos seletivamente representa uma parcela muito pequena do total de resíduos recolhidos. É urgente inverter esta situação para que se dê cumprimento às metas de valorização e reciclagem impostas pela legislação.

Ainda no que diz respeito à recolha seletiva, verifica-se que o município do Seixal regista uma fraca proporção entre habitantes e ecopontos (indicador RSD/04), ficando aquém do resultado nacional. Este é claramente uma área que exige rápida intervenção.

Existem já no mercado soluções cada vez mais otimizadas de equipamentos de recolha de resíduos, com diferentes tipologias, que contribuem não só para a eficiência do serviço prestado no que diz respeito à eficiência, gestão e manutenção do serviço, mas que incentivam a uma utilização mais apropriada. Neste sentido, a substituição de contentores convencionais por este tipo de equipamentos, representa uma melhoria significativa no desempenho ambiental do Município, pelo que a aposta na melhoria dos equipamentos de recolha de resíduos (indicadores RSD/EQ01, RSD/EQ02, RSD/EQ03) deve constituir uma prioridade.

Num município em que a população está a crescer, pelo que consequentemente cresce também a quantidade de resíduos produzidos, é inevitável que os recursos humanos necessários para o serviço de limpeza urbana tendam a subir, de modo a garantir a qualidade do serviço.

Já no que se refere à recolha de resíduos, e tendo em conta que a situação desejável é que se verifique uma redução da produção dos mesmos (através da realização de campanhas de sensibilização, colocação de novos equipamentos e implementação de novas medidas, como a compostagem doméstica), é expectável que os recursos humanos necessários a esta operação tendam a diminuir, situação que é refletida nos indicadores RSD/RH01 e RSD/RH03.

Importa aqui referir que se encontra em curso a renovação da frota de veículos de recolha de resíduos, esperando-se que após a sua conclusão, se verifique um contributo significativo na melhoria dos indicadores relativos ao consumo de combustível verificado.

| SEIXAL | |
|---|--|
| ELETRICIDADE, GÁS E TELECOMUNICAÇÕES | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>Rede Elétrica: Em matéria de energia a CMS ponderou a importância deste recurso criando em 1999 a Agência Municipal de Energia (AMESEIXAL) entidade que, em 2007, produziu o Plano Municipal de Energia do Seixal com o objetivo de <i>"dotar o Município de um instrumento de política energética adaptado às novas oportunidades e condicionantes induzidas pelo desenvolvimento do concelho, pelas tendências do setor energético e pelas preocupações de ordem ambiental"</i>. Aposta-se assim claramente na definição de uma Estratégia Energética Municipal onde é demonstrado o potencial que o Município oferece para o desenvolvimento das energias renováveis.</p> |
| | <p>Dos projetos desenvolvidos, destacam-se o projeto Selo Verde - Edifício Amigo do Ambiente, que visa atribuir um selo verde a um "edifício do município" mais amigo do ambiente, e o projeto Pedale pela Sua Saúde, que promove a utilização dos transportes públicos e da bicicleta.</p> |
| | <p>O reforço da rede elétrica de baixa tensão (rede de distribuição e rede de iluminação pública) é da responsabilidade da EDP, por via do contrato de concessão celebrado com a CMS, sendo esta responsável pelas transformações ocorridas na rede de distribuição e em parte da rede de iluminação pública.</p> |
| | <p>A CMS é responsável pela manutenção de equipamentos de iluminação pública não normalizados e assume por vezes outro tipo de beneficiações da rede em complemento aos trabalhos executados pela EDP. Relativamente à rede elétrica de média e alta tensão, a sua remodelação, ampliação e manutenção é da responsabilidade dos operadores que exercem a atividade no território municipal, mediante prévia autorização da CMS.</p> |
| | <p>Ao nível da rede elétrica de alta e muito alta tensão, o enquadramento à escala nacional é descrito no Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade 2012-2017 (PDIRT) que apresenta, em conformidade com a legislação em vigor, uma proposta de investimentos a realizar pela Rede Elétrica Nacional (REN), para o horizonte de 2017.</p> |
| | <p>Quanto às linhas de baixa tensão, prevê-se proceder a um melhoramento da iluminação pública, nomeadamente nas áreas urbanas de génese ilegal (AUG) e garantir o reforço da alimentação de energia elétrica para as novas áreas, urbanas e de atividades económicas.</p> |
| | <p>Rede de Abastecimento de Gás: O uso de gás natural e/ou de outras fontes de energia menos poluentes deverá ser incentivado em todo o Município, com especial destaque para as zonas com maiores consumos (uso doméstico e industrial).</p> |



7



| | |
|---|---|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Plano Municipal de Energia do Seixal. |
| | Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade 2012-2017 (PDIRT) |
| | Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016 (PNAEE 2016). |
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|---------------|--|
| FONTES | Agência Municipal de Energia (AMESEIXAL) - http://www.cm-seixal.pt/ameseixal/ |
| | Relatório de Estado do Ambiente (Município do Seixal, 2007). |
| | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Site da Câmara Municipal do Seixal - http://www.cm-seixal.pt |

| | | |
|---------------------|--|---|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | | Ao nível da rede elétrica de alta e muito alta tensão, o enquadramento à escala nacional é descrito no Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade 2012-2017 (PDIRT) que apresenta, em conformidade com a legislação em vigor, uma proposta de investimentos a realizar pela REN – Rede Elétrica Nacional para o horizonte de 2017. |
| | | Quanto às linhas de baixa tensão, prevê-se proceder a um melhoramento da iluminação pública, nomeadamente nas áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) e garantir o reforço da alimentação de energia elétrica para as novas áreas, urbanas e de atividades económicas. |
| | | Aumentar as fontes de utilização de energia alternativa/renováveis. |
| | | Em termos da rede telefónica, é objetivo da CMS a criação de condições para alargar este tipo de serviço, em condições tanto quanto possível concorrenciais, de modo a beneficiar os consumidores em geral. |
| | | No que diz respeito à Rede de Comunicação de Dados, constitui objetivo da CMS criar condições para o desenvolvimento e construção de novas instalações desta natureza. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| | Utilização reduzida de energias alternativas/renováveis. | |

| | |
|----------------|---|
| IMPACTO | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área da rede elétrica. |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| SEIXAL | |
|---|---|
| REDE VIÁRIA E SISTEMA DE TRANSPORTES | |
| CARACTERIZAÇÃO | As principais intervenções da responsabilidade municipal, ao nível da rede viária, tiveram por objetivo a melhoria da rede existente e do nível de serviço prestado, ainda que para tal tenha sido necessário construir algumas vias ou troços de via de carácter supra municipal, como é o caso da ER 10, entre Almada e Corroios. |
| | No que se refere à rede ferroviária, foi já na vigência do Plano Diretor Municipal que se concretizaram as principais intervenções, tanto ao nível da rede ferroviária pesada como da rede ferroviária ligeira. |
| | A rede ferroviária pesada de passageiros estabeleceu a ligação direta entre a margem norte e a margem sul do Tejo através da ponte 25 de Abril, com a entrada em funcionamento do Eixo Ferroviário Norte/Sul, concessionado à Fertagus. A entrada em funcionamento desta ferrovia e do terminal fluvial do Seixal, também construído de novo, complementados com os respetivos interfaces, que incluem parques de estacionamento, veio alterar substancialmente a acessibilidade em transporte público a todo o Município. A partir desta ferrovia foi construído um ramal de mercadorias para servir a área industrial |
| | No que diz respeito à rede ferroviária ligeira, ou seja, ao Metro Sul do Tejo (metro ligeiro de superfície), a construção da 1.ª fase que compreende três linhas e liga Almada (Pragal) a Corroios já se encontra concluída. Para as 2.ª e 3.ª fases do MST existe espaço canal reservado, espaço esse que, em alguns locais e devido à dinâmica urbana do Município, não se apresenta como o mais adequado, pelo que as soluções alternativas carecem da definição de um espaço canal. |
| | No Seixal, segundo um inquérito realizado pela CMS em 2006, sobre os hábitos do uso da bicicleta, estima-se que cerca de 30% das deslocações diárias efetuadas sejam para percorrer distâncias inferiores a 3 km, distância para a qual o uso da bicicleta se torna muito competitivo. |




| | |
|---|---|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Plano de Circulação do Município do Seixal, cujo regulamento foi publicado pelo Aviso n.º 7773/99, de 10 de novembro. |
| | Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal da Área Influência da TTT. |
| | PNR 2000 – Plano Rodoviário Nacional 2000 |
| | Plano Estratégico de Transportes 2011-2015 |
| | Plano da Rede Ciclável, aprovado pela CMS em novembro de 2012. |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |

| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
|----------------------------|--|--|
| | A melhoria da rede existente e do nível de serviço prestado. | Intervenções previstas e propostas de melhoria da rede rodoviária, na Rede Primária, Rede Secundária, Rede Terciária e Rede Distribuidora Local. |
| | Novas construções e obras de manutenção da rede viária. | Na Planta de Ordenamento estão identificadas as vias, existentes e previstas, integradas nas redes primária, secundária, terciária e distribuidora local e quando se justifica, o espaço canal de vias previstas da rede secundária. Os parâmetros de dimensionamento e critérios de gestão da rede rodoviária encontram-se definidos no Regulamento da proposta de revisão do PDM. |
| | Estabelecimento da ligação direta entre a margem norte e a margem sul do Tejo através da ponte 25 de Abril, com a entrada em funcionamento do Eixo Ferroviário Norte/Sul, concessionado à Fertagus. | Quanto à ferrovia ligeira, Metro Sul do Tejo (MST), para o traçado definido no anteprojecto e publicado (fases 2 e 3) propõem-se, tendo em conta a evolução urbana entretanto ocorrida e a necessidade de articular este modo de transportes com todos os interfaces (rodo-ferroviários e rodo-fluvial), alternativas de traçado, outros traçados complementares para os quais se reserva espaço canal na proposta de Plano. |
| | A entrada em funcionamento da ferrovia e do terminal fluvial do Seixal, também construído de novo, complementados com os respetivos interfaces, veio alterar substancialmente a acessibilidade em transporte público a todo o Município. | Proposta para o território do Seixal de uma rede de percursos cicláveis com continuidade que inclui diversas tipologias e que constituirá a Rede Ciclável do Seixal. |
| | Implementação do Plano da Rede Ciclável aprovado pela CMS, em novembro de 2012. | Implementação do projeto BICLAS como forma de promover a utilização de meios alternativos de transporte, a saúde e a sustentabilidade ambiental. Este projeto, estratégico para o desenvolvimento local, é constituído por uma rede de ciclovia. |
| | Protocolo celebrado para a elaboração do Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal da Área Influência da TTT. | No âmbito dos transportes propõe-se um conjunto de ações concretas que, uma vez implementadas, permitirão melhorar a acessibilidade e a mobilidade no Seixal. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| Escassa rede de ciclovias. | | |

| IMPACTO | Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área da acessibilidade e transportes. |
|---------|--|
| | |
| | |
| | |

4. ATIVIDADES ECONÓMICAS

| SEIXAL | |
|-----------------------|---|
| ATIVIDADES ECONÓMICAS | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>Ao longo das duas últimas décadas registou-se uma alteração da base económica que se refletiu num ganho crescente de importância do setor terciário e simultaneamente na obsolescência das áreas industriais de primeira geração.</p> |
| | <p>O setor primário tem vindo a perder expressão dada a forte tendência para a terciarização da base económica do Município. A aptidão do solo, fortemente arenoso, determinou a inclusão de uma área reduzida na Reserva Agrícola Nacional o que, a par do processo de urbanização que incluiu a ocupação de terrenos em tempos afetos à atividade agrícola, leva à obsolescência desta atividade económica. Ainda relativamente ao setor primário há a referir que existem algumas explorações de aquacultura junto à frente ribeirinha do Município que apresenta aptidão para esta atividade. Resultante das características arenosas do solo, outro recurso natural do Seixal é o que permite a exploração de massas minerais, uma atividade que, embora cause diversos problemas do ponto de vista urbanístico, paisagístico e ambiental, assume particular relevância pela sua dimensão económica.</p> |
| | <p>O setor secundário também tem vindo a perder expressão o que está muito relacionado com a reestruturação industrial que tem vindo a ocorrer, nomeadamente com o encerramento de algumas grandes unidades industriais instaladas no Seixal, principalmente no que à Siderurgia Nacional diz respeito. Os setores mais expressivos são os da indústria transformadora e da construção civil.</p> |
| | <p>O setor terciário, inversamente ao que acontece com os outros setores de atividade, tem vindo progressivamente a ganhar expressão por vários fatores relacionados com o contexto metropolitano em que o Seixal está enquadrado, com a crescente procura de atividades terciárias por parte dos munícipes e com a grande quantidade de população em idade ativa, verificando-se que existe mão-de-obra disponível oriunda muitas vezes das indústrias que entretanto encerraram.</p> |
| | <p>Os setores do comércio, da restauração e dos serviços e atividades financeiras vêm tendo um grande impulso no contexto do terciário e, mais recentemente também o setor dos transportes e logística. Ao longo da baía do Seixal vêm-se realizando intervenções urbanísticas e paisagísticas que têm impulsionado o desenvolvimento das atividades económicas relacionadas com o setor, principalmente no que ao turismo, lazer, cultura e desporto diz respeito. Existe também uma grande aposta no <i>cluster</i> da náutica de recreio que se espera que venha atrair ainda mais atividades económicas do setor terciário.</p> |
| | <p>O Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo também se revelou importante a este nível pois veio reforçar a aposta no aproveitamento do património histórico e da baía do Seixal para a implementação de atividades e relançar outras vertentes de desenvolvimento turístico. Neste contexto é de destacar a recente construção de um empreendimento turístico, associado a um campo de golfe, situado na freguesia de Fernão Ferro, que constitui a primeira intervenção desta natureza no Município, e que irá certamente dar ao Seixal uma maior visibilidade neste segmento.</p> |
| | <p>Como ações estratégicas que não vieram a ser implementadas a este nível destaca-se a aposta no turismo de habitação, aproveitando as quintas e o património edificado existente e a expansão, qualificação e modernização do comércio tradicional que permitirá o reforço da hierarquia dos aglomerados e centro urbanos.</p> |
| | <p>Ao nível do desenvolvimento económico, a implementação das medidas e ações estratégicas definidas no PDM do Seixal foi bastante elevada. A criação de vários parques de atividades económicas e do parque industrial do Seixal (PIS) permitiram, para além de um maior equilíbrio no mercado de emprego, através do fortalecimento de atividades relacionadas com a logística e a instalação de unidades comerciais de maiores dimensões, a realocação de unidades industriais incompatíveis com a área urbana em que se inseriam. A criação destes parques e a implementação de novas superfícies comerciais de média dimensão permitiram também o reforço da base económica do Município e um maior equilíbrio no mercado de emprego.</p> |
| |   |

| | |
|---|--|
| PROPOSTAS DE IG, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Seixal (PEDTS), aprovado em reunião de Câmara em 2005. |
| | Prioridades essenciais do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PROTAML) para o setor e normas orientadoras. (Elementos de apoio). |
| | Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) |
| | Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES); |
| | |
| | |
| | |

| | |
|--------|---|
| FONTES | Relatório da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Instituto Nacional de Estatística (INE). |

| | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
|--------------|--|--|
| ANÁLISE SWOT | No setor primário, refere-se a existência de algumas explorações de aquacultura junto à frente ribeirinha do Município que apresenta aptidão para esta atividade. | Indústria: A principal medida de ordenamento proposta é a consolidação da maior mancha industrial do Seixal, localizada nas freguesias de Aldeia de Paio Pires e Arrentela. Esta mancha engloba a área da antiga Siderurgia Nacional, onde já se encontram instalados dois parques de atividades económicas (PIS 1 e PIS 2), licenciado um terceiro parque (PIS 3) e ainda outras ocupações industriais que se estendem desde o Casal do Marco até ao Zemoto (Coína). |
| | Os setores mais expressivos no setor secundário são a indústria transformadora e a construção civil. | Para além da reconversão da área da ex-Siderurgia Nacional identificam-se outros espaços de atividades económicas industriais, no Casal do Marco, que beneficia de fatores de localização, próximo das grandes áreas industriais tradicionais e servido pelo nó do Fogueteiro e em Corroios (St.ª Marta de Corroios e St.ª Marta do Pinhal), mais próximo de Almada. Algumas destas áreas no entanto necessitam de requalificação, ao nível das infraestruturas, do arranjo dos espaços exteriores e da dotação de equipamentos. |
| | O setor terciário tem vindo progressivamente a ganhar expressão. Os setores do comércio, da restauração e dos serviços e atividades financeiras vêm tendo um grande impulso no contexto do terciário e, mais recentemente também o setor dos transportes e logística. | Na proposta de revisão do Plano prevê-se uma nova tipologia de espaço para atividades económicas destinada sobretudo aos serviços e à indústria compatível com a função residencial. Estes espaços de carácter estratégico, localizam-se preferencialmente na proximidade dos interfaces rodoferroviários permitindo uma rentabilização do transporte público e simultaneamente atrair um tipo de investimento que ainda não dispõe de oferta de espaço específica no Seixal. |
| | Ao longo da baía do Seixal vêm-se realizando intervenções urbanísticas e paisagísticas que têm impulsionado o desenvolvimento das atividades económicas relacionadas com o setor, principalmente no que ao turismo, lazer, cultura e desporto diz respeito. Existe também uma grande aposta no cluster da náutica de recreio que se espera que venha atrair ainda mais atividades económicas do setor terciário. | Comércio e Serviços: Conforme já foi referido, a estratégia de desenvolvimento económico municipal assenta na diversificação da base económica. Diversificação que, seguindo as tendências já observadas localmente, assenta em grande parte no crescimento do setor terciário. Mais ainda, a afirmação e a consolidação de novas centralidades – estratégia identificada no PROTAML, no PEDEPES e vertida para o PDM – com o objetivo de reduzir a dependência relativamente à capital, quer em termos de emprego, quer de serviços especializados, pressupõe o reforço deste setor. |

| | | |
|--|--|---|
| | <p>A criação de vários parques de atividades económicas e do PIS permitiram, para além de um maior equilíbrio no mercado de emprego, através do fortalecimento de atividades relacionadas com a logística e a instalação de unidades comerciais de maiores dimensões, a realocação de unidades industriais incompatíveis com a área urbana em que se inseriam.</p> | <p>Cultura, Recreio e Lazer: Para além da implementação dos projetos do PEDTS, deverão guiar a intervenção no domínio do turismo para os próximos anos, as seguintes ideias-força:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a aposta na construção de unidades hoteleiras qualificadas; - Promover a recuperação e revitalização das áreas urbanas históricas, designadamente no âmbito de projetos de urbanismo comercial; - Desenhar as "portas do concelho": melhoria e qualificação das principais "entradas" rodoviárias do Município, através de projetos concretos que visem a reabilitação destes espaços, principalmente nos domínios da sinalética e do mobiliário urbano. |
| | <p>PONTOS FRACOS</p> | <p>AMEAÇAS</p> |
| | <p>O setor primário tem vindo a perder expressão dada a forte tendência para a terciarização da base económica do Município.</p> | |
| | <p>O setor secundário também tem vindo a perder expressão o que está muito relacionado com a reestruturação industrial que tem vindo a ocorrer, nomeadamente com o encerramento de algumas grandes unidades industriais instaladas no Seixal, principalmente no que à Siderurgia Nacional diz respeito.</p> | |

| | |
|----------------|---|
| IMPACTO | <p>Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área das atividades económicas.</p> |
| | |
| | |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

ATIVIDADES ECONÓMICAS

➤ ATIVIDADES ECONÓMICAS

O crescimento demográfico, verificado nas últimas décadas, aliado às transformações ocorridas no setor produtivo tiveram repercussão na atividade económica e na estrutura do emprego do município do Seixal. Conforme se pode observar no Quadro 4-1, entre 2001 e 2011, registou-se um decréscimo (cerca de 1,8%) do número de residentes ativos o que se pode relacionar quer com o ligeiro aumento da população residente total, quer com fenómenos do foro educativo como a diminuição da saída precoce do sistema de ensino.

Em termos relativos, o peso da população empregada no total dos ativos – taxa de emprego - entre 2001 e 2011, registou um decréscimo, passando de 91,5% para 85,9%, respetivamente, ao mesmo tempo que o peso da população desempregada no total dos ativos – taxa de desemprego - aumentou de 8,5% para 14,08%. Esta realidade está sobretudo relacionada com a conjuntura económico-financeira que o País tem vindo a viver desde a última década.

Quadro 4-1 – População residente ativa, empregada e desempregada, no Município do Seixal, entre 1991 e 2011.

| | POPULAÇÃO ATIVA | POPULAÇÃO EMPREGADA | POPULAÇÃO DESEMPREGADA | TAXA DE EMPREGO (%) | TAXA DE DESEMPREGO (%) |
|-------------|-----------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| 1991 | 57 442 | 52 043 | 5 399 | 90,6 | 9,4 |
| 2001 | 81 603 | 74 679 | 6 924 | 91,5 | 8,48 |
| 2011 | 80 139 | 68 856 | 11 283 | 85,9 | 14,08 |

Fonte: Relatório da Proposta de Revisão do PDMS, abril 2013.






Desde a década de 90, conforme se pode confirmar através do Quadro 4-2, a tendência para a terciarização é evidente e atualmente mantém-se vinculada. Verifica-se que a evolução do setor terciário se tem realizado em detrimento do setor primário (de pequena dimensão) e, sobretudo, do secundário dado que a economia do município assentou durante muito tempo neste setor com a forte presença de uma indústria que oferecia muitos postos de trabalho. Em 2011, o número de indivíduos empregados no setor terciário passou a representar quase 82% do total de empregados, enquanto que o peso dos residentes empregados no setor secundário atingiu apenas 18%.

Quadro 4-2 – População residente empregada, no Município do Seixal, segundo os setores de atividade, em 1991 e 2001.

| | SETOR PRIMÁRIO | SETOR SECUNDÁRIO | SETOR TERCIÁRIO |
|-------------------------------|----------------|------------------|-----------------|
| 1991 | 249 | 18 008 | 33 780 |
| 2001 | 321 | 20 465 | 53 893 |
| 2011 | 133 | 12 317 | 56 406 |
| VARIAÇÃO 2001-2011 (%) | -58,57 | -39,81 | 4,66 |

Fonte: Relatório da Proposta de Revisão do PDMS, abril 2013.

5. EQUIPAMENTOS COLETIVOS, ATIVIDADES SOCIAIS, CULTURAIS E DESPORTIVAS

| SEIXAL | | |
|------------------------|---|---|
| EQUIPAMENTOS COLETIVOS | | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>Ao nível dos equipamentos coletivos, desde a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, em 1993, o conjunto de equipamentos construídos permitiu, por um lado, colmatar muitas das necessidades existentes e por outro, fazer face às necessidades associadas ao crescimento populacional, fruto da dinâmica urbana verificada. Pretende-se que a população residente no município do Seixal seja uma população desenvolvida, bem preparada para a vida e estruturada socialmente razão pela qual se tem apostado na disponibilização de espaços de cultura, de apoio social, de saúde, de ensino e formação, de desporto, de recreio e lazer e outros.</p> |   |
| | <p>Neste pressuposto têm vindo a ocorrer obras de construção, de requalificação e beneficiação de inúmeros equipamentos coletivos das quais se destacam: a ampliação da rede de jardins de infância e da rede de escolas básicas do 1º, 2º e 3º ciclos, bem como a requalificação e apetrechamento das escolas do 1º ciclo com Bibliotecas Escolares, Recintos Desportivos, Unidades Educativas Especiais; a ampliação da rede de equipamentos desportivos, com a construção de duas piscinas municipais (Amora e Corroios) e dois pavilhões desportivos municipais (Alto do Moinho e Torre da Marinha), a construção do Complexo de Atletismo Carla Sacramento (Amora) e ainda a ampliação da rede de recintos de proximidade.</p> |  |
| | <p>No âmbito dos equipamentos culturais destaca-se o Fórum Cultural do Seixal que conjuntamente com a Biblioteca Municipal formam um importante pólo de cultura supramunicipal; a requalificação e ampliação da rede de equipamentos de saúde (centros e unidades de saúde familiar); a ampliação da rede de equipamentos de apoio aos idosos e também de apoio à primeira infância; o tribunal do Seixal, um julgado de paz, bem como novas instalações para as forças de segurança pública; aumento do número de equipamentos comerciais com uma grande superfície comercial e várias outras de média dimensão a par da requalificação de mercados municipais que têm proporcionado a melhoria da oferta de produtos frescos.</p> |   |
| | <p>Embora não se tratando de um equipamento coletivo público, o Centro de Estágio e Formação do Sport Lisboa e Benfica é já uma referência no setor desportivo e uma mais-valia na dotação do Município em termos de equipamentos desportivos.</p> | |
| | <p>No Plano de Desenvolvimento Social do Seixal (PDS), estão identificadas as áreas urbanas que constituem focos de vulnerabilidade social (núcleos urbanos antigos, bairros de alojamento social e bairros de construção precária) e as áreas com <i>deficit</i> de serviços e equipamentos (áreas de génese ilegal).</p> <p>Nos últimos anos têm vindo a ser desenvolvidos inúmeros projetos no sentido de amenizar e ajudar a resolver muitos destes problemas, esbatendo desigualdades e facilitando o acesso a bens e serviços a populações mais desfavorecidas, de forma a proporcionar qualidade de vida a todos.</p> | |
| | <p>No âmbito de candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e ao Programa MODELAR, foram aprovados nove projetos referentes à construção de diversos equipamentos que irão permitir responder a algumas das necessidades mais prementes da população do Município.</p> | |
| | <p>No Seixal, a segurança pública é assegurada pela Polícia de Segurança Pública (PSP), pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e pelas Corporações dos Bombeiros Voluntários do Seixal e de Amora. A proteção civil municipal é representada pelo Presidente da Câmara Municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política de proteção civil, com o apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil e pelos restantes Agentes de Proteção Civil de âmbito municipal que integram a Comissão Municipal de Proteção Civil.</p> | |

| | |
|---|---|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Carta Escolar, concluída em 1994, e mais recentemente, a Carta Educativa homologada pela Ministra de Educação, em 2006. |
| | Carta Social Municipal do Seixal, em conclusão |
| | Plano Educativo Municipal (PEM) |
| | Carta Desportiva Municipal do Seixal |
| | Plano de Desenvolvimento Social do Seixal (PDS) |
| | Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) |
| | Programa MODELAR |
| | Plano Municipal de Emergência do Município do Seixal |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório da Proposta de Plano (Município do Seixal, abril de 2013). |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |

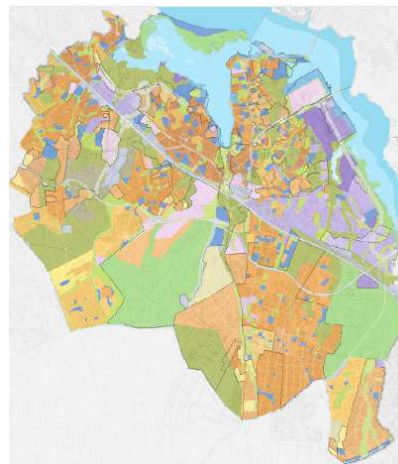
| | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
|---------------------|---|--|
| ANÁLISE SWOT | <p>Melhoria da oferta de condições no setor educativo.</p> <p>No conjunto dos equipamentos coletivos de ensino, sobre os quais recai a responsabilidade municipal, a aposta tem sido no aumento da oferta da rede pública de jardins de infância e na melhoria das condições do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico.</p> | <p>Para o redimensionamento da rede de equipamentos coletivos, foi proposto desenvolver a sua caracterização, o diagnóstico e a sua programação em instrumentos sectoriais específicos, designadamente a Carta Educativa do Seixal (documento que acompanha a proposta de revisão do Plano), a Carta Desportiva Municipal do Seixal e a Carta Social Municipal do Seixal, em elaboração.</p> <p>Todos os grandes equipamentos, bem como os equipamentos de proximidade encontram-se representados na Planta de Equipamentos Coletivos e Serviços Públicos, um documento cartográfico que acompanha a revisão do PDM.</p> |
| | <p>Atualmente no município do Seixal, de acordo com a mais recente Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, a prestação pública de cuidados de saúde primários é assegurada por: oito Unidades de Saúde Familiar e uma extensão (USF); quatro Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) – Amora, Torre da Marinha, Corroios e Seixal; uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) – Seixal; uma Unidade de Saúde Pública (USP) – Miratejo; Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP): Serviço Social, Gabinete de Utente, Higiene Oral, Psicologia e Radiologia; um Centro de Diagnóstico Pneumológico – Seixal; um Serviço de Atendimento Permanente Municipal de Amora – Amora.</p> <p>Os cuidados de saúde diferenciados são assegurados por: Hospital Garcia de Orta (HGO), situado em Almada.</p> | <p>Na Planta de Ordenamento da revisão do PDM, estão delimitadas áreas do território destinadas à construção de novos equipamentos, uns afetos a uso específico por via das propostas das Cartas de Equipamentos referidas anteriormente, ou por projetos de nível superior, como é o caso do futuro hospital, outros, sem uso específico atribuído, mas que se considerou importante reservar como forma de precaver situações de escassez de solo disponível ou de desadequação locativa e de garantir um adequado enquadramento urbanístico.</p> |

| | | |
|--|---|---|
| | <p>Os municípios do Seixal dispõem de uma oferta cultural diversificada, descentralizada, educativa e integrada, contando para tal com uma rede de equipamentos composta entre outros por: Auditório Municipal do Seixal, Biblioteca Municipal do Seixal, incluindo os pólos de Amora e Corroios, Fórum Cultural do Seixal, Galeria de Exposições Augusto Cabrita, Arquivo Municipal do Seixal, Cinema S. Vicente, e Galeria Municipal de Corroios; e ainda todos os espaços associados ao Ecomuseu Municipal do Seixal, identificados na Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal e na proposta de revisão do PDM.</p> | <p>No que se refere a equipamentos de saúde são objetivos prioritários para os próximos anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a todos os municípios, de forma integral, o acesso a cuidados de saúde, ajuda médica e a tratamento imediato; - Assegurar a articulação da rede de equipamentos de saúde com o sistema de mobilidade e de transportes, com a rede de equipamentos sociais bem como adequar os equipamentos públicos à mobilidade de pessoas com dificuldades motoras e/ou com necessidades especiais; - Concretizar a instalação de um Hospital, encontrando-se cativado um terreno para a execução da obra; - Reconfigurar a rede de equipamentos públicos de saúde, nomeadamente com a construção de dois novos edifícios, em St.ª Marta do Pinhal e Foros de Amora, em terrenos reservados para o efeito e identificados na Planta de Ordenamento; - Ampliar a Rede de Cuidados Continuados, concretizando, por um lado, os projetos que foram alvo de candidatura ao programa MODELAR, nomeadamente uma Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção, na freguesia de Amora, com capacidade para 30 utentes e que entrou em funcionamento em setembro 2011 e uma Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação, na freguesia de Arrentela, cuja candidatura está em fase de aprovação de projeto. A programação desta tipologia, contendo as previsões das necessidades e as respetivas propostas, está a ser elaborada no âmbito da Carta Social Municipal do Seixal. |
| | | <p>Para a qualificação da oferta de equipamentos de saúde será também necessário fomentar a melhoria do estado de conservação e a adequação de alguns dos equipamentos.</p> |
| | | <p>Aumentar e qualificar a oferta de cuidados de saúde no eixo Almada/Seixal/Sesimbra, já referido como carenciado no PROTAML, com a construção de um novo Hospital no Seixal.</p> |
| | | <p>Equipamentos coletivos propostos: Complexo Desportivo Cidade do Seixal, Complexo Desportivo de Amora, Complexo Desportivo na área da ex-Siderurgia Nacional, Complexo Desportivo do Parque das Lagoas, Complexo Desportivo de Vale de Milhaços, Parques e Espaços Desportivos, entre outros.</p> |
| | | <p>Medidas e projetos, previstos e propostos no âmbito cultural: Espaço Multiuso, Casa da Juventude, Alojamento para jovens, Centro Integrado de Atividades Culturais, Escola Conde Ferreira, Requalificação da Sede de SFOA, Espaço Intercultural Migrações e Cidadania e Museu-Oficina de Artes Manuel Cargaleiro: 2ª e 3ª fases.</p> |
| | | <p>Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social propostos: Creche na zona Amora/Fogueteiro/Paivas/Torre da Marinha, Creche e lar de Idosos em Pinhal de Frades, Lar de Idosos na zona de Fogueteiro/Paivas e Centro de Atividades Ocupacionais (Arrentela/Seixal), entre outros.</p> |
| | | <p>Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil: Criação de um centro municipal de operações de emergência e proteção civil.</p> |
| | <p>PONTOS FRACOS</p> | <p>AMEAÇAS</p> |
| | <p>Dificuldade que a atual rede de equipamentos de cuidados primários de saúde tem em responder eficazmente às necessidades da população, existindo algumas unidades em que o número de médicos é insuficiente para o total da população inscrita.</p> | |
| | <p>Incapacidade de resposta adequada por parte do Hospital Garcia de Orta.</p> | |

| | |
|----------------|---|
| IMPACTO | <p>Aprovar e implementar as medidas proposta na Carta Educativa do Seixal, Carta Desportiva Municipal do Seixal e a Carta Social Municipal do Seixal.</p> |
| | <p>Englobar e aprovar no Programa de Execução do Plano os projetos na área dos equipamentos de utilização coletiva.</p> |
| | |
| | |

6. DINÂMICA URBANA

| SEIXAL | |
|----------------------------------|---|
| REDE URBANA E USO DO SOLO URBANO | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>Ao longo da vigência do PDM registou-se um aumento da área urbana do Município. A classe <i>Espaços Urbanos</i> que em 1993 ocupava cerca de 2203 ha, ocupa atualmente 3466 ha. Verifica-se assim um aumento de 1263 ha do espaço urbano, o que corresponde a um crescimento na ordem dos 57%.</p> |
| | <p>Assim, entre as diferentes categorias que integram esta classe de espaços a que percentualmente registou um aumento mais significativo foi a de <i>Áreas de Equipamentos Existentes</i>, com cerca de 196%. O aumento menos significativo verificou-se na categoria <i>Áreas Industriais Consolidadas</i>, que aumentou apenas 106 ha, o que representa um crescimento de 28%.</p> |
| | <p>No que diz respeito aos <i>Espaços Urbanizáveis</i> e como seria de esperar estes sofreram uma redução consequente da própria dinâmica territorial. No PDM em vigor, estes espaços ocupam uma área de 2484 ha e atualmente ficam-se pelos 1493 ha, o que corresponde a uma execução na ordem dos 40%.</p> |
| | <p>Como era expectável os <i>Espaços Urbanos</i> e <i>Urbanizáveis</i> delimitados no Seixal foram os que, ao longo da vigência do PDM, sofreram as principais transformações ao nível do uso do solo.</p> |
| | <p>Em 1993, a classe de <i>Espaços Agrícolas e Florestais</i> ocupava uma área de 2013 ha. Atualmente esta classe de espaços distribui-se por 1933 ha. Verifica-se assim que desde 1993, se registou uma redução de 80 ha de espaço agrícola e florestal. Esta redução ficou fundamentalmente a dever-se a uma melhor definição do uso efetivamente existente.</p> |
| | <p>A classe de <i>Espaços para Indústria Extrativa</i>, existente e prevista, ocupava, em 1993, uma área de 237 ha. Destes, cerca de 143 ha mantiveram o uso, quer com antigas quer com novas explorações, embora cerca de 15 ha tenham sido ocupados, após a exploração, pela expansão do Ecoparque do Seixal (aterro intermunicipal). Para a construção do Complexo Ferroviário de Coia (Depósito de Material Circulante da Fertagus) foram utilizados cerca de 9 ha da área prevista para acolher indústria extrativa. Fora da área delimitada no PDM para este uso foram iniciadas explorações ou identificadas outras, que no total abrangem mais cerca de 72 ha de terreno. Um melhor conhecimento desta realidade que entretanto se obteve permitiu a delimitação de uma área de reserva para exploração de recursos geológicos.</p> |
| | <p>Em 1993, a classe de <i>Espaços Culturais e Naturais</i> ocupava uma área de 1381 ha. Atualmente, esta classe de espaços distribui-se por 1340 ha. Verifica-se assim que desde 1993 se registou uma redução de 41 ha do espaço cultural e natural municipal o que corresponde a um decréscimo na ordem dos 3%. De um modo geral o consumo de área desta classe de espaço relaciona-se com a construção de equipamentos coletivos (interfaces rodo-ferroviários e fluvial, reserva de terrenos para equipamentos escolares e desportivos, infraestruturas básicas).</p> |
| | <p>As variações ocorridas ao nível dos usos do solo, principalmente no que diz respeito ao crescimento dos espaços urbanos, foram acompanhadas de um crescimento do número de fogos e da população residente, fruto do processo de urbanização inerente à própria dinâmica urbana do município do Seixal. Com esta avaliação do nível de execução do PDM do Seixal verifica-se que genericamente foram atingidos os objetivos propostos e que a transformação do uso do solo respeitou as regras do Plano.</p> |
| | <p>No que diz respeito ao Ordenamento do Território as diretrizes traçadas em 1993 foram o caminho seguido e com sucesso, pelo Município. Sustentada no conceito de corredores verdes e na contenção da expansão urbana desordenada, a estratégia de desenvolvimento foi consequente, pois na vigência do atual Plano não foram detetadas novas áreas de construção ilegal o que possibilitou uma reestruturação na forma de ordenamento, promovendo um crescimento dos aglomerados já existentes em detrimento de uma expansão urbana casuística e o reforço das áreas de equipamentos com vista à criação de novas polaridades.</p> |
| | <p>Ao aderir ao Programa para Erradicação de Barracas (PER), em 1995, a Câmara Municipal do Seixal assinou com o então Instituto Nacional de Habitação um protocolo para o realojamento de 635 agregados familiares (correspondentes a 444 barracas). Até ao momento já foram realojadas 34 famílias, no Bairro do Fogueteiro, em 2000, 164 famílias, no Bairro da Cucena, em 2002 e através do PER-Famílias 80 agregados até dezembro de 2010.</p> |



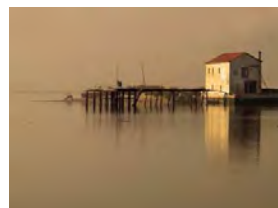
| | |
|---|--|
| PROPOSTAS DE IGT E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Plano Diretor Municipal do Seixal (PDMS), publicado em 1993. |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Relatório da Proposta de Plano (Município do Seixal, abril de 2013); |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | |

| | | |
|---------------------|----------------------|--|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | | A classificação e qualificação do solo, proposta em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, decorreu do reajustamento dos objetivos do PDM em vigor, em função da alteração do contexto legal, económico e social, das transformações do território, dos projetos já implementados e das orientações emanadas de instrumentos de gestão territorial de nível superior. |
| | | As reclassificações propostas na revisão do PDM resultam essencialmente de três situações: - Requalificação de áreas de génese ilegal; - Requalificação urbanística através do remate do tecido urbano em articulação com a realização de grandes infraestruturas e a construção de equipamentos de utilização coletiva; - Reabilitação de áreas ambientalmente degradadas. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |

| | |
|----------------|--|
| IMPACTO | Aprovar a proposta de Revisão do PDM do Seixal. |
| | Aprovar o Programa de Execução e implementar as medidas propostas para o município, nas suas várias valências. |
| | |
| | |

| SEIXAL | |
|------------------------------|--|
| PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO | |
| CARACTERIZAÇÃO | <p>O desenvolvimento da estratégia municipal para o Património Cultural e a ação das unidades orgânicas que a materializam e suportam do ponto de vista técnico e científico, vêm conduzindo à identificação de elementos patrimoniais que ilustram a ocupação milenar do território, da Pré-História mais antiga aos nossos dias, estruturando ainda hoje os mecanismos de recriação e afirmação das identidades individuais e de grupo e o enriquecimento das memórias sociais.</p> |
| | <p>Assumindo uma importância que frequentemente ultrapassa a dimensão local e regional, esses elementos testemunham, entre outras, atividades como a produção industrial das ânforas em cerâmica onde se exportaram pastas de peixe para boa parte do Império Romano; a exploração intensiva dos recursos agrícolas e fluvio-marítimos locais, a moagem e a construção naval que ganharam expressão desde tempos medievais e modernos; até aos grandes fenómenos da industrialização e desindustrialização dos séculos XX e XXI, nos setores da cortiça, dos lanifícios, do vidro, da pólvora, do aço, entre outros.</p> |
| | <p>No que respeita a bens imóveis e no que importa ao ordenamento do território, o Património Cultural do Seixal é constituído por monumentos, conjuntos ou sítios de natureza arqueológica ou arquitetónica, abrangidos por mecanismos de inventário e de classificação legal. Nos conjuntos de natureza arquitetónica incluem-se os núcleos urbanos antigos, do Seixal, Arrentela, Amora e Paio Pires.</p> |
| | |



| | |
|---|---|
| PROPOSTAS DE IGT, OUTROS DOCUMENTOS ORIENTADORES E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA COM IMPACTO DIRETO NO SETOR | Plano Diretor Municipal do Seixal (PDMS), publicado em 1993 |
| | Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS) (em elaboração) |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|---------------|---|
| FONTES | Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS) |
| | Relatório da Proposta de Plano (Município do Seixal, abril de 2013) |
| | Regulamento da Proposta de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | Programa de Execução de Plano (Revisão do PDM do Seixal, abril de 2013). |
| | DPHN/Ecomuseu Municipal |
| | Site da Câmara Municipal do Seixal, Ecomuseu: http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_hpage |

| | | |
|---------------------|----------------------|---|
| ANÁLISE SWOT | PONTOS FORTES | OPORTUNIDADES |
| | | O desenvolvimento de uma metodologia de identificação, inventário e valoração de bens patrimoniais imóveis constituiu a base para a elaboração da Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS). |
| | | Todos os imóveis até agora inventariados constam da Lista Geral de Sítios, Imóveis ou Conjuntos que constitui o anexo III, do Regulamento da revisão do PDM. Distribuídos por todas as freguesias do Município, mais de dois terços dos elementos inventariados têm valor patrimonial médio ou elevado, sendo de destacar ainda 17 casos de valor patrimonial excepcional, correspondentes a sítios arqueológicos, imóveis e conjuntos urbanos. |
| | | Os núcleos urbanos antigos do Seixal, de Arrentela, Amora e Paio Pires estão delimitados na Planta de Ordenamento, enquanto aglomerados urbanos que, pela sua especificidade, história e características globais merecem especial proteção. Nesse sentido irão dispor, na CPCIMS, de regulamentação própria com vista à proteção das suas características arquitetónicas. |
| | | Lista Geral de Sítios, Imóveis ou Conjuntos e elaboração de Fichas de Caracterização do Património Cultural Imóvel e do Património Natural Classificado |
| | | Ações de reabilitação do património edificado municipal: Mundet-Seixal – Conservação e recuperação do edificado, Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e Moinho de Maré de Corroios, Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços – Conservação e recuperação do edificado, Recuperação do Alto Forno da Siderurgia Nacional. |
| | PONTOS FRACOS | AMEAÇAS |
| | | |

| | |
|----------------|---|
| IMPACTO | Aprovar o Programa de Execução e implementar as medidas propostas para o município, em termos de recuperação, reabilitação e valorização do Património. |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO:

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

➤ PATRIMÓNIO INVENTARIADO

O desenvolvimento de uma metodologia de identificação, inventário e valoração de bens patrimoniais imóveis constituiu a base para a elaboração da Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS).

O âmbito de aplicabilidade da CPCIMS é suficientemente abrangente para englobar desde sítios arqueológicos, de cronologias que vão da Pré-História antiga à Época Contemporânea, até edifícios, conjuntos e sítios com significado cultural representativos da arquitetura civil, religiosa, militar ou industrial que, de alguma forma, ilustram momentos importantes do percurso histórico passado ou recente do município do Seixal.

Todos os imóveis inventariados constam da Lista Geral de Sítios, Imóveis ou Conjuntos que constitui o anexo III, do Regulamento da revisão do PDM. Distribuídos por todas as freguesias do Município, mais de dois terços dos elementos inventariados têm valor patrimonial médio ou elevado, sendo de destacar ainda 17 casos de valor patrimonial excepcional, correspondentes a sítios arqueológicos, imóveis e conjuntos urbanos.

Os núcleos urbanos antigos do Seixal, de Arrentela, Amora de Cima, Amora de Baixo e Paio Pires estão delimitados na Planta de Ordenamento, enquanto aglomerados urbanos que, pela sua especificidade, história e características globais merecem especial proteção. Nesse sentido irão dispor, na CPCIMS, de regulamentação própria com vista à proteção das suas características arquitetónicas.

➤ PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

PATRIMÓNIO CULTURAL IMÓVEL

No universo dos bens patrimoniais imóveis localizados no Município do Seixal e inventariados na CPCIMS incluem-se os seguintes monumentos, conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação legal:

Monumento Nacional - MN

- Olaria Romana da Quinta do Rouxinol; Categoria/Tipo de sítio: Arqueológico/Olaria; Decreto-Lei nº 26-A/92, de 1 de junho.

Imóvel de Interesse Público – IIP

- Residência da Quinta da Trindade; Categoria/Tipo de sítio: Arquitetura Civil/Solar; Decreto nº 516/71, de 22 de novembro;
- Igreja Paroquial de Arrentela de Nossa Senhora da Consolação; Categoria/Tipo de sítio: Arquitetura Religiosa/Igreja; Decreto nº 129/77, de 29 de setembro;
- Moinho de Maré de Corroios; Moinho de Maré do Galvão; Moinho de Maré do Capitão; Moinho de Maré da Passagem; Moinho de Maré da Torre; Moinho de Maré Velho dos Paulistas; Moinho de Maré Novo dos Paulistas; Moinho de Maré do Breyner; Moinho de Maré da Quinta da Palmeira; Moinho de Maré do Zemoto; Categoria/Tipo de sítio: Industrial/Moinho de Maré; Decreto do Governo nº 29/84, de 25 de junho;
- Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços; Categoria/Tipo de sítio: Industrial/Fábrica; Portaria nº 740-BG/2012, de 24 de dezembro;
- Alto-Forno da Siderurgia Nacional; Categoria/Tipo de sítio: Industrial/Fábrica; Portaria nº 740-CO/2012, de 24 de dezembro.

Imóvel de Interesse Municipal – IIM

- Lagar de Azeite da Quinta do Pinhalzinho, na Quinta do Pinhalzinho; Categoria/Tipo de sítio: Arquitetura Civil/Equipamento de Produção Agroindustrial; Deliberação da Assembleia Municipal do Seixal de 27 de abril de 2001, publicitada pelo Edital nº 06/2001.

➤ ESTRUTURAS URBANAS

De entre os imóveis referidos acima, salienta-se a importância das estruturas urbanas, que englobam os núcleos antigos do Seixal, da Arrentela, da Aldeia de Paio Pires e da Amora e “que pela sua especificidade, história e características globais merecem proteção”, e que, em sede de Revisão do PDM, deverão ser objeto de medidas e ações coordenadas de salvaguarda e valorização específicas, uma vez que tendem a ser sujeitos a uma forte pressão fundiária. Nenhum destes Núcleos se encontra classificado ou em vias de o ser.

O Regulamento do PDM em vigor integra, em anexo, o Regulamento de Proteção dos Núcleos Antigos do Município do Seixal. As medidas contidas neste documento serão incluídas e atualizadas no regulamento que acompanhará a Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal, mas até à sua conclusão o Regulamento da proposta de Revisão do PDM inclui já medidas para salvaguarda do património cultural imóvel. .

Cada um destes núcleos apresenta especificidades próprias, encontrando-se em cada um potencialidades e debilidades distintas. Na sua generalidade, para estes espaços deverá ser equacionada uma estratégia que permita o aproveitamento do seu potencial enquanto espaços de cultura e lazer, melhorando a sua articulação com os espaços vizinhos. Apenas os núcleos do Seixal e da Aldeia de Paio Pires apresentam um estado de conservação que se pode considerar razoável, verificando-se no entanto a ocorrência de algumas alterações que tendem a descaracterizar o conjunto.

A valorização dos núcleos ribeirinhos (Seixal, Arrentela e Amora) deverá ser equacionada como um todo permitindo a formação de um conjunto contínuo a par com a revitalização da Baía do Seixal. .

➤ PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

O património industrial tem vindo a assumir um protagonismo crescente no contexto nacional. No município do Seixal, como já foi referido, este património possui uma forte presença, representando mais do que o testemunho das atividades locais, assumindo-se frequentemente como um importante testemunho de técnicas e tecnologias de diferentes períodos históricos e realidades sociais diversas.

Os imóveis e conjuntos classificados, são na sua maioria exemplares de uma tradição industrial que existe no Município, desde o início da industrialização.

Os dez Moinhos de Maré existentes atualmente no Município encontram-se todos classificados como imóveis de interesse público, facto que não impede que se encontrem abandonados e sem qualquer tipo de uso e muitos deles em avançado estado de degradação, exceção feita ao Moinho de Corroios onde se encontra o núcleo museológico do Ecomuseu Municipal único moinho em funcionamento acessível ao público em todo o Estuário do Tejo. Já o PDM de 1993 reconhecia o inquestionável valor destes imóveis: “Funcionam como elemento de identificação do Município; estão classificados; estão, na sua maioria, localizados numa área de interesse ecológico e ambiental”, contudo não foram adotadas medidas que conduzissem à sua recuperação e proteção.

A Fábrica da Sociedade Africana de Pólvora também classificada como imóvel de interesse público, é atualmente uma das extensões do Ecomuseu Municipal. O conjunto tem a designação de circuito da pólvora negra e integra diversos edifícios e equipamentos característicos da indústria do séc. XIX. Outro imóvel desta tipologia recentemente classificado como imóvel de interesse público é o Alto-Forno da Siderurgia Nacional “a estrutura mais significativa da produção do aço por via integrada no nosso país”.

A Fábrica de Cortiça Mundet C.ª Lda foi a maior fábrica de cortiça do país, e contém um património industrial de enorme valor não só para o Município mas também para o país. Integra um dos núcleos do Ecomuseu Municipal podendo no momento presente visitar-se apenas alguns dos edifícios.

Para além dos imóveis referidos existem outros exemplares de património industrial que não deverão ser descurados uma vez que todos apresentam fortes potencialidades para serem explorados do ponto de vista da sua vertente cultural, nomeadamente a Companhia de Lanifícios da Arrentela e os lagares que se encontram nalgumas das quintas existentes no Município.

➤ PATRIMÓNIO RELIGIOSO

Volume I – Relatório Ambiental – Anexo III

abril 2013

O património religioso sempre assumiu um forte protagonismo em questões de preservação e salvaguarda, uma vez que sendo locais de culto foram sendo, ao longo dos tempos, aqueles de que a população mais usufruía.

O do Seixal não possui uma forte presença de património religioso, encontrando-se poucos exemplares que exijam salvaguarda; no entanto, para estes deverão ser consideradas medidas de proteção. Destaca-se a Igreja Paroquial de Nossa Sr.^a da Consolação, construída no séc. XVIII, classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1977.

➤ **PATRIMÓNIO RURAL**

Considera-se património rural as quintas que se encontram disseminadas pelo Município, integrando-se nestas os edifícios civis, as capelas, os jardins, e outras estruturas ligadas à atividade agrícola tradicional. Estas quintas, na generalidade propriedade privada, têm vindo a ser progressivamente abandonadas ou então alvo de processos de loteamento, subsistindo, na maioria dos casos, da estrutura original apenas a sua toponímia.

O facto das propriedades serem privadas constitui por vezes um forte entrave à reabilitação e proteção destes imóveis; no entanto não deverá deixar de se definir uma estratégia para estas estruturas, que permita a sua recuperação e reutilização como pólos de desenvolvimento cultural, de lazer e turismo, mesmo que para isso se tenha que recorrer a medidas cautelares de salvaguarda do conjunto ou apenas de parte dos imóveis.

A Residência da Quinta da Trindade foi classificada como Imóvel de Interesse Público pelo IPPAR em 1972. A quinta integra os antigos edifícios de habitação e as instalações rurais, estando aí localizado outro dos núcleos do Ecomuseu Municipal. O Lagar de Azeite da Quinta do Pinhalzinho encontra-se classificado como Conjunto de Interesse Municipal, revelando-se um importante testemunho da produção de azeite da margem sul do Tejo.

➤ **PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

No município do Seixal existem inúmeros sítios com vestígios arqueológicos, de diversas épocas e carácter (sepulturas, galerias de mineração, vestígios vidreiros, etc...), que deverão ser objeto de proteção, na medida em que aí se encontram vestígios fundamentais para a caracterização da ocupação e dos hábitos sociais da população do Município.

De entre estes merece maior destaque a Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, onde se encontraram fornos de cerâmica romanos dos sécs. II-V d.C., único Monumento Nacional do Município, classificado como sítio arqueológico em 1992. Aqui situa-se outro Núcleo do Ecomuseu Municipal.

A Quinta de S. Pedro, em Corroios, alberga o Campo Arqueológico da Necrópole medieval-moderna (séc.XIII a séc. XVII).

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Susana Morais | Arqt.^a Paisagista

Alexandra Betâmio de Almeida | Eng.^a do Território

Equipa Técnica:

Cristina Santos | Eng.^a do Ambiente